



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
E CULTURA

CENAS DE LINCHAMENTO DA IMPRENSA

ANGÉLICA DE FREITAS FONTELLA MOREIRA

Rio de Janeiro
2019

Angélica de Freitas Fontella Moreira

CENAS DE LINCHAMENTO DA IMPRENSA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa

Rio de Janeiro
2019

MOREIRA, Angélica de Freitas Fontella
CENAS DE LINCHAMENTO DA IMPRENSA / Angélica de Freitas
Fontella Moreira – Rio de Janeiro; UFRJ/ECO, 2019.
125f.

Orientadora: Marialva Carlos Barbosa
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em
Comunicação e Cultura, 2019

1. Jornalismo. 2. História – Brasil. 3. Memória. I. Barbosa, Marialva
Carlos II. ECO/UFRJ III. JORNALISMO IV.

Angélica de Freitas Fontella Moreira

CENAS DE LINCHAMENTO DA IMPRENSA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2019.

Marialva Carlos Barbosa – Orientadora (PPGCOM/UFRJ)

Doutora em História pela UFF

Igor Pinto Sacramento (Fiocruz)

Doutor em Comunicação pela UFRJ

Leticia Cantarela Matheus (PPGCOM/UERJ)

Doutora em Comunicação pela UFF

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Sheila, ao meu companheiro de alma e vida, Rodrigo e à família que me acolhe todos os dias, acreditando em mim muito mais do que eu mesma acredito: Ismael, Maria, Rachel, Tiago, Armando e Leonel também. Tudo teria sido impossível sem o apoio, a força, o carinho, a companhia e toda a compreensão de vocês.

À professora Marialva Barbosa, mentora, orientadora incrível e de uma generosidade imensurável que sempre tem as palavras certas, nas horas certas e nos tons mais acertados que existem. É um privilégio contar com você desde que nos conhecemos, ainda na graduação.

Aos professores presentes na banca de qualificação e defesa que me mostraram um caminho promissor com suas críticas e sugestões. Prof. Igor, desde nosso encontro na minha primeira Alcar, em 2017, suas provocações, principalmente no que concerne o racismo, deram um sentido mais profundo a este trabalho.

À Capes pelo financiamento.

Ao NEO e às pessoas incríveis que dele fazem parte, com agradecimento especial à profa. Letícia que sempre me impulsionou a desenvolver todas as minhas reflexões e considerações; à Érica, quem me mostrou que a pós pode ser um lugar originário de afetos tão profundos quanto àqueles das amizades de longa duração; à Mari, que me ensina a ser mais calma e mais segura a cada encontro. À Paula, que completa esse trio maravilha das Manas de Uerj. Tirei a sorte grande de ter vocês fazendo parte dessa minha jornada. Por falar em Uerj, sem me dar conta, eu já amava alguém de lá há tempos: Mari Campos, sua força, seu exemplo e sua amizade fizeram/fazem toda a diferença.

Às amigas e aos amigos que participaram ou tentaram participar, em maior ou menor grau, desse processo tão difícil: Thay e Ev, cada palavra de apoio foi fundamental para que eu não desistisse; Iza, Heitor e Jana, vocês tornam/tornaram a pós muito mais doce, obrigada pela paciência e pelo carinho sincero; Vanessa, passar pelo processo seletivo do doutorado com você foi inesquecível, este ano, nos veremos ainda mais, obrigada por compartilhar esse momento comigo; Layla, nossos encontros e conversas sempre clareavam minhas perspectivas, nossa reaproximação neste momento específico, especialmente, jamais será esquecida; Nathália, sou grata demais por me aturar há tanto tempo, poder contar com você até hoje (compartilhando ideias revolucionárias) é um verdadeiro alento diante do mundo perdido em que vivemos; Dani e Lidi, a amizade de vocês me conforta sempre nos momentos de dúvida; *Soupinhos* queridos, sem o apoio de vocês, essa linha de chegada não teria sido cruzada; Eli e Qel, da primeira graduação ao doutorado, obrigada pela amizade.

Ao Passadorama, por existir e resistir.

RESUMO

FONTELLA, Angélica. Cenas de linchamento da imprensa. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta dissertação tem origem em uma série de desconfianças provocadas pela primeira página premiada do Jornal *Extra* de 8 de julho de 2015: “Do tronco ao poste”, caso-emblema desta pesquisa. Nela, uma gravura de Debret de 1815 que retrata a aplicação de um castigo contra um cativo em uma praça pública brasileira é contraposta à cena de um linchamento consumado no Brasil contemporâneo, o assassinato brutal do jovem negro e pobre Cleidenilson Pereira da Silva no Maranhão, acusado de assaltar um bar. Extraímos fundamentalmente dessa primeira página a articulação dos conceitos de “Jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004; MATHEUS, 2006), memória (RICOEUR, 2007; TODOROV, 2000; BARBOSA, 2007b; HALBWACHS, 1990; JOUTARD, 2007; HUYSSSEN, 2014; BARBOSA, 2016a), racismo (MUNANGA, 2004; MBEMBE, 2011; SCHWARCZ, 2012; SOUZA, 2017) e narrativa (RICOEUR, 1994, 1995, 1997). Assim, forjamos o objeto de pesquisa “cenas de linchamento da imprensa”, com o objetivo de investigar se haveria uma especificidade narrativa nas notícias sobre os linchamentos. A estrutura metodológica empregada foi concebida a partir da tríplice mimeses de Ricoeur (1994) e os três capítulos são desenvolvidos a partir de cada um dos três mundos que o autor configura para explicar a articulação entre tempo e narrativa: o mundo da produção (prefiguração), o mundo do texto (configuração) e o mundo do leitor (refiguração). Dessa forma, elaboramos a nossa questão central: haveria a captura das notícias sobre linchamentos por um enquadramento (ELLSWORTH, 2001) em um padrão narrativo – conforme a epistemologia do *fait divers* (DARNTON, 1990) – que reforça parâmetros culturais e de mentalidades associados ao pensamento brasileiro conservador, em especial, no que diz respeito à cor da pele, dado o passado escravocrata do país e a resistência por parte das elites em abordar essa temática? A especificidade fenomenológica do linchamento também é chave de leitura imprescindível: trata-se de conduta fisicamente violenta empregada coletivamente contra alguém que cometeu (ou é suspeito de ter cometido) ação determinada contra pessoa (ou grupo de pessoas) que rompe as regras de um conjunto social, havendo indícios de que a população brasileira, especificamente, lincha para punir e se vingar – uma forma de exclusão e rejeição dos “indesejáveis” (MARTINS, 2015). A partir de reflexões sobre o fenômeno, também observamos a construção de cenários

narrativos que também levariam a conformação de ondas de linchamento. O que este trabalho pretende, afinal, é descortinar um potencial padrão narrativo que estruturaria a temática dos linchamentos apresentada pelo “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004) e no qual o emprego de imagens também contribui. Se os mundos do texto e do leitor estabelecem uma relação dinâmica, como afirma Ricoeur (1994), sendo possível que um afete o outro, existe um padrão narrativo que descortina estruturas violentas da sociedade brasileira, mas que, na essência, acaba reforçando uma visão de mundo que debilita sujeitos sociais como Cleidenilson.

Palavras-chave: Memória – Narrativa – Linchamentos – Jornalismo de sensações.

ABSTRACT

FONTELLA, Angélica. Scenes of lynching in the press. Rio de Janeiro, 2019. Dissertation (Master's Degree in Communication and Culture) – Communication School, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This dissertation arises from a series of suspicions caused by the winning cover of the *Extra* newspaper on July 8th, 2015: “From the whipping post to the lamppost”, the emblematic case study of this research. Within it, a Debret’s painting from 1815 that portrays the punishment of a slave in a Brazilian public square counteracts the scene of a consummated lynching in the contemporary Brazilian brutal murder of the young, black and poor Cleidenilson Pereira da Silva in Maranhão, accused of robbing a bar. From this cover, we basically extracted the concepts of “journalism of sensations” (BARBOSA, 2004; MATHEUS, 2006), memory (RICOEUR, 2007; TODOROV, 2000; BARBOSA, 2007b; HALBWACHS, 1990; JOUTARD, 2007; HUYSSSEN, 2014; BARBOSA, 2016a), racism (MUNANGA, 2004; MBEMBE, 2011; SCHWARCZ, 2012; SOUZA, 2017) and narrative (RICOEUR, 1994, 1995, 1997). Hence, we devised the object of research “scenes of lynching in the press”, aiming at investigating whether there is a specific narrative in the news about lynching. The methodological structure used was conceived from the concept of triple mimesis (RICOEUR, 1994). The three chapters were developed from each one of the three worlds that the author configures to explain the articulation between time and narrative: the world of production (prefiguration), the world of text (configuration) and the world of the reader (refiguration) (LEAL, 2014). Therefore, we have formulated our central question: would the news about lynching be captured in a framework (ELLSWORTH, 2001), in a narrative pattern – according to the epistemology of *fait divers* (DARNTON, 1990) – which reinforces cultural parameters and mentalities associated to conservative Brazilian thinking, in particular, with regard to skin color, given the country's slavery past and the resistance by the elites to address such issues? The phenomenological specificity of the lynching is also an essential reading: it consists of physically violent behavior used collectively against someone who has committed (or is suspected of having committed) determined action against a person (or group of people) that breaks the rules of the social group. There are indications that the Brazilian population specifically lynch to punish and avenge – a form of exclusion and rejection of the “undesirable” (MARTINS, 2015). Based on reflections on the phenomena, we have also observed the construction of narrative scenarios that would, just as well, lead to the conformation of lynching waves. Lastly, this essay aims at uncovering a potential narrative standard that could provide a base structure

for lynching themes presented by "journalism of sensations" (BARBOSA, 2004) and in which the use of images plays a relevant role. As the worlds of text and reader establish a dynamic relationship, as Ricoeur (1994) states, making it possible for one to affect the other, there is a narrative pattern that seems interested in exposing the violent structures of Brazilian society, but which, in essence, is not fulfilling its role and, ultimately, ends up strengthening a world vision that undermines subjects like Cleidenilson.

Key words: Memory – Narrative – Lynching – Journalism of sensations.

INTRODUÇÃO	11
1. UM MUNDO PRÉ-EXISTENTE: LINCHAMENTOS EM CENA.....	26
1.1 Imagens-rastros da mídia	27
1.2 Imagens-rastros e constelações mnêmicas: os marcados, os acorrentados e os patíbulos da imprensa.....	38
1.2.1 Os marcados	39
1.2.2 Os acorrentados.....	42
1.2.3. Os patíbulos	45
2. O LINCHAMENTO COMO MUNDO CONFIGURADO	55
2.1 Narrativas sensacionais e suas estruturas.....	56
2.2 Linchamentos: ondas de notícias	65
2.2.1 As cenas	75
2.2.2 Cenas e sensações	85
3. DE VOLTA AO MUNDO: RECONFIGURANDO NARRATIVAS	94
3.1 Violência virtual	95
3.2 A nova velha luta: o bem contra o mal.....	99
3.3 A cor da pele nunca é invisível.....	103
3.4 Vítima, Traidor e racismo	110
CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

INTRODUÇÃO

Em julho de 2015, mais um linchamento aconteceu no país – segundo o sociólogo José de Souza Martins, trata-se de evento diário –¹ e poderia mesmo ter sido só “mais um” entre os cerca de 40 casos noticiados pelo jornal *Extra* àquele ano.² Contudo, o assassinato brutal de Cleidenilson Pereira da Silva em São Luís (MA) – jovem negro de 29 anos, suspeito de tentar assaltar um bar, rendido, despido, atado a um poste e espancado até a morte – por uma massa simultaneamente amorfa e reconhecível despertou muitas reflexões.

"O linchamento é a sutura ritual de um rompimento social profundo provocado por um ato violento e violador contra a vítima da vítima [do linchamento]" (MARTINS, 2015, pos. 1300).³ Ou seja, trata-se de conduta fisicamente violenta empregada contra alguém que cometeu (ou é suspeito de ter cometido) ação determinada contra pessoa (ou grupo de pessoas) que rompe as regras de um conjunto social.

As motivações que levam a essa explosão de agressividade parecem variar do furto à pedofilia, passando por boatos sobre rituais de magia negra associados a sequestro de crianças.⁴ José de Souza Martins (2015) aventa a questão central que possivelmente perpassa o fenômeno sociológico dos linchamentos no país:

[...] a hipótese mais provável é a de que a população lincha para punir, mas sobretudo para indicar seu desacordo com alternativas de mudança social que violam concepções, valores e normas de conduta tradicionais, relativas a uma certa concepção do humano. A vingança é uma forma de exclusão e de rejeição dos indesejáveis e do que eles representam enquanto agentes de uma concepção de sociedade que contraria a dominante e contraria direitos por ele vitimados. (MARTINS, 2015, pos. 363).

Afinal, que características saltaram aos olhos quando nos deparamos com esse caso em particular? Em primeiro lugar, o crime de espancamento coletivo ocupou toda a primeira página do jornal *Extra* de 8 de julho de 2015. “Do tronco ao poste”, em letras brancas garrafais e destacadas por um fundo de cor preta, foi a frase escolhida como manchete de primeira página, alinhada à seleção de duas imagens excepcionalmente

¹ Conforme entrevista concedida ao *El País*, na mesma semana. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/09/politica/1436398636_252670.html Acesso em: 20/10/2016

² Em levantamento preliminar realizado em 14 de janeiro de 2018, na busca pelos termos linchamento/linchamentos no acervo do jornal *Extra*, foram encontradas 40 páginas em que uma das duas palavras foi detectada. Isso não significa, porém que cada ocorrência do termo corresponde a um caso concreto de linchamento, sendo, portanto, uma estimativa.

³ (*) Em algumas referências, utilizo o termo “posição” e não a “página”, pois alguns livros usados estão no formato Kindle, que não oferece a referência em páginas.

⁴ Conforme cobertura do jornal *Extra* em 06/05/2014 a respeito do linchamento de Fabiane Maria de Jesus, “incriminada numa notícia compartilhada em rede social”.

simbólicas quando associadas: no topo da página, uma gravura de Debret (1815) exibindo um linchamento de um escravo em um tronco, no centro de uma praça pública, diante de plateia contemporânea; abaixo, a fotografia da consumação do linchamento de Cleidenilson – seu corpo despido, sem vida e ensanguentado, amarrado a um poste, a poucos passos de uma multidão que também assiste à cena.

Como leitora contumaz do jornal *Extra* – veículo lançado em 1998 que me iniciou no mundo do jornalismo quando eu entrava na adolescência – recebi aquela primeira página como um tiro de canhão impossível de não ser ouvido.⁵ Que vítima era essa que o jornal exibiu e que contextualmente não lembrava, em aspecto algum, as vítimas corriqueiramente retratadas pela mídia da violência urbana típica das cidades grandes capitalistas e desiguais? Por exemplo, Gabriela e Luciana, estudantes brancas baleadas em 2003 nos bairros Tijuca e Rio Comprido, na cidade do Rio de Janeiro (RJ)⁶, ou então, os costumeiros inocentes, vítimas do “tráfico/[de] traficantes” – essa grande instituição que parece explicar todos os problemas de segurança pública do Rio de Janeiro (RJ).⁷

A minha expectativa diante da publicação de um caso de tentativa de assalto pela mídia tradicional brasileira foi rompida: a vítima do linchamento, Cleidenilson Pereira da Silva, 29 anos, em São Luís (MA), também foi retratada como vítima "de nossa violência"⁸ – racismo e desigualdade social; a execução do rapaz teve maior importância para a matéria do que sua suposta tentativa de assalto frustrada, "motivação" do seu suplício; a ocorrência foi comparada aos castigos aplicados nos cativos durante o período colonial; o espaço que o jornal dedicou ao ocorrido também chamou atenção, bem como a maneira como o prolongou no tempo. A matéria foi primeira página do dia 8 de julho de 2015 e rendeu ao *Extra* o Prêmio ExxonMobil (antigo prêmio Esso) daquele ano.

Questões-chave então eclodiram, com base nessas reflexões: por que essa forma de narrar um caso de linchamento nos provocou tanta estranheza? Foi, de fato, um tratamento excepcional? Haveria, então, uma fórmula padrão para esse tipo de narrativa? Essas foram perguntas fundamentais para este trabalho e a tentativa de respondê-las nos levou a forjar o objeto de pesquisa: as cenas de linchamentos da imprensa. Consideramos essa primeira página de 2015, em particular, como caso-emblema da pesquisa, pois, enxergamos nos seus elementos uma aparente ruptura que iremos investigar.

⁵ Parafrazeando Voltaire no seu *Dicionário filosófico* (1764), quando fala sobre a liberdade: “Eis uma bateria de canhões que atira junto aos nossos ouvidos; tendes a liberdade de ouvi-la e de a não ouvir?”

⁶ Para saber mais sobre os casos e a cobertura “de sensações” a eles empregada, ver Matheus (2006).

⁷ Para saber mais sobre a figura do “traficante”, ver Zaccone (2015).

⁸ Para citar a expressão da própria cobertura do *Extra*. Cf. DO TRONCO AO POSTE. In jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 1.

Logo nas discussões iniciais sobre essa primeira página, outro caso veio imediatamente a nossa memória: o espancamento de um adolescente negro ocorrido no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro (RJ) em 2014,⁹ retratado com destaque na primeira página de 4 de fevereiro também do jornal *Extra*. Comparando as tramas narrativas construídas pelo mesmo veículo nos dois casos, detectamos elementos contrastantes que mereciam ser investigados com mais profundidade.

O que mais chamou atenção nesse exercício de aproximação foi o contexto em que cada episódio foi inserido. Em 2014, o que parece ser uma denúncia de violência na primeira página, torna-se um caso desinteressante de investigação policial, localizado em um bairro nobre da cidade do Rio, que é retratado como “inseguro” e “desconfortável”.¹⁰ Em 2015, por outro lado, identificaremos componentes outros, que decorrem tanto da primeira página quanto da matéria principal, levando à impressão de ruptura gerada por esse caso.

O que explica esse interesse particular pela temática da violência e, pontualmente, pelos linchamentos? Além de estar submetida às mesmas formações subjetivas mediadas pelos meios de comunicação que tentam seduzir também (ou principalmente) com as desgraças cotidianas, em 2014, enquanto estagiária de jornalismo da Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN), tive acesso ao processo produtivo de uma série de textos que abordavam o comportamento violento do brasileiro.

À época, casos como o do jovem espancado no bairro Flamengo – acusado de praticar assaltos, foi despido e amarrado a um poste por uma trava de bicicleta – viraram notícia de primeira página.¹¹ Os questionamentos levantados pela RHBN também abordavam a reprodução de um discurso violento. Esse fator contribuiu para que a consagrada primeira página do jornal *Extra* de 8 de julho do ano seguinte me provocasse enorme estranhamento: em comparação ao caso do Flamengo, por exemplo, essa nova vítima de linchamento, Cleidenilson Silva, que também era acusada de praticar um assalto, foi narrada com outras tonalidades, com outras dimensões.

O destaque foi para o linchado e o seu contexto social, comparados à realidade escravista do Brasil do século XIX. A motivação fundamental foi, inicialmente, compreender se esta primeira página representa um rompimento com determinado discurso jornalístico que, majoritariamente, ignoraria o lugar de vítima ocupado por indivíduos como

⁹ Cf. RICARDO, Igor; LUCCIOLA, Luisa. “Delegacia vai apurar lesão” In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 9 e ESPANCADO NA RUA E NA INTERNET. In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 1.

¹⁰ Para citar expressões colhidas de moradores do bairro para a matéria. Cf. ESPANCADO TAMBÉM NA INTERNET. In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 9.

¹¹ ESPANCADO NA RUA E NA INTERNET. In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 1.

Cleidenilson, desde muito antes de sofrerem um linchamento. Assim, essa cobertura norteou nossas considerações principais para a elaboração da pesquisa enquanto caso-emblema.

Nas páginas dedicadas ao linchamento de Cleidenilson também encontramos entretítulos marcantes como "tribunal do ódio" e "sentenças da rede" – com vários comentários originários da Internet em "apoio a selvageria".¹² Além disso, as matérias subsequentes (suítes relacionadas ao tema) consolidaram o entretítulo "tribunal do ódio" como espécie de seção temporária do jornal. Dessa forma, não pudemos deixar de notar o discurso de ódio (BRUGGER, 2007 e LANNING, 2012) exposto, denunciado e repudiado pelo jornal. Abordaremos esse aspecto, sobretudo, sob a ótica do jornalismo de sensações (BARBOSA, 2004; MATHEUS, 2006 e 2011; BARBOSA E ENNE, 2005; ENNE, 2007).

Os estudos acerca do fenômeno sociológico do linchamento – notadamente, o trabalho do sociólogo da Universidade de São Paulo, José de Souza Martins (2015) – também fornecem diversas chaves teóricas para a compreensão do problema que é muito mais do que um homicídio praticado por um grupo ou multidão. Entretanto, é preciso ter em mente que o objeto será tratado do ponto de vista comunicacional, não se fixando sobre o fenômeno em si. Portanto, teremos que desencravar o comunicacional, ao expor a problemática desta pesquisa.

Assim, vamos além da perspectiva sociológica e histórica, considerando como alicerce fundamental à pesquisa a especificidade narrativa do jornalismo que veicula primordialmente essa tipologia de notícias, para o qual adotaremos a definição de “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004). O conceito, cunhado pela jornalista e historiadora Marialva Barbosa, refere-se às formulações discursivas que provocam sensações físicas no leitor, que apelam ao imaginário e, na sua narrativa, estabelecem eixos discursivos com as sensações do leitor, invocando os mais variáveis sentidos físicos.

Neste trabalho, optamos pelo termo “sensações” em substituição a “sensacionalismo” para caracterizarmos o tipo de jornalismo que será objeto da nossa pesquisa. Essa escolha se deu em função do uso recorrente da expressão “sensacionalismo” enquanto “espécie de acusação, sendo usado muitas vezes como sinônimo de imprecisão e de distorção das informações”, aponta Barbosa referenciando Angrimani Sobrinho (2007a, p. 214).

Além das notícias definidas pelos próprios veículos como um linchamento,

¹² Conforme coloca o próprio *Extra* em DO TRONCO AO POSTE. In jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 1: “Se em 1815 a multidão assistia, impotente, à barbárie, em 2015 a maciça maioria *aplaude a selvageria* [...]”.

observamos que, como discorre Martins (2015), “estamos em face de uma cultura da justiça popular, um código complexo de ações de restauração da ordem onde ela é violada.” (MARTINS, 2015, pos. 2070). Nas pesquisas preliminares, pelos acervos de impressos, encontramos o termo “linchamento” também sendo empregado como uma espécie de metáfora: “linchamento virtual”, para noticiar casos de perseguições, acusações e ameaças pela internet e até como componente narrativo de crônicas e tema de novela. Consideramos que essa cultura também se relaciona com a violenta formação estrutural que tivemos enquanto sociedade: marcada pelas guerras de conquista e escravidão.¹³

No âmbito da Comunicação, especificamente, a temática da violência é tema de profundo interesse: há quase duas décadas, no livro *Sociedade, mídia e violência* (2002), Muniz Sodré já destacava algumas percepções sobre o assunto. Segundo o autor, o aumento da violência na América Latina, somado à preponderância dos meios de comunicação na configuração das formas de relacionamento (intersubjetivo) de jovens e adultos colocaram “a mídia no centro das interrogações sobre o fenômeno da violência” (SODRÉ, 2002, p.9).

Vivemos em uma sociedade onde se manifestam várias formas de violência, submetidas a diversas relações de mediação. Há, portanto, inúmeras atribuições de sentidos à violência e à criminalidade. Seguindo essa reflexão destacam-se os conceitos de violência, crime, criminoso e risco. E é no exercício de resposta a algumas perguntas-chave como “o que caracteriza os criminosos?”, “quais são as causas do crime?”, etc., que se desdobram posições subjetivas (SODRÉ, 2002; VAZ, 2009). É na esteira dessas preocupações que inserimos o trabalho. Assim, entendemos ser possível contribuir para as pesquisas do campo da Comunicação, abordando essas representações jornalísticas de violência – as cenas de linchamentos – do ponto de vista comunicacional.

Com essas reflexões em mente, forjamos o objeto desta pesquisa: as cenas de linchamento da imprensa – construções narrativas, retratadas pelo “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004), que revelam ação violenta dirigida contra o corpo de alguém, objetivando a sua exclusão, empregada por uma massa amorfa: ainda que objetivamente presente em imagens ou enquanto público leitor presumido do jornal.

Em relação às pesquisas recentes em Comunicação, após levantamento no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), complementada pela Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tomando como palavras-chave mídia, violência, discurso,

¹³ Conforme apontado por Rodrigo Elias em artigo de 2014 para a Revista de História da Biblioteca Nacional, “Curtindo um castigo”. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/curtindo-uma-violencia> Acessado em: 06/10/2016

ódio, imprensa, cenas, linchamentos, encontramos 45 trabalhos relacionados ao termo “linchamento”.¹⁴

No sistema da Capes, quando articulamos a busca entre as palavras “ódio” e “linchamento”, apenas oito trabalhos apareceram filiados ao campo da Comunicação.¹⁵ Todos são dissertações de mestrado e somente três se aproximam de alguma maneira das nossas questões, mas não dão conta de respondê-las. Rossignoli (2014), ao tratar da construção discursiva do judeu na *Folha da Manhã* dos anos 1930, expõe como determinados signos atrelados ao ódio e repulsa ao judeu foram apropriados pelo jornal. Pimentel (2015) discorre sobre a relação entre emoções e argumentos contrários e favoráveis à redução da maioria penal. E a terceira dissertação que poderia contribuir com o nosso trabalho, de Lima (2003),¹⁶ não está disponível na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC-SP e, portanto, não foi possível acessá-la.

Seguimos então a partir das leituras-chave deste trabalho, destacamos a dissertação de mestrado de Matheus (2006). A autora trata do “medo midiático” e da impressão de *continuum* narrativo de caráter sensacionalista. Também é do nosso interesse analisar as permanências e rupturas das narrativas dos linchamentos, tentando evidenciar, porém, a epistemologia do *fait divers*¹⁷ de que fala Darnton (1990). Essa perspectiva a partir da emoção medo, entretanto, será uma boa chave de leitura. Na nossa pesquisa, contudo, todo o teor emocional das cenas de linchamentos será observado por meio do conceito de “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004), visando desvendar as possíveis estruturas narrativas que deixam transparecer o ódio – notadamente –, a repugnância e o horror.

Na esteira das pesquisas de Leticia Matheus, também nos aproximamos do trabalho de Érica Fortuna (2016), na medida em que a autora analisa o discurso do jornal *O Globo* – também a partir de Ricoeur – a respeito da articulação entre jovens negros e pobres,

¹⁴ Para restringirmos o universo das buscas, também adotamos a flexão apenas dos termos “cenas” e “linchamentos” que compõem o objeto desta pesquisa.

¹⁵ Até dezembro de 2017, a Capes somava 13.525 trabalhos vinculados à área da Comunicação, pouco mais de 1% do total da base.

¹⁶ Lima, Robinson Rômulo Gemino. *Comunicação como ação: desdobramentos de performativo desde Austin*. 01/05/2003 146 f. Mestrado em Comunicação e Semiótica. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: PUC-SP

¹⁷ Em *Crítica e verdade* de Roland Barthes (2007), a expressão *fait divers* – sem correspondente preciso em português – é complexificada, o que vamos explorar no segundo capítulo da dissertação. Em suma, trata-se de uma notícia geral sobre acontecimento monstruoso/inominável/excepcional, que não depende de nenhum conhecimento a ela prévio para ser consumida; é uma informação imanente, marcada por uma estrutura fechada, que não remete a nada além de si própria. Seu conteúdo, sem dúvida, diz respeito ao que interessa ao ser humano: sonhos, fantasmas, medos, alienações, etc. Mas sua estrutura se encerra em si mesma no nível da leitura, sendo composta primordialmente pela relação entre duas notações. Exemplo do autor: “Cinco mil mortos no Peru”. Temos um horror global em uma frase simples, mas o notável é encontrado na articulação entre morte/número, na relação da morte com o número (BARTHES, 2007, p. 59). Destacamos que adotaremos a forma “*fait divers*” sem hífen, conforme nosso autor de referência, Barthes (2007).

criminalidade e reforço da proposta de redução da maioria penal em discussão na época da sua pesquisa. Racismo (MBEMBE, 2014; MUNANGA, 2004; SOUZA, 2017; SCHWARCZ 2012,) também será um ponto essencial ao nosso trabalho, sendo possível aproximar as nossas reflexões.

É nossa intenção nesse trabalho identificar se há um padrão narrativo comandando a temática dos linchamentos na imprensa. Se, como afirma Angrimani Sobrinho (1995), o *fait divers* é componente indissociável da chamada imprensa “sensacionalista”, que aqui chamaremos de “de sensações”, tentaremos compreender melhor essa tipologia de notícia que se faz presente nesse fazer jornalístico à luz do que Darnton (1990) chamou de epistemologia do *fait divers*. Também apreendemos como parte dessa definição o processo de produção das notícias de que Darnton trata: uma das práticas primárias é, por exemplo, a consulta de arquivos de notícias semelhantes.

Assim, pretendemos identificar a construção de cenários narrativos que também levariam a conformação de ondas de linchamento. É pensando nessa possibilidade de padronização que podemos identificar a configuração de temáticas-emblema sobre o linchamento, em um sistema de repetição que apela a determinadas pré-configurações narrativas e repete modos de narrar. Definimos, então, as ondas de notícias de linchamento como uma profusão de notícias sobre um mesmo tema, dentro de um determinado modelo, em um determinado momento, e que identificaremos a partir da construção de cenários narrativos específicos, principalmente, a partir das análises de Paul Ricoeur (1994, 1995, 1997).

Pensando em exemplo específico citado por Darnton (1990, p. 91), um dos “casos notáveis de continuidade em suas tradições jornalísticas”, quando uma matéria parisiense de 1618 que se refere a um caso de erro de identificação em que os pais mataram o próprio filho, repete-se 230 anos depois em Toulouse e aparece até mesmo em um jornal argelino posteriormente, cabem outras questões. Essas cenas de linchamentos interpelariam nossas memórias pelas significações que produzem? Que especificidades essas narrativas apresentam e que vínculos possuem com o passado?

Evidentemente, não iremos verificar essas ondas de linchamentos em épocas tão longínquas, mas considerar a sua profusão em um período mais contemporâneo, concentrada sobretudo nos últimos cinco anos.¹⁸ Apesar dessa restrição, destacamos que

¹⁸ Quanto a esse período, cabe destacar o momento turbulento que vivemos no Brasil – as jornadas de junho de 2013, o afastamento e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a pré-campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2017 – e o papel de destaque que o ódio parece ter ganho nesse momento. Sobre o tema cf. GALLEGO, 2018.

essas narrativas apelam a emoções imemoriais, em que o cenário da praça pública se identifica claramente como o lugar do supliciamiento.

Por fim, tentaremos desvendar possíveis articulações discursivas sobre a violência¹⁹ (ou que, potencialmente, incitem a violência) que aparecem na mídia – sobretudo do ponto de vista da cor da pele – contribuindo, portanto, para a manutenção de determinadas sensações dirigidas a uma certa categoria de pessoas, como explica Souza (2017), as categorias podem receber outros nomes hoje em dia, mas as sensações que dirigimos a elas permaneceram: “o ódio ao pobre de hoje em dia é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes” (SOUZA, 2017, p. 67).

Para a investigação das imagens comunicacionais dos linchamentos entendemos que o período de 2013 a 2017 é suficiente para a definição do que denominamos ondas de linchamentos e para a análise geral das três últimas ondas e para a análise específica da última onda de notícias sobre o tema. Buscando sempre o contraste em relação ao caso-emblema da pesquisa: a cobertura do linchamento de Cleidenilson Pereira da Silva pelo jornal *Extra*.

A questão central da dissertação parte da presunção de que haveria uma especificidade narrativa do “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004) quando este se ocupa da temática dos linchamentos. O que nos leva ao seguinte problema de pesquisa: quando os linchamentos aparecem na imprensa atendendo a um determinado padrão narrativo – na medida em que as ocorrências são construídas dentro de uma lógica que considera aceitável o discurso violento contra um “outro”, “o bandido”, “o estuprador”, entre outras categorias –, não estariam as notícias sobre linchamentos reforçando violências e legitimando o desejo de exclusão característico do fenômeno sociológico linchamento (MARTINS, 2015, POS. 363)?

O que parece ocorrer é a captura das notícias dessa temática por um enquadramento em um padrão que reforça parâmetros culturais e de mentalidades associados ao pensamento brasileiro conservador, em especial, no que diz respeito à cor (LARA, 1988; SCHWARCZ, 2012; MBEMBE, 2014 e 2011), dado o passado escravocrata do país e a resistência por parte das elites em abordar essa temática (SOUZA, 2017). É também uma questão importante a ser discutida neste trabalho se é possível enxergar esse reforço no público leitor dessas notícias. Dessa forma, os comentários deixados na página do Facebook do jornal *Extra* também se colocam como *corpus* do trabalho.

Característica premente no ato de linchar é o desejo de eliminação de alguém – que tenha rompido com a ordem social, conforme explica Martins (2015) – o que pode ser aproximado do que o psicanalista Christian Dunker²⁰ caracterizou como a forma mais perigosa de odiar: quando a existência de um outro ofende a minha e, portanto, fantasio que seria mais feliz se esse outro fosse eliminado. É esse sentimento que acreditamos ser potencialmente vinculado à prática de linchamentos, logo, incluído nas tramas narrativas das notícias. A ideia é perceber se há a elaboração de uma narrativa capaz de reforçar essa visão.

Do ponto de vista metodológico, partimos da concepção de Muniz Sodré (2014) sobre o campo da Comunicação: um lugar de reflexão do tempo presente, articulado com seus processos e historicidades. Ou seja, em vez de observarmos as referidas cenas de uma maneira estanque, buscaremos compreender seus processos de formação, inserindo-as em um contexto. Compreendemos que a Comunicação é uma “ciência do comum”, como explica o autor, em que nós, seres humanos, somos comunicantes porque relacionamos ou organizamos as mediações simbólicas “em função de um comum a ser partilhado” (SODRÉ, 2014, pos. 29).

Assim, tomamos por base um dos mais célebres trabalhos sobre as operações que envolvem textualidades, *Tempo e narrativa* (1994, 1995, 1997) do filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005), para construir a metodologia que conduz este trabalho. Os capítulos foram então estruturados por meio da noção da tríplice mimeses: 1) Prefiguração, 2) Configuração e 3) Refiguração. É por esse conceito que Ricoeur explica a articulação entre, justamente, tempo e narrativa. Suas preocupações de origem centram-se nos estudos de Aristóteles sobre a intriga (narrativa) e de Santo Agostinho sobre o tempo: para o autor, o que carece em Agostinho (a ideia de narrativa) pode ser complementado pela *Poética* de Aristóteles e o que carece em Aristóteles (a questão do tempo), pode ser suprido por Agostinho.

Ricoeur traça então todo um circuito comunicativo e hermenêutico que envolve, articula e distingue três mundos em sincronia: da produção, do texto e do leitor (LEAL, 2014, p. 9). Seguindo a ordem da tríplice mimeses, que não deve ser confundida com uma organização temporal ou sequencial, iniciamos a pesquisa tentando compreender: em primeiro lugar, a realidade social que fornece os elementos a partir dos quais uma história é

²⁰ Conforme entrevista concedida ao jornal Nexo, publicada em 10/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0bbG5leMbK8&feature=youtu.be> Acessado em: 15/09/2017.

contada: o que há “do mundo” em uma narrativa, que valores éticos, políticos e morais ali habitam?

No nosso caso específico, vamos nos ater às relações de violência que podem ser vinculadas principalmente à cor e à pobreza, inseridas no universo dos linchamentos. Para tanto, no primeiro capítulo, vamos comparar cenas de linchamentos da imprensa pertencentes a momentos específicos da história – século XIX, século XX e século XXI -, tentando identificar alguns padrões e possíveis explicações para essas formas textuais que detectamos como modelo nessas narrativas. Nesse momento inicial, o tempo é nosso eixo temático e o *corpus* não se limitará ao jornal *Extra*. É nossa intenção comparar a cena de linchamento apresentada pelo caso-emblema com outras cenas célebres retratadas também por outros veículos.

Em segundo lugar (capítulo 2), observaremos a configuração dessa realidade em linguagem na contemporaneidade. Colhendo notícias que apresentam cenas de linchamento no decorrer de cinco anos (2013 a 2017), expondo as narrativas por elas empregadas. Em análise mais profunda, faremos uma classificação dos casos inseridos na onda de notícias sobre linchamentos, aparentemente despertada pelo caso do Maranhão, nas categorias-chave que extraímos do *corpus*: frequência, alívio e condenação.

Nesse momento, tentaremos detectar os movimentos de seleção, modos de endereçamento (ELLSWORTH, 2001), escolha das fontes e disposição dos elementos noticiosos, levando em conta as características do “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004). Trata-se do mundo do texto, o caminho que conduz do mundo da produção ao mundo do leitor. O tema que guia esse capítulo é o “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004; MATHEUS, 2006 e 2011; BARBOSA E ENNE, 2005; ENNE, 2007), com amplo destaque para as imagens (BURKE, 2004).

Em última instância, para o capítulo 3, caberá observar, diante da principal narrativa analisada – o linchamento até a morte de Cleidenilson da Silva no Maranhão – como os leitores reconfiguraram, reconstruíram, recompuseram essa narrativa. Analisando os comentários deixados na página do Facebook do Jornal *Extra*, pretendemos mostrar como, potencialmente, essa história foi inserida na própria intenção comunicativa e nos próprios parâmetros éticos e sócio históricos dos leitores/receptores (LEAL, 2014, p. 9).

As temáticas que abrigam esse capítulo são: as matrizes culturais que perpassam a leitura de mundo identificada nos comentários (MARTIN-BARBERO, 1997; BARBOSA E ENNE, 2005; ENNE, 2007; MATHEUS, 2006), com destaque para o que estamos chamando de “A nova velha luta: o bem contra o mal”, o maniqueísmo, dualidade

fundamental no “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004); e raça (MUNANGA, 2004; MBEMBE, 2014; SCWARCZ, 2012 e SOUZA, 2017).

Para detectar as cenas de linchamentos, identificamos nesse período de cinco anos, os acontecimentos retratados que envolvessem ação violenta no corpo efetiva ou iminente, associada ao campo semântico da palavra linchamento (suplício, espancamento coletivo, etc.). A escolha de um jornal que pode ser filiado ao chamado “jornalismo popular” decorre da própria temática do trabalho (violência) e da provocação original que o estimulou: a primeira página “Do tronco ao poste”. Vamos agrupar essas cenas por meio da observação de ondas de notícias, momentos-chave de profusão dessa temática.

Conforme apresentamos, para o nosso *corpus* empírico, escolhemos as notícias vinculadas ao “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004), particularmente às do jornal *Extra*. Essa decisão não foi orientada somente pela necessidade de delimitações de ordem prática, como coloca Braga (2016). Uma vez que tratamos da temática da violência, concluímos que a pesquisa seria mais eficaz se fosse majoritariamente aplicada a um jornal que privilegia em sua linha editorial esse tipo de assunto. A delimitação do período de cinco anos (2013-2017) foi o recorte escolhido, para garantir a reunião de casos diversos.

A escolha da mídia impressa se explica por duas razões. Além da possibilidade de dar sequência a pesquisas anteriores,²¹ a Pesquisa Brasileira de Mídia (2016)²² ainda mostra a preponderância da versão impressa dos jornais. Ao investigar os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira, 66% dos entrevistados têm a versão impressa como o meio principal de leitura de jornais. Ainda no âmbito da materialidade, 49% adquire o jornal em banca e 59% não realiza atividades paralelas durante a leitura do impresso. Decidimos, então, observar as cenas de linchamento *na* imprensa.

Precisamente, o que estamos chamando de cenas de linchamentos são as notícias da mídia impressa caracterizadas por determinados elementos narrativos que elencaremos em quadros-síntese para melhor compreensão, mas que genericamente podemos definir como aquelas que se referem a ações perpetradas por uma massa amorfa de indivíduos contra um outro nas vias públicas, com o objetivo de supliciá-lo e a intenção/o desejo de leva-lo à morte.

Essa caracterização será amparada por três grandes universos teóricos: a noção de acontecimento – ou seja, do ponto de vista do jornalismo, o que foi acionado para a

²¹ A exemplo de MOREIRA, Angélica de Freitas Fontella. *Estratégias de memória e celebração: “O Globo 90 anos” e revista especial de 10 anos do Extra*. 2015. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: Marialva Carlos Barbosa.

²² Conforme Pesquisa Brasileira de Mídia 2016. Disponível em: <http://pesquisademidia.gov.br/#!/Jornal> Consultado em: 27/05/2018.

transformação daquele fato em acontecimento jornalístico; a narrativa – que jogos textuais aparecem narrativamente nas notícias publicadas sobre tais acontecimentos; e a memória – que trabalhos de memória emergem das construções narrativas midiáticas sobre essa temática. As imagens ganham destaque como signos de reconhecimento social em potencial, com base na metodologia proposta, sobretudo, pelos trabalhos de Burke (2004).

Seguindo as considerações do historiador Robert Darnton (1990), observamos ser possível agrupar as referidas cenas de linchamentos nos impressos em espécies de ondas de notícias. Em dado momento de *O beijo de Lamourette* (1990), o autor observa que a construção da notícia depende mais de um certo *modus operandi* do que da ideia pré-concebida de um determinado leitor imaginário (DARNTON, 1990, p. 71).

De acordo com o historiador, as características empresariais do jornal (sistema de recompensas – aqueles que escrevem de acordo com o “estilo” de seu editor, ou cumprem determinadas exigências de “qualidade”, têm mais chance de receberem melhores matérias em uma próxima reunião de pauta; grupos de referências dentro da própria profissão; história institucional do veículo) que se acentuam com a profissionalização, a partir da segunda metade do século XX e superam “em muito a influência de qualquer imagem que possam ter de um público em geral” (DARNTON, 1990, p. 97).

Assim, enfatiza a temática de uma epistemologia do *fait divers*: a fim de atenderem às exigências de seus editores e colegas veteranos, “a redação de notícias é fortemente influenciada por estereótipos e concepções prévias sobre o que deve ser ‘a matéria’” (DARNTON, 1990, p. 92). Essa visão nos guiará metodologicamente sobre as cenas de linchamento da imprensa, a fim de instrumentalizar nossa averiguação central: existiriam particularidades nas narrativas sobre linchamentos?

Estruturamos a dissertação em três capítulos, a partir da tríplice mimesis (RICOEUR, 1994), conforme apresentado: “Um mundo pré-existente: linchamentos em cenas”, “O linchamento como mundo configurado” e “De volta ao mundo: reconfigurando narrativas”. O primeiro capítulo apresentará o que chamamos de imagens-rastros da mídia, assim, lançaremos o olhar do campo da memória sobre o nosso objeto.

A ideia é observar as cenas de linchamentos segundo seus aspectos memoráveis em potencial, acreditamos que essas imagens deixam transparecer rupturas e permanências em diálogo com uma memória duradoura de um passado violento que ainda tem espaço no presente. Confrontando sete cenas de linchamentos (quatro contemporâneas e três de séculos passados), vamos refletir sobre as impressões memoráveis nelas potencialmente

contidas. Para tanto, acionamos sobretudo os estudos de Huyssen (2014) e Barbosa (2016a), para enxergar a relação entre memória e linchamentos segundo a ideia de palimpsestos.

No campo da memória, especificamente, e dos seus usos, nossos argumentos apoiam-se nos trabalhos de Ricoeur (2007), Todorov (2000), Barbosa (2007b), Halbwachs (1990) e Joutard (2007). Na medida em que Martins (2015) destaca evidências de “estruturas sociais profundas” no plano complexo do justicamento popular e que a violência faz parte da formação estrutural brasileira, depreendemos que o fenômeno dos linchamentos integra nossa memória social (HALBWACHS, 1990).

Despertadas pela primeira página do *Extra* de 2015, elaboramos determinadas perguntas que nos levaram à aproximação entre memória e linchamentos, considerando os vínculos existentes com a experiência escravista, principalmente do Brasil colonial e das nossas particularidades quanto à aplicação de castigos contra os escravizados (LARA, 1985). A respeito das estruturas citadas em Martins (2015), aproveitamos para considerar outros aspectos do ponto de vista da História a partir do trabalho de Braudel (1965) sobre a longa duração.

Passando para o segundo capítulo, nosso objeto de pesquisa será submetido ao campo de estudos do “jornalismo de sensações”, primordialmente (BARBOSA, 2004 e 2007a; AMARAL, 2003, 2005 e 2006; AGUIAR, 2008; ENNE, 2007; BARBOSA e ENNE, 2005; ANGRIMANI SOBRINHO, 1995; MATHEUS, 2011). Além dos estudos sociológicos de José de Souza Martins em *Linchamentos: a justiça popular no Brasil* (2015).

Vinculando esse capítulo ao anterior, vamos refletir sobre o fluxo do sensacional (BARBOSA e ENNE, 2005; MARTIN-BARBERO, 1997), detectando continuidades e transformações em relação ao passado duradouro (do tempo das estruturas) e ao passado imediato (das notícias imediatamente anteriores). A pergunta-chave para a análise proposta é: qual a especificidade da tipologia narrativa das notícias de linchamento em relação ao chamado “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004)?

Para responder essa questão, vamos observar as narrativas sensoriais (MATHEUS, 2006), ou seja, a natureza do objeto da pesquisa, as cenas de linchamento da imprensa, também por meio das considerações de Elisabeth Ellsworth (2001) sobre os modos de endereçamento, potencialmente presentes em toda produção de conteúdo do fazer jornalístico.

Partimos do pressuposto de que o jornalismo, ao narrar um fato que causa uma ruptura extrema no ritmo de normalidade presumida,²³ constrói um cenário narrativo propício para que notícias semelhantes à notícia “original” passem a frequentar o noticiário mais contundentemente. Configuram-se assim narrativas em ondas de linchamento – um evento de ruptura por excelência.

Fazendo um recorte no corpus trabalhado no primeiro capítulo, percorrendo as edições do jornal *Extra* de 2013 a 2017, contabilizamos um total de 23 casos de linchamento publicados. Nesse período, observamos três momentos de profusão dessa temática.²⁴ Sequencialmente, são os grupos de notícias em torno do caso de tentativa de linchamento no bairro do Flamengo (RJ) em 4 de fevereiro de 2014; outro conjunto, em volta do caso de linchamento da dona de casa do Guarujá (SP), em 6 de maio do mesmo ano; e, finalmente, o grupo de casos despertados pelo caso-emblema dessa dissertação, o assassinato de Cleidenilson da Silva, o jovem negro do Maranhão assassinado no pelourinho dos tempos contemporâneos.

Após breve descrição das narrativas que compõem os 23 casos, nos deteremos na última onda de linchamentos ocorrida: as notícias decorrentes do caso do Maranhão. Um total de sete cenas de linchamento tornam-se centrais para a pesquisa e, nosso esforço será para analisá-las em contraposição ao caso-emblema: o linchamento de Cleidenilson Pereira da Silva. As imagens ganham destaque nesse capítulo, bem como o trabalho de Peter Burke em *Testemunha ocular: história e imagem* (2004). Esses casos serão organizados a partir de eixos-temáticos identificados e, ao mesmo tempo, forjados com base na teoria articulada. São eles: frequência, alívio e condenação.

Para o capítulo 3, somando o objetivo de constatar a reconfiguração de que fala Ricoeur (1994) ao papel central que a internet desempenhou nas três ondas detectadas no período pesquisado, decidimos analisar os comentários do público leitor. A cobertura emblemática do linchamento de Cleidenilson nos despertou para outro questionamento: os comentários trazidos pelo jornal na retranca “As sentenças da rede” são, de fato, representativos? O que mais pode ser avaliado ao ampliarmos essa massa de falas extraída do Facebook?

Assim, vamos contrastar dois quadros: um que reúne os 10 comentários destacados pela retranca “As sentenças da rede” na edição de 8 de julho de 2015 *versus* outro com 30 comentários extraídos diretamente da publicação com a primeira página da mesma data. O

²³ Cf. Barbosa (2018)

²⁴ Do ponto de vista quantitativo.

caminho que traçamos para chegar a essa quantidade de três dezenas foi estruturado a partir da ferramenta “nuvem de palavras”.²⁵ Dado que nossa proposta é analisar a “tessitura da intriga”, julgamos adequado avaliar a frequência em que determinadas palavras são empregadas.

Então, duas chaves de leitura se fizeram indispensáveis à pesquisa: o maniqueísmo, estrutura de pensamento característica do “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004) que suscita a compreensão dos seus alicerces, processos que encontramos no trabalho de Martin-Barbero (1997) e de Barbosa e Enne (2005); e o racismo (MUNANGA, 2004; MBEMBE, 2011 e 2014; SCWARCZ, 2012 e SOUZA, 2017), uma ideologia construída para garantir determinado sistema econômico que integra o tempo das estruturas e, parafraseando Braudel (1965), perpassa tanto o *evento* do linchamento, quanto a *conjuntura* das leis que antes garantiam a escravidão e, hoje, criminalizam a cor e a pobreza. Acreditamos que a página do Facebook do *Extra* seja o lócus, por excelência, onde ocorre a imbricação entre essas duas chaves de leitura propostas.

O que este trabalho pretende, afinal, é descortinar um potencial padrão narrativo que estruturaria a temática dos linchamentos apresentada pelo “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004). Se os mundos do texto e do leitor estabelecem uma relação dinâmica, como afirma Ricoeur (1994), sendo possível que um afete o outro, suspeitamos da existência de um padrão narrativo que parece interessado em descortinar estruturas violentas da sociedade brasileira. É o que tentaremos desvendar.

²⁵ Partimos de um total de 10.153 comentários encontrados no post, elencamos as primeiras 65 reações verbais exibidas em ordem cronológica, sem diferenciação entre comentários direcionados à foto da primeira página e comentários em resposta a outros usuários da rede.

1. UM MUNDO PRÉ-EXISTENTE: LINCHAMENTOS EM CENA

Evidentemente, toda história tem uma origem, composta por fatores de diversas naturezas que podem ser divididas em três raízes principais: quem conta, quando se conta e para quem se conta. Quando analisamos as histórias publicadas *pela* imprensa, outras dimensões se apresentam nas entrelinhas dessas raízes, ganhando destaque: velocidade, interesse, relevância, essencialidade (LAGE, 1985) e espaço (impresso *versus* online). Além dos consolidados critérios de noticiabilidade: singularidade, acidentalidade, improbabilidade, desvio, proeminência etc. (SODRÉ, 2012). Sem perder de vista que se trata de um texto construído por uma empresa que precisa sobreviver economicamente,²⁶ além de obter lucro.

Com essas reflexões em mente, somadas à aparente ruptura que detectamos na cobertura do caso de linchamento de Cleidenilson Pereira da Silva em 2015, construímos o objeto desta pesquisa: as cenas de linchamento da imprensa. Construções narrativas, retratadas pelo “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004), que revelam ação violenta dirigida contra o corpo de alguém, objetivando a sua exclusão, empregada por uma massa amorfa: ainda que objetivamente presente em imagens ou enquanto público leitor presumido do jornal.

No caso, publicadas pelo jornal *Extra*, analisadas sob a perspectiva dessa tipologia de notícias (BARBOSA, 2004 e 2007a; BARBOSA e ENNE, 2005; MATHEUS, 2006 e 2011), perpassada pelos conceitos de narrativa (RICOEUR, 1994, 1995, 1997) e, principalmente, memória (RICOEUR, 2007; HALBWACHS, 1990; JOUTARD, 2007; BARBOSA, 2016^a; HUYSSSEN, 2014; BARBOSA, 2007b; TODOROV, 2000), nesse primeiro momento.

É nossa proposta, então, identificar a construção de determinados cenários narrativos, o que percebemos enquanto a fase da prefiguração em Ricoeur (1994). Nessa observação, encontramos padrões, por meio dos quais reconhecemos a configuração de temáticas-emblema sobre o linchamento, em um sistema de repetição que apela a determinadas pré-configurações narrativas, repetindo modos de narrar. Ganha destaque a longa duração da violência contra o corpo negro.

²⁶ Conforme destaca Hérica Lene, citando Schudson, no artigo “‘O fato jornalístico’ como conceito crucial no jornalismo e suas imbricações como ‘fato histórico’ e ‘fato social’” (2014).

Em artigo de 1965, Fernand Braudel, resume algumas de suas reflexões sobre História e durações. Após explicar a origem do tempo dos eventos, das conjunturas e das estruturas, principalmente, do ponto de vista do historiador, expondo os conflitos acadêmicos gerados por essas interpretações, defende a sincronicidade desses momentos:

Cada ‘atualidade’ reúne movimentos de origem, de ritmo diferente: o tempo de hoje data, às vezes, de ontem, de anteontem, de outrora. (BRAUDEL, 1965, p. 272)

Ao adaptarmos essa visão para a nossa pesquisa, observamos a seguinte estrutura: o crime de linchamento em si, bem como a ação que o “motivou” e sua eleição como notícia impressa compõem o evento; as leis vigentes que, antes, garantiam a escravidão e, hoje, criminalizam a pobreza e a cor, compõem as conjunturas; o racismo, uma ideologia construída para garantir determinado sistema econômico, compõem a estrutura que, como coloca Braudel (1965), perpassa tanto o evento quanto a conjuntura. Essa cadeia – também composta de rupturas – é o que tentaremos explorar ao longo deste capítulo sob a perspectiva da memória, principalmente, e no decorrer do trabalho, sob outros ângulos.

Para tanto, o exercício proposto neste capítulo é confrontar seis cenas de linchamentos, especificamente, em seus aspectos memoráveis, o que nos permitiu classificá-las como imagens-rastros. São elas: três cenas de linchamentos contemporâneas (2014, 2015 e 2017), três cenas de linchamentos de séculos passados (1870, 1983 e 1984) e uma quarta cena que se impôs à pesquisa em função do próprio impresso de 2015 tê-la posto em evidência, a gravura de 1815 do artista parisiense Jean Baptiste Debret (1768-1848) que o jornal *Extra* trouxe para a sua primeira página de 8 de julho de 2015,²⁷ junto de uma fotografia de suplicio contemporâneo (o caso-emblema desta pesquisa).

A escolha dessas cenas filia-se à detecção de imagens que se tornaram elas próprias distintivas do suplicio em praça pública, seja pela frequência com que são periodicamente lembradas, seja por que foram reconhecidas através de distinções formais, como, por exemplo, terem sido receptoras de prêmios jornalísticos.

1.1 Imagens-rastros da mídia

Logo na introdução de um dos mais completos estudos sobre linchamentos no Brasil, *Linchamentos: justiça popular no Brasil* (2015), o cientista social José de Souza Martins destaca evidências de “estruturas sociais profundas” no plano complexo do

²⁷ DO TRONCO AO POSTE. In jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 1.

justiçamento popular. Somando essa caracterização ao entendimento de que a violência faz parte da formação estrutural brasileira,²⁸ marcada pelas guerras de conquista e pela escravidão, entendemos que o fenômeno dos linchamentos integra nossa memória social (HALBWACHS, 1990).²⁹

Também chamada de memória histórica por Maurice Halbwachs (1990), o conceito dá conta de uma história mais abrangente (da nação, por exemplo), quando comparada à memória pessoal ou individual (HALBWACHS, 1990, p. 55). É no tensionamento entre memória autobiográfica e memória histórica, que o teórico faz explicações mais detalhadas: “a primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral” (idem).

Adiante, Halbwachs apresenta uma comparação que elucida a aproximação pretendida por este trabalho: ao falar de sua experiência na cidade francesa de Reims, garante não ter dificuldades em imaginar Joana D’Arc por lá, embora saiba não ter sido ele uma das testemunhas do ocorrido. As diversas representações da personagem francesa do século XV no cinema, no teatro, etc. são uma das explicações para tal facilidade (HALBWACHS, 1990, p. 55).

Além das estruturas sociais profundas detectadas por Martins (2015), identificamos um caráter polissêmico do linchamento, encontrado também em universos não noticiosos: no esporte, nas novelas, na política – com uso metafórico³⁰. Ou seja, em consonância com o exemplo de Halbwachs, as cenas de linchamentos também podem ser capazes de reconstruir constantemente uma dada memória compartilhada. A ideia de memória como reconstrução é central para a nossa análise; trazida por Halbwachs e Freud para o centro das preocupações dos estudos que antes tratavam a memória como um repositório de passado (JOUTARD, 2007).

Como lembra Halbwachs (1990), a relação da memória com o tempo e com a temporalidade é mais complexa do que simplesmente recuperar/resgatar um passado que estava depositado. Trata-se de reviver o passado, a partir do presente, para realizar determinado projeto: contar uma história, viver uma experiência. É nessa tensão entre

²⁸ Conforme apontado por Rodrigo Elias em artigo de 2014 para a Revista de História da Biblioteca Nacional, “Curtindo um castigo. Disponível” em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/curtindo-uma-violencia> Acessado em: 06/10/2016

²⁹ Alguns argumentos aqui elaborados foram desenvolvidos preliminarmente em artigo da autora de 2017. “Memória e linchamentos: marcados, acorrentados e patíbulos da imprensa” foi apresentado no GP História do Jornalismo do XL Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

³⁰ No capítulo “Linchamentos sensacionais” essa característica por nós detectada será aprofundada sob a luz da teoria de Mikhail Bakhtin em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2006).

passado, presente e futuro que a memória se coloca e, por isso, é dinâmica, por isso é reconstrução. O exemplo já consolidado do “pai morto” explica claramente a interpretação de Hallbwachs: se meu pai morre durante a minha infância, terei lembranças de um tipo, nos anos imediatamente subsequentes – as histórias que ele contava, os passeios que fazíamos – e que vão se transformando, com o passar dos anos, em função de eu me tornar mãe e depois avó, por exemplo.

Outro aspecto primordial para a pesquisa é o esquecimento, dimensão intrínseca à memória já que não se pode de tudo lembrar (HALBWACHS, 1990). Em *A memória, a história e o esquecimento* (2007), Paul Ricoeur investiga esse duplo da memória nos mínimos detalhes. Destacando o caráter ambíguo do esquecimento, o define como dano à capacidade de lembrar, tornando a memória em luta contra o esquecimento. Contudo, lembrando de *Funes, o memorioso*,³¹ aponta o conformismo que se impõe simultaneamente: temos consciência de que não é possível uma memória sem esquecimento (RICOEUR, 2007, p. 424).

Ao entrelaçar a problemática da presença, da ausência e da distância com a do esquecimento, Ricoeur propõe a divisão do esquecimento em duas figuras: o esquecimento por apagamento dos rastros e o esquecimento de reserva (RICOEUR, 2007, p. 425). Ambas são relevantes para a relação que indicamos haver entre memória e linchamentos. Para falar dos rastros, por meio de uma metáfora platônica – a impressão deixada por um anel na cera –, o autor expõe um vínculo entre imagem e impressão que somente o esquecimento pode dar conta (RICOEUR, 2007, p. 425). Com isso em mente, o filósofo propõe três tipos de rastro: escrito/documental; psíquico/impressão/afecção; e cerebral/cortical.

O rastro psíquico, impressão deixada em nós por um evento impactante, é o que melhor se aplica às nossas questões. Não só pelo papel central das imagens e do que elas provocam no sujeito (impressão), mas por sua natureza material: rastros desse tipo, assim como o do tipo documental, podem ser alterados fisicamente, apagados, destruídos (RICOEUR, 2007, p. 425). Tomando esta acepção por base, foi possível observar a relação entre memória e linchamentos através das lentes dos palimpsestos de que tratam Barbosa (2016a) e Huyssen (2014).

Em *Meios de comunicação: lugar de memória ou na história?* (2016a), Marialva Barbosa constrói uma reflexão crítica a respeito da categoria teórica lugar de memória –

³¹ O famoso conto de Luis Borges que narra a saga de um homem incapaz de esquecer. Cf. Tradução de Marco Antonio Franciotti (in Jorge Luis Borges: Prosa Completa, Barcelona: Ed. Bruguera, 1979, vol. 1., pgs. 477-484), disponível em: <http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20141/SLC0630-1/Funes,%20o%20Memorioso.pdf> Acessado em: 03/05/2018.

conforme raciocínio de Pierre Nora, principalmente – enquanto fórmula para tratar da relação entre meios de comunicação e história. Em dado momento, a autora se aproxima da ideia de palimpsesto em Huyssen (2014). Analisando o corpus empírico proposto – publicações imediatamente anteriores e posteriores ao 13 de maio de 1888 –, Barbosa detecta a produção de camadas de esquecimento em relação aos escravizados do Brasil colonial. Constata ainda que o esquecimento é uma categoria fundamental na formatação narrativa dos meios de comunicação do país.

Assumindo essas narrativas como base é possível detectar marcas, rastros e insígnias das estruturas de violência mencionadas no presente. Nas cenas de linchamento analisadas também encontramos, como um padrão, a interdição de testemunho e camadas de esquecimento em relação às vítimas de linchamentos. Barbosa também fala de “esquecimentos duradouros permanentemente atualizados” (BARBOSA, 2016a, p. 9), o que poderíamos aproximar da falta de multiplicidade de vozes presentes nas narrativas midiáticas. Essa ausência é uma constante, na medida em que as vozes de autoridade, os chamados argumentos de autoridade, parecem suprir toda a presumida demanda informativa, especialmente, na temática da violência.

Nos casos estudados, esse apagamento dos atores fundamentais das notícias – as vítimas de linchamento e suas vozes – por meio da apresentação única dos discursos das autoridades se apresenta de forma ainda mais perniciosa, pois, em pleno século XXI, reforça características consideradas debilitantes, que desumanizam essas pessoas. Impossível não correlacionarmos as vítimas que estudamos hoje com as vítimas da escravidão, especialmente, no que tange à problemática da memória.

Não seriam as atuais cenas de linchamento da imprensa uma verdadeira reconstrução dos castigos aplicados contra os escravizados em solo brasileiro no XIX? Que, trabalhando num duplo movimento – a exemplo da memória – evidenciaríamos essa lembrança amarga (dos castigos), ao mesmo tempo que naturalizam esse tipo de violência? Uma dinâmica que só é possível, na nossa concepção, porque a escravidão é um assunto indiscutivelmente não resolvido na história do país. Esse viés que parte do estudo dos castigos é também primordial para a nossa investigação em que Silvia Hunold Lara (1988) é leitura-chave.

Tornando possível essa observação, assumimos como plataforma privilegiada o jornal impresso. Conforme explicado por Marialva Barbosa (2007b), referenciando Paul Ricoeur: os meios de comunicação podem ser vistos como um “lugar fundador da memória contemporânea” e, além disso, em função do registro textual, também “transformam-se em

uma espécie de documento de época, regido pela convenção de veracidade necessária aos documentos – monumentos de memória” (BARBOSA, 2007b, p. 51). Cabe lembrar também o papel dos meios de comunicação enquanto “senhores da memória” (BARBOSA, 2007b):

A fixação desses marcos [acontecimentos tratados como excepcionais] por meio de mecanismos de preservação escritos ou visuais deve ser vista como um elemento básico de construção seletiva da memória que engendra, sobretudo, a questão do poder. Percebendo-a como seleção e como construção é necessário ver os agentes ou os senhores dessa operação como detentores de poder: tornar-se senhor dos lugares e das agências da memória é ser senhor da memória e também do esquecimento. Eternizar um dado momento é domesticar e selecionar a memória. (BARBOSA, 2007b, p. 51)

As imagens publicadas nos impressos também deixam transparecer rupturas e permanências que dialogam com uma memória duradoura de um passado violento que ainda tem espaço no presente. O exercício proposto neste capítulo é confrontar seis cenas de linchamentos em seus aspectos memoráveis, o que, para nós, inclui as dimensões de esquecimento, que observamos como verdadeiros palimpsestos a exemplo dos trabalhos de Barbosa (2016a) e Huyssen (2014).

Em *Culturas do passado-presente. Modernismos, artes visuais, políticas da memória* (2014), especificamente no capítulo que contrasta os usos do discurso sobre o holocausto judaico com o colonialismo, Huyssen oferece uma nova abordagem para a correlação de passados. Assumindo que todos os fenômenos da memória são conflituosos e estão em fluxo constante no tempo e, logo, que não há neutralidade na memória (HUYSSSEN, 2014, p. 181-183), sua ideia é focar nas interligações e conflitos transnacionais e transculturais, para obter como resultado os “[...] palimpsestos da memória em fluxo constante, acrescentando e apagando dados à medida que se deslocam no tempo” (HUYSSSEN, 2014, p. 178).

Embora seja uma sugestão para o que se poderia chamar de melhor uso do passado (parafrazeando Todorov (2000)), o que Huyssen chama de “palimpsestos da memória” será aplicado aqui como uma ferramenta metodológica que permitirá observar a superposição das cenas de linchamentos de ontem e de hoje da imprensa brasileira. O autor trata de um passado local ou nacional que se aproxima de outros passados, “ou até se funde com eles, sendo estes reescritos e usados de diversas maneiras”, gerando novas constelações mnêmicas transnacionais (HUYSSSEN, 2014, p. 178).

Ainda que a dimensão mais evidente do transnacional não esteja contemplada no nosso trabalho, podemos pensá-la como um arcabouço temporal, em que as reconfigurações

se dão em outras espacialidades de natureza temporal, ao aproximar gestos e imagens de um mesmo território político em múltiplos territórios temporais (do passado até o presente). O transnacional assume, portanto, a dimensão temporal, quando cenas, que poderíamos qualificar como imemoriais, comparecem novamente no contexto midiático, reescrevendo e usando o passado de múltiplas formas.

A propósito dos usos do passado, é indispensável citar também o trabalho do crítico literário Tzvetan Todorov em *Los usos de la memoria [Os usos da memória]*³² (2000). Aproximando memória e psicanálise, sua teoria consiste na seguinte lógica: a recuperação de recordações traumáticas reprimidas podem prover a cura de um grupo, da mesma maneira que determinam a cura do sujeito. Recuperar essas recordações leva ao controle e a desativação de seus efeitos, deixando de ser obstáculos. Não se trata de promover a regulação do passado pelo presente, mas de permitir ao presente que faça o uso que quiser do passado, resguardado, inclusive, o direito ao esquecimento. Cabe a cada um tomar essa decisão. Entre os usos ativos da memória, Todorov fala em dois tipos: os bons usos e os abusos.

Assim, Todorov (2000) inaugura uma crítica dos usos da memória, diferenciando as formas de reminiscência que podem resultar no bom uso, a forma exemplar, ou no abuso, a forma literal. Entre as características da forma exemplar, destacam-se seu potencial libertador e a possibilidade de ultrapassar a barreira da individualidade, assegurando a identidade do indivíduo, mas buscando explicar suas analogias.

O acontecimento recuperado é lido de maneira exemplar, sem negar sua singularidade: a ideia é usar esse elemento como modelo para entender novas situações com agentes diferentes. A intenção é converter o passado em princípio de ação para o presente. Muito similar à defesa do holocausto judaico como modelo para crimes contra a humanidade sobre a qual fala Huyssen (2014).³³ Essa fórmula pretende aproveitar as lições

³² Em tradução livre

³³ Em “Precondições históricas da hierarquia dos discursos de vitimação” (HUYSSSEN, 2014, p. 184-) Huyssen justifica o papel central do holocausto judaico como referência no que poderíamos chamar de “escala de memórias traumáticas”. São quatro os motivos que ele elenca: 1) A questão jurídica – esse evento foi uma das bases históricas da Convenção de Genebra sobre o genocídio, servindo de estrutura jurídica para genocídios e violações maciças de direitos humanos que poderiam vir a ocorrer; 2) A questão acadêmica – Segundo Huyssen, o holocausto judaico foi “a mais investigada das catástrofes humanas” (HUYSSSEN, 2014, p. 184), o que significa que existem inúmeras pesquisas e muitos métodos capazes de instrumentalizar novas investigações sobre traumas; 3) A questão das narrativas – O autor explica que “as estratégias e práticas narrativas da literatura ficcional e documental sobre o Holocausto influenciaram as representações de outros traumas históricos” (Huyssen, 2014, p. 184). A literatura crítica sobre testemunhas, depoimentos e história oral também cabe nesse item; 4) Por fim, Huyssen traz o fator “alcance da mídia ocidental da imagem” (Huyssen, 2014, p. 184): o ocidente produziu um vasto material (filmes, documentários, etc.) sobre essa temática que se espalharam por todo o mundo.

das injustiças sofridas, para lutar contra as injustiças produzidas hoje, não mais vinculadas ao indivíduo que “dá origem” a essa lembrança (TODOROV, 2000, p. 31-45).

Quando ocorre a interpretação literal do acontecimento recuperado, pode-se obter como resultado o abuso da memória. Levada ao extremo, pode gerar associações em direta contiguidade, ou seja, proximidade imediata. O indivíduo torna-se central, mais importante do que o todo. Dessa maneira, não há lições para serem aproveitadas, pois o que se recupera são recordações literais e intransitivas, incomparáveis, o que converte o velho acontecimento em insuperável, para Todorov. Ocorre justamente a submissão do presente em relação ao passado (TODOROV, 2000, p. 31-45).

Nosso intuito é pensar o transnacional de que fala Huyssen (2014) no tempo, como já enfatizamos anteriormente, na medida em que pressupomos constituir uma “nação” – no sentido de conjunto de indivíduos que se enxerga coletivamente de uma determinada maneira – que se diferencia da que éramos no período colonial, sendo o tempo o marco fundamental dessa distinção. Sincronicamente, observaremos que usos do passado estão em jogo, quando as impressões de violências de outrora vêm à tona nas cenas de linchamento da imprensa atual, por meio do que estamos denominando imagens-rastros da mídia.

Para atingirmos esse objetivo, escolhemos três cenas de linchamentos contemporâneas (2014, 2015 e 2017) e três cenas de linchamentos de séculos passados (1870, 1983 e 1984). Uma quarta cena se impôs à pesquisa em função do próprio impresso de 2015 tê-la posto em evidência. Trata-se de gravura de 1815 do artista parisiense Jean Baptiste Debret (1768-1848) que o jornal *Extra* trouxe para a sua primeira página de 8 de julho de 2015,³⁴ junto de uma fotografia de suplício contemporâneo.

Assim, vamos analisar essas imagens, que apreendemos como imagens-rastros, para refletir sobre as impressões memoráveis nelas contidas, referendando subliminarmente uma ação do passado no presente e produzindo com esse trabalho memorável uma certa naturalização do supliciamiento, do castigo em vias públicas, na busca de justiça feita com as próprias mãos. Feitores e expectadores contemporâneos reaparecem nas cenas, produzindo não só brechas num percurso memorável do passado até o presente, como também, por mais paradoxal que possa parecer, apagando restos desse passado, pela naturalização da violência.

Dessa forma, em um primeiro momento, nosso olhar recai sobre imagens que se tornaram elas próprias distintivas do supliciamiento em praça pública, seja pela frequência

³⁴ DO TRONCO AO POSTE. In jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 1.

com que são periodicamente lembradas, seja por que foram reconhecidas através de distinções formais, como, por exemplo, terem sido alvo de prêmios jornalísticos.

A primeira dessas imagens-rastros – que, como tal, deixaram marcas duradouras e se constituem em espécies de emblema das épocas no que diz respeito ao sentimento produzido pela violência do espancamento (seja o linchamento como suplício duradouro da escravidão, ou aquele que reproduz os gestos dos acorrentados do passado ou, por fim, o linchamento como solução final do massacre contra um ser humano) e que chegaram do passado até o presente, mas que podem ser novamente percorridas do presente até o passado – é a reprodução de uma charge de Ângelo Agostini de 1870 (figura 1).



Figura 1 – AGOSTINI, Ângelo. “De Volta do Paraguai”. In: *Revista Vida Fluminense*. Rio de Janeiro, N.º. 12, jun. 1870.³⁵

Inicialmente, apareceu na capa da *Revista Vida Fluminense* e, desde então, é recorrentemente referenciada. É tema de artigos acadêmicos, como em Liebel (2015), é citada em livros como *Escravos e o mundo da comunicação: oralidade leitura e escrita no século XIX* (BARBOSA, 2016b) e ainda ilustra artigos de vulgarização científica como a edição “Guerra do Paraguai” da *Revista de História da Biblioteca Nacional* (2013, p. 36).

³⁵ Cf. Liebel, Vinícius. (2015). Ângelo Agostini e a Charge no Crepúsculo Imperial – Apontamentos Preliminares acerca da Questão Abolicionista. *Almanack*, (11), 774-792. Acessado em: 04/05.2018, Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/2236-463320151111>

Como elucidada Barbosa (2016b), trata-se de um ex-escravizado, veterano da Guerra do Paraguai (1864-1870)³⁶ que é recebido com esse cenário que provoca a resposta: “[por] a mão na cabeça para expressar seu horror diante da cena em que vê a própria mãe sendo castigada no tronco” (BARBOSA, 2016b, p. 121).

Na ilustração de Ângelo Agostini, vemos ao fundo da imagem-rastro: uma pessoa no tronco sendo açoitada, enquanto um outro personagem observa a cena. Podemos supor que, além do soldado que se aproxima, outros também figuraram como expectadores passivos diante do suplicio público. Além disso, outros expectadores se juntaram a cena inicial, como por exemplo, os leitores da Revista Vida Fluminense que expressaram sentimentos diante da explosão de horror do soldado-escravo que voltava como veterano de guerra.

A segunda imagem analisada é uma gravura de Debret (Figura 2). Nela, observamos um escravo, fazendo as vezes de feitor (VAINFAS, 2001, p.222-223), contra outro, em praça pública. Na cena, há inúmeros expectadores que, passivos em vários cantos da praça, assistem ao espetáculo de punição, um linchamento público e duradouro de escravizados. A noção de duração é dada pela própria cena: outros supliciados estão inertes no chão da praça, indicando que uma ação de castigo corporal já tinha se passado, enquanto outros esperam enfileirados e vigiados por dois soldados a sua vez de tomar lugar no tronco. Não é possível ver qualquer reação: há uma inércia e uma aceitação do castigo público nas ruas da cidade.

Essa imagem ocupou metade da primeira página de 8 de julho de 2015, ganhadora do Prêmio ExxonMobil (antigo prêmio Esso) daquele ano, na categoria “Primeira página”.³⁷ Ao ser editada em contraposição e em comparação com uma cena atual (que ainda vamos analisar no decorrer deste capítulo), há uma intencionalidade na construção narrativa da reportagem em estabelecer vínculos mais evidentes desse passado de naturalização dos castigos corporais com cenas do contemporâneo.

Juntos, os artistas (desenhista e fotógrafo) contribuem para a construção de uma ideia de escravidão e violência enquanto elementos representativos do passado brasileiro, possibilitando o reconhecimento desse passado no presente. As imagens, por outro lado, ao trazerem uma presunção de um passado em que os castigos corporais faziam parte do cotidiano de uma grande parcela da população, naturalizam essas ações, contribuindo para

³⁶ Cf. Toral (1999). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000200012&script=sci_arttext&tlng=pt Acessado em 19/05/2018.

³⁷ Cf. ESSO É DO EXTRA. In jornal *Extra*, 20/10/2015, p. 10.

uma cristalização das ações de justicamento frente a uma multidão que, quando não se apresenta como ator responsável pela punição, assiste impavidamente às cenas do suplício público.

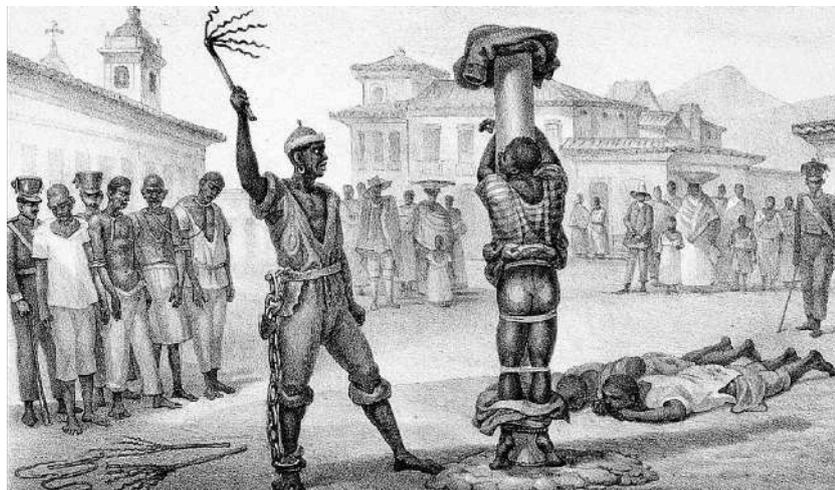


Figura 2 – Reprodução da gravura de Debret (1815)³⁸

Produzindo intencionalmente um salto temporal, apresentamos duas imagens que também se constituem em síntese narrativa dos suplícios humanos em torno de lugares públicos e que se dão diante de milhares de olhares. Em 1983, Luiz Morier fotografou, para o *Jornal do Brasil* (Figura 3), uma “batida” policial em uma comunidade carioca.

Com o instigante título “Todos negros”, a imagem captura um policial fardado conduzindo cinco pessoas apreendidas, amarradas entre si pelos pescoços com uma corda, a exemplo das gorilhas – instrumento de captura que se prendia ao pescoço – de que fala Lara (1988, p. 73) e do libambo – “cadeia de ferro com que se prendia pelo pescoço um grupo de condenados ou que se punha no pescoço dos escravos” -, conforme definição do dicionário Houaiss (2009). Ainda que nesta fotografia não haja uma cena explícita de linchamento, há a reprodução de ações violentas contra o corpo de seres humanos que perduraram de um passado histórico até o presente, diante de multidão.

³⁸ Cf. DO TRONCO AO POSTE. In jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 1.

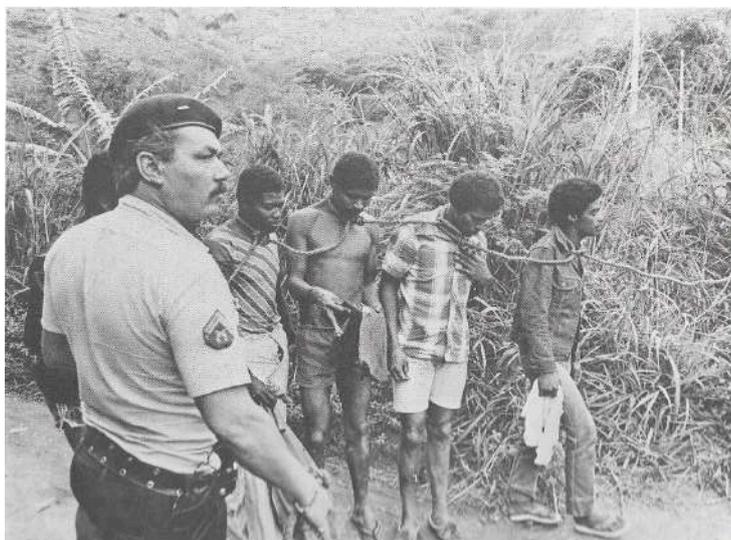


Figura 3³⁹ – Morier, Luiz. “Todos negros”. In: *Jornal do Brasil*, 1983.

A quarta imagem que apresentamos nessa breve análise foi também, tal como a anterior, ganhadora do Prêmio Esso de Fotografia⁴⁰ de 1984. “O bárbaro massacre” de José Ribamar dos Prazeres foi publicado no *Diário do Pará* em 1984 (Figura 4). Trata-se de um linchamento no interior daquele estado em que o linchado, acusado de “seviciar crianças”, foi “arrancado da delegacia policial e conduzido à praça pública”, sendo “massacrado a golpes de pau e pedra”.⁴¹

Essa imagem expõe com contundência a narrativa produzida pelos jornais em torno daqueles que são mortos nas praças públicas contemporâneas, vítimas de linchamento. Arrastado pelo chão por dois homens que o trazem para mais perto dos que assistem de maneira impassível a cena, com o corpo dilacerado pelas pancadas recebidas, a imagem do linchamento do século XX expõe rastros de naturalização da violência contra aqueles que presumidamente se afastaram das regras que lhes são impostas.

Chama a atenção na cena, a passividade com que dezenas de pessoas observam o movimento capturado pela imagem. Tal como os expectadores presentes na gravura de Debret diante do pelourinho do século XIX, também no século XX, olhares indiferentes são direcionados para o inerte, morto e arrastado pelo chão empoeirado da praça pública.

³⁹ Cf. PRÊMIO ESSO DE FOTOGRAFIA. Coordenação editorial: Olavo Luz. 1988, p. 45.

⁴⁰ Sobre Prêmio Esso, cf. CASTILHO (2010).

⁴¹ Cf. PRÊMIO ESSO DE FOTOGRAFIA. Coordenação editorial: Olavo Luz. 1988, p. 47.

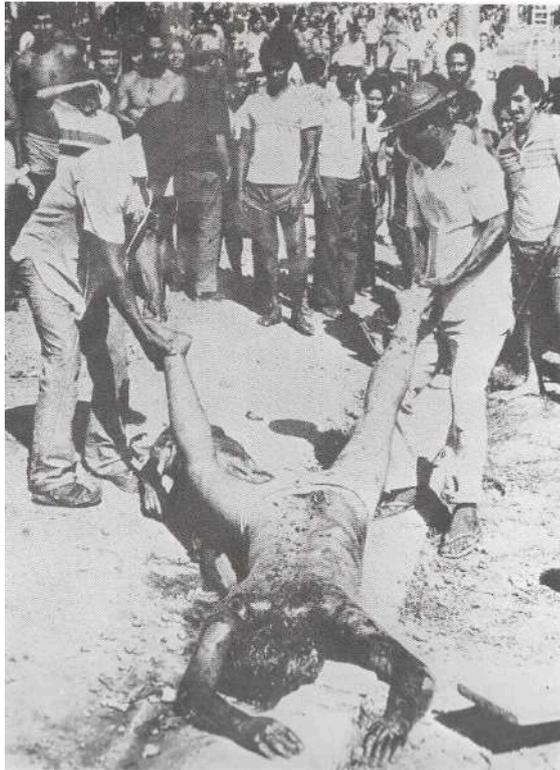


Figura 4⁴² – dos Prazeres, José Ribamar. “O bárbaro Massacre”. In: Diário do Pará, 1984.

O que essas imagens distantes umas das outras no momento de sua captura podem nos levar a refletir sobre o que estamos denominando memórias do linchamento? O que fazem delas imagens-rastros? São, no nosso entendimento, imagens que são submetidas aos passados, fundindo-se com eles, reescrevendo-os e usando-os de múltiplas maneiras, gerando “palimpsestos da memória” que são, como enfatiza Huyssen (2014), constelações mnêmicas de natureza temporal. Tentaremos evidenciar essas considerações também pelas análises seguintes das cenas de linchamento do século XXI.

1.2 Imagens-rastros e constelações mnêmicas: os marcados, os acorrentados e os patíbulos da imprensa.

Ainda que de maneira menos evidente, as constelações mnêmicas estão presentes em outras imagens de linchamento apresentadas pela imprensa. Para adensar um pouco mais a nossa reflexão em torno do que denominamos memória dos linchamentos, escolhemos mais três narrativas contemporâneas sobre o tema, dividindo as presunções narrativas produzidas pelos jornais a partir da personificação dos personagens-síntese: os marcados, os acorrentados e os patíbulos da imprensa.

⁴² Cf. PREMIO ESSO DE FOTOGRAFIA. Coordenação editorial: Olavo Luz. 1988, p. 47

1.2.1 Os mercados

União contra uma barbárie

Uma vaquinha virtual na internet já arrecadou, desde sábado, R\$ 20 mil para ajudar na remoção de tatuagem feita à força na testa de um adolescente flagrado roubando uma bicicleta. O rapaz nega o crime. P.7

PAÍS & POLÍTICA

Menino torturado no ABC é encontrado por amigos

Garoto teve testa tatuada após ser acusado de roubar bicicleta; coletivo faz campanha para pagar remoção da tatuagem e custear tratamento para ele

O adolescente de 17 anos que foi torturado por um tatuador e outro homem em São Bernardo do Campo (SP) foi encontrado no sábado por amigos. Ele teve tatuada em sua testa a frase "Eu sou ladrão e vacilão" após supostamente ter roubado uma bicicleta — o ato foi filmado e viralizou nas redes sociais, chamando a atenção de muita gente para o caso. E agora, o coletivo Afroguerrilha criou uma campanha de financiamento coletivo para pagar a remoção da tatuagem e custear o tratamento psicológico do jovem, que é usuário de drogas. A arrecadação já ultrapassou R\$ 18 mil.



Garoto tem problemas psicológicos por dependência química

tamente ter roubado uma bicicleta). O jovem estava desaparecido desde 31 de maio e seus parentes o reconheceram nas imagens. A família do menino foi até a delegacia a fim de tentar localizar o jovem. Uma equipe de investigadores efetuou a prisão do tatuador e de seu vizinho. Um integrante do Afroguerrilha divulgou um texto junto da campanha afirmando conhecer o garoto de 17 anos e que ele "vive uma situação de pobreza e falta de condições muito grave. Além disso, ele passa por transtornos psicológicos causados pela dependência química". O criador da campanha preferiu não divulgar seu nome, alegando estar sofrendo ameaças. Em entrevista ao 'G1', o garoto nega que tivesse roubado a bicicleta ("estava bêbado, estarei nela e ela caiu") e disse ter tido "vontade de morrer" ao ver a tatuagem na testa.

Figura 5⁴³ – Colagem da autora a partir da edição de 12/06/2017 do jornal O dia, p.1 e p. 7.

“Antonil desaprovava as pancadas, coices e marcas corporais, afirmando que a repreensão e ‘algumas varancadas’ [...] eram o mais recomendável” (LARA, 1988, p. 75). Determinados castigos eram reprováveis até mesmo na época escravista, segundo a historiadora Silvia Hunold Lara. Pesquisando documentos setecentistas, Lara encontrou inclusive recomendações para que senhores “evitassem que os escravos fossem fustigados no rosto, olhos, cabeça e mais partes irregulares” (LARA, 1988, p. 76), ainda assim, a autora destaca que essa “moderação” não era de uso habitual na realidade brasileira da época.

No documento contemporâneo jornal *O Dia*, de 12 de junho de 2017, uma manchete de primeira página se destaca: “União contra uma barbárie” (figura 5). No topo da página sete (figura 5), sob a seção “País & Política”, o ocorrido é detalhado: um adolescente de 17 anos foi “torturado”, em São Bernardo do Campo (SP), tendo a testa tatuada “após ser acusado de roubar bicicleta” e a ação foi gravada em vídeo e divulgada pela internet; ele foi “encontrado por amigos” e um coletivo está arrecadando dinheiro para custear a remoção e o tratamento do rapaz.⁴⁴ No centro da matéria, ladeada pelo texto em forma de “U”, o jornal exhibe a imagem do jovem, sem identificação do rosto, por se tratar de um adolescente, menor de idade. Assinada como

⁴³ Cf. UNIÃO CONTRA UMA BARBÁRIE. In jornal *O dia*, 12/06/2017, p. 1 e MENINO TORTURADO NO ABC É ENCONTRADO POR AMIGOS. In jornal *O dia*, 12/06/2017, p. 7.

⁴⁴ Para frisar verbo escolhido pelo próprio jornal. MENINO TORTURADO NO ABC É ENCONTRADO POR AMIGOS. In jornal *O Dia*, 12/06/2017, p. 7.

“reprodução internet”, ele segura os cabelos para trás, exibindo a tatuagem em letras pretas, em caixa alta: “eu sou ladrão e vacilão”. Na legenda, os dizeres: “Garoto tem problemas psicológicos por dependência química”.⁴⁵

Embora o próprio jornal considere o caso como “barbárie” e “tortura” e a palavra “linchamento” ou similares não apareçam, acreditamos ser possível enquadrar o caso como uma “cena de linchamento”. É perceptível, no crime abordado, um desejo latente de “regeneração social”, “sendo o linchado, via de regra, o estranho ou o que, por seus atos, é socialmente estranhado, isto é, repellido e excluído” (MARTINS, 2015, pos. 73). Além disso, Martins (2015) também entende como constantes uma motivação conservadora e a tentativa de impor “castigo exemplar e radical a quem tenha [...] agido contra valores e normas que sustentam o modo como as relações sociais estão estabelecidas” (MARTINS, 2015, pos. 1368), como já assinalamos anteriormente.

Sem perder de vista que a matéria é, na realidade, uma suíte – no dia anterior, dentro do box “Dia a dia”, a pequena nota “Tatuador preso por tortura” resumiu o caso, com destaque para a prisão dos responsáveis -, é importante citar alguns detalhes. A fonte principal da matéria foi a própria internet: não está evidente que o jovem, os torturadores, a polícia, a família do jovem ou membros do coletivo tenham sido diretamente entrevistados pelo veículo.

As fontes explicitadas pelo texto são o *Portal G1*, o vídeo da tortura e um texto publicado junto à campanha de arrecadação, assinado por um integrante do grupo Afroguerrilha que não quis se identificar. Embora isso torne contestável o caráter informativo do meio de comunicação, colocando em cheque princípios convalidados do jornalismo como a necessidade de ouvir os vários lados envolvidos na questão, a profusão de testemunhas, o uso de fontes documentais, entre outros, na busca de uma pretensa objetividade⁴⁶ e/ou imparcialidade, pode-se argumentar que há pouca interferência de deslizes como esse na posição do jornal impresso enquanto agenciador de memórias.⁴⁷

A classificação do ato como tortura está em evidência na matéria, bem como o fato de que o jovem que estava desaparecido, foi encontrado, o que pode ser entendido

⁴⁵ MENINO TORTURADO NO ABC É ENCONTRADO POR AMIGOS. In jornal *O Dia*, 12/06/2017, p. 7.

⁴⁶ O ideal de objetividade, uma das dimensões da construção narrativa do jornalismo, em suas práticas e processos de definição de suas mediações na sociedade, foi intensificado no jornalismo brasileiro, sobretudo, a partir das reformas modernizadoras da imprensa dos anos 1950. Sobre o tema cf. Ribeiro, 2007.

⁴⁷ Para citar expressão derivada daquelas estudadas por Barbosa (2007b, p. 51).

como gancho para a suíte. Entretanto, algumas ambiguidades prevalecem no curso da narrativa: na primeira página, fala-se em “flagrante”; no subtítulo da matéria, em “acusação de roubo”; e, no texto, em “suposto roubo”. Pensando na hierarquia do impresso, o maior destaque vai para as palavras “flagrado roubando” que aparecem na primeira página, o que pode destinar ao jovem torturado um lugar de “merecimento” da tortura. Quando essa interpretação é somada ao tratamento concedido aos criminosos responsáveis pela tatuagem e pelo vídeo e ainda à forma como referenciam o próprio jovem, algumas considerações tornam-se prementes.

A ação dos criminosos parece estar sempre relegada a uma preocupação secundária, bem como o papel deles na ação: Na primeira página: “tatuagem feita à força”; no título da matéria: “Menino torturado”; no subtítulo: “teve testa tatuada”. Nas passagens de maior destaque da notícia, os sujeitos da ação são omitidos. No corpo do texto, são tratados como cidadãos comuns: “tatuador e outro homem”, “responsável pela tatuagem, Maycon Wesley Carvalho dos Reis e seu vizinho Ronildo Moreira de Araújo, que filmou a ação do tatuador”. É falado, porém, que foram detidos por tortura, na forma de prisão preventiva.⁴⁸

O aspecto de normalidade com que se referem aos criminosos choca-se com as formas de tratamento reiteradamente endereçadas a tipos sociais semelhantes ao próprio adolescente em questão: suspeitos de crimes de roubo, furto, tráfico e “arrastão” já são categoricamente identificados como “bandidos”, “traficantes” e “delinquentes” na imprensa, independentemente de ficha policial. Pode-se observar a forma de referência usada como uma atenuação da atitude dos torturadores.

Quanto ao jovem, é possível duvidar de um trabalho de apuração convencional: já no subtítulo aparece a palavra “tratamento”, completamente deslocada do contexto e ininteligível. Na leitura da legenda e da matéria, essa opção se torna clara: o destaque para a (des)qualificação do rapaz como usuário de drogas. Citando trechos da publicação do coletivo Afroguerrilha, é fornecido um contexto do adolescente: “vive uma situação de pobreza e falta de condições muito grave” e “passa por transtornos psicológicos causados pela dependência química”. Fechando a matéria, é destacada entrevista do jovem ao Portal G1: “estava bêbado, esbarrei nela [na bicicleta] e ela

⁴⁸ Segundo matéria divulgada pela *Folha de S. Paulo*, no dia 23 de junho de 2017, os torturadores foram denunciados pelo Ministério Público de São Bernardo do Campo pelo crime de lesão corporal gravíssima (e não pelo crime de tortura) e estão presos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1895489-sem-citar-tortura-promotora-denuncia-suspeitos-de-tatuar-testa-de-jovem.shtml> Acessado em: 08/07/2017.

caiu”, negando o roubo e “disse ter tido ‘vontade de morrer’ ao ver a tatuagem na testa”.⁴⁹

1.2.2 Os acorrentados

The collage consists of two newspaper pages from 'Extra' magazine. The top page is the front cover, dated February 4, 2014, with the headline "Espancado na rua e na internet" and a photograph of a young man. The bottom page is from the "POLICIA" section, dated the same day, with the headline "Delegacia vai apurar lesão" and a photograph of a young man being restrained by police.

Figura 6⁵⁰ – Colagem da autora a partir da edição de 04/02/2014 do jornal Extra, p.1 e p. 9.

Sobre um chão de pedras portuguesas – algumas aparentemente manchadas de sangue –, um jovem negro está sentado, despido e atado a um poste de ferro por uma trava de bicicleta. O rosto não identificável na fotografia indica que se trata de pessoa menor de idade. Letras brancas sobrepostas a um fundo vermelho explicam: “Espancado na rua e na internet”. Trata-se de matéria de primeira página do jornal *Extra* de 4 de fevereiro de 2014. A partir da primeira página e da matéria principal que ocupou

⁴⁹ MENINO TORTURADO NO ABC É ENCONTRADO POR AMIGOS. In jornal *O Dia*, 12/06/2017, p. 7.

⁵⁰ Cf. ESPANCADO NA RUA E NA INTERNET. In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 1 e RICARDO, Igor; LUCCIOLA, Luisa. “Delegacia vai apurar lesão” In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 9.

um pequeno espaço na página nove, foi possível detectar ruídos e silêncios esclarecedores na seleção dos elementos que compõem essa trama textual.

Mais uma vez, a palavra “linchamento” não aparece, entretanto, indiretamente, fala-se em “justiceiros” e, diretamente, em espancamento. Entrevistada pela reportagem, a ativista Yvonne Bezerra de Melo foi enfática: “[...] você não pode juntar um grupo e começar a executar pessoas”⁵¹. A primeira página traz um resumo do caso:

Adolescente é espancado e preso pelo pescoço por trava de bicicleta, no Flamengo. Ele diz ter sido atacado por “justiceiros de moto”. Na internet, a agressão foi apoiada pela maioria. A polícia que procura o agredido, vai investigar o caso como lesão corporal. (*Extra*, 04/02/2014, p. 9).⁵²

Na matéria, ao contrário do esperado, a notícia do espancamento parece servir apenas como pano de fundo. Subordinado à seção “Polícia”, vinculado à retransmissão “Flamengo”, o título escolhido é: “Delegacia vai apurar lesão” e, no subtítulo: “Menor amarrado a poste com trava de bicicleta está sendo procurado pela polícia”. A fotografia aparece em tamanho reduzido, quando comparada à exposição na primeira página, entretanto, torna-se evidente que o rapaz foi completamente despido. Os sujeitos de destaque são a “9ª DP (Catete)”⁵³, sua investigação e inquérito, bem como a “artista plástica, coordenadora e fundadora do projeto Uerê”,⁵⁴ Yvonne Bezerra de Melo, fonte principal da matéria. Ao citarem nota da Polícia Civil – identificaram “o menor” que “está sendo procurado para prestar depoimento” –,⁵⁵ finalmente se desfaz o “mal-entendido”: “menor procurado”.

A respeito do destaque à palavra “menor” e ao “mal-entendido”, cabe citar a dissertação de Érica Oliveira Fortuna (2016), *“Aprisionados” pela mídia. Representações da redução da maioria penal pelas páginas do jornal O Globo* (2016). Ao analisar as narrativas do referido jornal sobre o assassinato do médico Jaime Gold, no Rio de Janeiro (RJ), e os “arrastões” nas praias da zona sul da mesma cidade, norteada pela hipótese de que o jovem “menor de idade” negro e pobre é estigmatizado como “bandido” e “principal responsável” pelos casos de violência cometidos no Rio de Janeiro” (FORTUNA, 2016, p. 6), detectou: “O jornal propunha uma cidade atormentada pelo medo dos jovens ‘infratores’ (ou com esse ‘perfil’), indicando-os

⁵¹ RICARDO, Igor; LUCCIOLA, Luisa. “Delegacia vai apurar lesão” In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 9.

⁵² ESPANCADO NA RUA E NA INTERNET. In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 1.

⁵³ RICARDO, Igor; LUCCIOLA, Luisa. “Delegacia vai apurar lesão” In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 9.

⁵⁴ Idem

⁵⁵ Ibidem

como ‘culpados’ pela violência urbana” (idem, p. 110).⁵⁶ É possível enxergar a matéria de 2014 como espécie de laboratório da campanha a favor da redução da maioria penal⁵⁷, na qual o Grupo Globo se engajou no ano seguinte.

Assim como a notícia de *O Dia*, analisada anteriormente, existe uma posição de ambiguidade em relação à vítima de espancamento: na primeira página do *Extra*, a palavra atribuída ao jovem⁵⁸ é colocada como contestável em função da expressão “*dizer sido* atacado por ‘justiceiros de moto’”,⁵⁹ no subtítulo da matéria principal, depreende-se que o jovem está sendo procurado pela polícia (ainda que a informação seja “complementada” no corpo do texto, o entendimento a partir do subtítulo se dá primeiro e, potencialmente, com mais força),⁶⁰ classificando-o como presumidamente um “bandido procurado”. Torna-se possível então, o argumento de que ambos os jovens (caso de São Paulo e do Rio de Janeiro) também são mostrados como culpados, em algum nível, pelas narrativas dos jornais.

Importante ressaltar ainda a maneira escolhida pelo *Extra* de fornecer detalhes da agressão sofrida pelo rapaz, a voz passiva, cujo sujeito da ação primeira desaparece: “O rapaz também *levou* uma facada na orelha e *teve* as roupas arrancadas”.⁶¹ Aliás, os agressores são citados – de maneira repreensiva – apenas por Yvonne Melo que, na matéria, exerce a função de “porta-voz” do jovem. Segundo a notícia, ela foi chamada por vizinhos que flagraram a agressão, registrou o ocorrido e publicou no Facebook. Ela também teria acompanhado a ação dos bombeiros que “libertaram” a vítima.

O único contexto fornecido pelo jornal a respeito da vítima do espancamento se faz pelo informe: “Internautas afirmaram que o adolescente praticava roubos e furtos na região do bairro da Zona Sul”.⁶² Abaixo da foto do jovem, coluna pequena com o título “Espancado também na internet” destaca três depoimentos de apoio à “ação do grupo” –

⁵⁶ Acrescenta-se a essa informação detalhe ressaltado pela matéria, ainda que não confirmado, após a fala da ativista: “afirmou Yvonne, que estima que o garoto tenha entre 16 e 18 anos” (jornal *Extra*, edição de 04 de fevereiro de 2014, p. 9).

⁵⁷ Lembrando que o jornal *Extra* é integrante do Grupo Globo, essa intenção está claramente declarada inclusive em editoriais como o de 6 de abril de 2015: “Ao abrigo dessa lei [Estatuto da Criança e do Adolescente], jovens criminosos em seu pleno juízo, se prevalecem da idade, para cometer atos violentos [...] Este é um ângulo pelo qual se revela positiva a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, da proposta de emenda constitucional que permite reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos.”. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/editoriais/noticia/2015/04/destravando-o-debate-sobre-reducao-da-maioridade-penal.html> Acessado em 09/07/2017.

⁵⁸ Na matéria principal, é esclarecido que o próprio jovem não foi diretamente entrevistado

⁵⁹ ESPANCADO NA RUA E NA INTERNET. In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 1.

⁶⁰ Principalmente, quando somado à manchete da matéria de primeira página: “*A polícia que procura o agredido, vai investigar o caso como lesão corporal*”.

⁶¹ RICARDO, Igor; LUCCIOLA, Luisa. “Delegacia vai apurar lesão” In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 9.

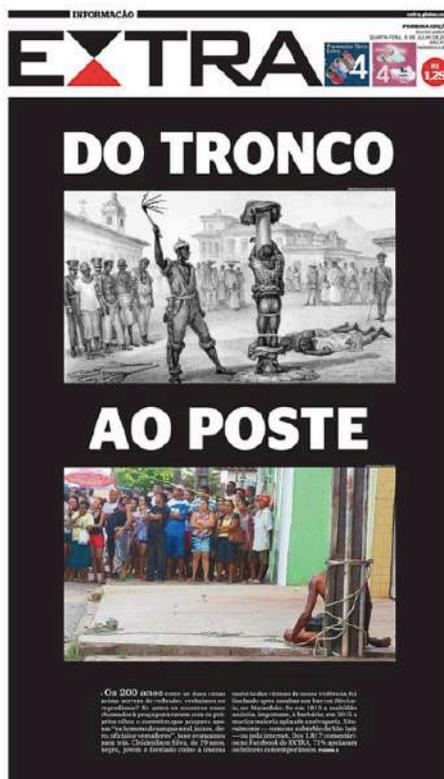
⁶² RICARDO, Igor; LUCCIOLA, Luisa. “Delegacia vai apurar lesão” In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 9.

nome escolhido pelo jornal para citar o brutal espancamento –, dois retirados da internet e um cuja fonte não quis se identificar. Fazendo a ponte entre os grupos de comentários, o *Extra* deixa revelar sua principal preocupação em relação ao caso:

Pelas ruas do bairro da Zona Sul, moradores também reclamaram que a quantidade de usuários de crack no Flamengo aumentou consideravelmente, trazendo a sensação de insegurança e desconforto. (*Extra*, 04/02/2014, p. 9).⁶³

Retomando a pesquisa de Silvia Hunold Lara, sobressaem as semelhanças com o tratamento concedido aos escravos. Em alvará de 1741, encontra-se a recomendação: se, ao executar a pena – de marcar a fogo, com a letra “F” – em escravo fugitivo capturado, a marca já se fizer presente, deve-se cortar uma orelha (LARA, 1988, p. 87) – o jovem levou uma facada na orelha, explica a matéria da página 9. A corrente ao pescoço também faz parte desse imaginário, transformando a trava da bicicleta no “libambo” contemporâneo: “cadeia de ferro com que se prendia pelo pescoço um grupo de condenados ou que se punha no pescoço dos escravos” (HOUAISS, 2009).

1.2.3. Os patíbulos



⁶³ ESPANCADO TAMBÉM NA INTERNET. In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 9.

Essa narrativa sobre o assassinato brutal de Cleidenilson Pereira da Silva, 29 anos, é emblemática para a reflexão proposta. Destaca-se das demais analisadas por abordar o linchamento de maneira direta e ainda detalhar como se dá a aproximação da cena violenta de 2015 com a memória da escravidão no Brasil. A abordagem escolhida para retratar o crime, a vítima e os responsáveis opera no sentido contrário àquelas aplicadas nas matérias de 2017 e 2014. Por hora, destacamos esse caso como a exceção exemplar que comprovaria os argumentos levantados anteriormente.

Conforme análise mais detalhada de Fontella e Barbosa (2017), essa primeira página traz elementos marcantes. Na gravura de 1815 do artista parisiense Jean-Baptiste Debret (1768-1848), uma audiência diversa assiste com ar de “impotência” a aplicação de um castigo por um escravo,⁶⁵ fazendo as vezes de feitor, contra outro. Trata-se de um dia como outro qualquer “na rotina de corretivos que poupavam ‘apenas ‘os homens de sangue azul, juizes, clero, oficiais e vereadores’, denuncia o texto que legenda a capa” (FONTELLA e BARBOSA, 2017, p. 4). É inegável que grande parte do nosso conhecimento acerca da América Portuguesa está diretamente ligado aos retratos de Debret que “povoam o imaginário popular brasileiro, no que diz respeito ao reconhecimento [...] do período da escravidão no país” (idem).

Em outro retrato da vida real, porém contemporâneo, imediatamente abaixo do desenho, encontramos um patíbulo da atualidade, um tronco da modernidade. “Aliás, em um exercício mental de sobreposição das duas imagens, a figura do carrasco se encaixaria perfeitamente nesse ‘vazio’” (FONTELLA e BARBOSA, 2017, p. 5). Atado a um poste que parece ser de energia elétrica, jaz outro corpo de um jovem negro, despido e seviciado, mas, dessa vez, sem vida. Uma plateia também é mostrada na fotografia, “mulheres e homens, jovens e idosos [...], como se esperassem pelo ônibus que está demorando a chegar [...]” (idem). Para demarcar com ainda mais clareza seu posicionamento, o *Extra* apresenta o seguinte texto na primeira página:

Os 200 anos entre as duas cenas acima servem de reflexão: evoluímos ou regredimos? Se antes os escravos eram chamados à praça para

⁶⁴ Cf. DO TRONCO AO POSTE. In jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 1.; O MARANHÃO TEM. In Jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 3.; SÃO LUÍS ESTÁ. In Jornal *Extra*, 08/07/2015.; BOECHAT, Breno; MOTA, Douglas e PROVENZANO, Fabrício. “Feitores da BARBÁRIE” In jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 3. E AS SENTENÇAS DA REDE. In jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 3.

⁶⁵ Conforme explicado no texto legenda, no rodapé da primeira página. DO TRONCO AO POSTE. In jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 1.

verem com os próprios olhos o corretivo que poupava apenas ‘os homens de sangue azul, juizes, clero, oficiais e vereadores’, hoje avançamos para trás. Cleidenilson Silva, de 29 anos, negro, jovem e favelado como a imensa maioria das vítimas de nossa violência, foi linchado após assaltar um bar em São Luís, no Maranhão. Se em 1815 a multidão assistia, impotente, à barbárie, em 2015 a maciça maioria aplaude a selvageria. Literalmente – como no subúrbio de São Luís – ou pela internet. Dos 1.817 comentários no Facebook do Extra, 71% apoiaram os feitores contemporâneos. (*Extra*, edição de 8 de julho de 2015, p. 1).⁶⁶

No interior do jornal, toda uma página foi dedicada ao caso. Reforçando o conteúdo da primeira página, a primeira informação que aparece são estatísticas oficiais sobre o estado do Maranhão: tem o segundo pior índice de desenvolvimento humano no país e sua capital, São Luís,⁶⁷ está em quarto lugar no ranking da taxa de homicídio por cem mil habitantes, segundo o Mapa da Violência de 2014.⁶⁸ O contexto social (marcado pela violência) a que Cleidenilson esteve submetido, é problematizado, como anuncia a primeira página: “Cleidenilson Silva [...], negro, jovem e favelado como a imensa maioria das vítimas de nossa violência”.

Ao contrário das matérias anteriores, os responsáveis pelo linchamento são recorrentemente lembrados aqui. Na página um, são “feitores contemporâneos”, “feitores da barbárie” e “apoiadores pela internet”, no primeiro entretítulo – “Tribunal do ódio” – além da ação criminosa ser repreendida mais uma vez, fica marcado o uso de metáfora para criticar a negação de julgamento legítimo a Cleidenilson Silva (FONTELLA e BARBOSA, 2017, p. 8). Em oposição à matéria de 2014, sobre o jovem do Flamengo, a imagem de Cleidenilson foi reenquadrada, ampliada e aproximada dos leitores, no interior do jornal, marcando sua posição de destaque no acontecimento.

Mais uma vez, o *Extra* optou por trazer a internet para o impresso, entretanto, para condenar e responsabilizar os autores dos comentários, os “sentenciadores”. No segundo entretítulo, “Sentenças da rede”, apresenta oito comentários de um total de 1.817,⁶⁹ analisados pelo jornal: seis indivíduos encorajam em maior ou menor grau a ação (as únicas três mulheres da amostragem se encontram nesse grupo), dois a condenam. Seguem três exemplos retirados da edição:

⁶⁶ DO TRONCO AO POSTE. In jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 1.

⁶⁷ O MARANHÃO TEM. In Jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 3.

⁶⁸ SÃO LUÍS ESTÁ. In Jornal *Extra*, 08/07/2015.

⁶⁹ BOECHAT, Breno; MOTA, Douglas e PROVENZANO, Fabrício. “Feitores da BARBÁRIE” In jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 3.

Não sei se teria coragem de fazer isso! Só que o povo não aguenta mais! O povo rala para ganhar um mísero salário, aí vem um infeliz desse e leva o nosso dinheiro! O que a gente faz?

Se os direitos humanos protegem esses vermes, então, nós do bem, fazemos de nossa maneira. Hohohoh hahahaha heheheh. Adorei !

Parabéns população!! (Extra, edição de 8 de julho de 2015, p. 3).

As fontes da matéria se mostram mais plurais: polícia, fotógrafo do jornal *O Estado do Maranhão* e os delegados responsáveis pelo caso – que, a exemplo de Yvonne Melo, na matéria de 2014 –, condenam enfaticamente a atitude dos populares, entretanto ocupam a posição de autoridade maior. A equipe também entrevistou dois Deputados Estaduais de orientações opostas: à esquerda foi colocado o depoimento de Marcelo Freixo (PSOL/RJ) e à direita, o de Flávio Bolsonaro (à época filiado ao PP/RJ, hoje, ao PSC/RJ).

Essa inclusão deixa revelar um dos valores mais cultuados nos processos jornalísticos para a construção do ideal de objetividade: ouvir os contraditórios. Separando os dois depoimentos, o jornal inseriu uma breve história recente dos linchamentos no Maranhão, contabilizando mais nove outros casos que culminaram em morte desde janeiro de 2014. (FONTELLA e BARBOSA, 2017, p. 8).

Partindo das características flagrantemente parecidas entre os dois primeiros casos apresentados (da tatuagem forçada em 2017 em *O Dia* e do espancamento no Flamengo em 2014 no *Extra*), algumas considerações são indispensáveis. Até aqui, ambas as vítimas da violência não são tratadas como sujeitos propriamente, não falam por si,⁷⁰ não têm chance de se defenderem das acusações publicadas, nem tem contexto próprio. A impressão primeira é a de que o princípio do contraditório foi dispensado. Na matéria de 2014, inclusive, o *Extra* insere a informação: “internautas afirmaram que o adolescente praticava roubos [...]” no bairro. Qual o valor jornalístico dessa informação? Caberia perguntar.

Na matéria de 2017 (de *O Dia*) em que é possível questionar a apuração realizada, o rapaz é tratado, sem dúvidas,⁷¹ como dependente químico e detentor de problemas psicológicos. É notável a intenção de desqualificar as vítimas. O que se torna

⁷⁰ Embora os rapazes fossem adolescentes, à época, nem mesmo um parente ou responsável, maior de idade, parece ter sido ouvido diretamente pelas reportagens.

⁷¹ Dispensaram até mesmo o futuro do pretérito como tempo verbal, para marcar a dúvida característica que resguarda jornais e jornalistas de acusações sobre afirmações falsas.

ainda mais inegável, quando consideramos as informações contextuais que as matérias oferecem (e deixam de oferecer). Para *O Dia*, não veio ao caso investigar as efetivas condições socioeconômicas do jovem, de sua família, de seu bairro; para o *Extra*, o único contexto verdadeiramente importante pareceu provir da narrativa dos “moradores do bairro”.⁷²

Em matéria assessoria, publicada sem destaque, abaixo da principal, são colocadas em relevo queixas dos moradores do Flamengo a respeito do aumento na quantidade de usuários de crack no bairro, o que traz “a sensação de insegurança e desconforto”.⁷³ As origens do jovem também pouco importaram na matéria principal, as considerações de Yvonne Melo foram suficientes. Embora discorressem mais sobre um panorama geral da violência urbana, do que sobre especificidades da vida da vítima e de seu contexto social.⁷⁴

As vidas desses jovens não despertaram interesse, seus seviciamentos parecem menos importantes do que marcá-los como merecedores de castigo (“flagrado roubando”, com “problemas psicológicos por dependência química”, acusado de assaltos). Ao que parece, a violência cometida contra os rapazes é menor do que aquela que supostamente teriam cometido ou viriam a cometer.

A respeito dessa “desimportância”, aparece a possibilidade de vincular esse tipo de tratamento concedido a esses indivíduos a um determinado imaginário. Em *Escravos e o mundo da comunicação: oralidade, leitura e escrita no século XIX* (2016b), Marialva Barbosa analisa minuciosamente veículos impressos do referido período e atinge conclusões que podem ser aproximadas dos casos apresentados. É no capítulo que abarca as relações entre imprensa e mundo dos escravos que a autora detecta as seguintes características: o escravo raramente é apresentado como centro da trama; mesmo nos periódicos abolicionistas, as vozes e propósitos privilegiados são as daqueles “que podem falar publicamente” (BARBOSA, 2016b, p. 122).

A ausência do termo “linchamento” (ou similares) desperta outra questão: por que negar uma condição tão presente na realidade brasileira?⁷⁵ Não sendo possível me

⁷² Para usar a expressão recorrente nas matérias do dia, cf. ESPANCADO TAMBÉM NA INTERNET. In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 9. E RICARDO, Igor; LUCCIOLA, Luisa. “Delegacia vai apurar lesão” In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 9.

⁷³ ESPANCADO TAMBÉM NA INTERNET. In jornal *Extra*, 04/02/2014, p. 9.

⁷⁴ O que pode ter sido apenas mais uma opção editorial do jornal e sua equipe: destacar apenas as falas mais gerais da entrevistada.

⁷⁵ José de Souza Martins afirmou o seguinte em entrevista para o *El país*, na ocasião do linchamento de Cleidenilson Silva, em 2015: “Pergunta. O que você pensou ao ver o novo linchamento acontecido no

arriscar no campo da sociologia, tendo a entender que seria discutível tratar o caso da tatuagem a força como esse fenômeno social tão específico. Entretanto, como é possível destacar “ação de justiceiros”, e ignorar qualquer tangente com o fenômeno dos justicamentos (no caso de 2014, do *Extra*)?

Restam as dúvidas a serem desenvolvidas com mais fôlego: existiria determinado tipo de violência que os noticiários impressos se comprometeriam a silenciar? Ou, estariam os impressos determinados a não se aprofundar na característica violenta estruturante da sociedade brasileira? Ao mesmo tempo, haveriam tipos sociais (comprovadamente violentos, nos casos) passíveis de blindagem por parte da mídia?

Por outro lado, a matéria “Do tronco ao poste” publicada no *Extra* em 2015, oferece outras características que também requerem consideração. Ao contrário dos outros dois casos analisados, os centros da narrativa são Cleidenilson Silva, o jovem assassinado; a ação do linchamento (que é reconhecida como linchamento); a repreensão clara contra os autores do linchamento e contra os entusiastas virtuais. Embora familiares do jovem assassinado não tenham aparecido na matéria, a forte presença das imagens de seu suplício, bem como as informações estatísticas e históricas sobre o Maranhão, São Luís e outros linchamentos no estado⁷⁶ evidenciam a importância do indivíduo na história.

Entre as características comuns nas três histórias analisadas, deve-se ressaltar a marca do “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004). Característico pela centralidade das imagens e forte carga descritiva, que apela a sensações físicas e psíquicas (BARBOSA, 2007a, p.216): “levou uma facada na orelha e teve as roupas arrancadas”;⁷⁷ “a perícia coletou sangue das vítimas⁷⁸ nas maçanetas de residências perto do local do crime”⁷⁹.

Cabe destacar a problematização do conceito “sensacionalismo” (BARBOSA, 2004), o que auxilia na compreensão do emprego de determinados elementos de

Maranhão? / Resposta. É mais um linchamento. [O] Brasil tem uma média de um linchamento por dia, não é nada excepcional nesta rotina de violência, este caso não tem nada diferente do resto, a não ser a imagem, que choca outras pessoas. A atenção pública é atraída mais pelas imagens, que pelo fato de ter virado rotina”. MARTÍN, Maria. “Brasil tem um linchamento por dia, não é nada excepcional”. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/09/politica/1436398636_252670.html Acesso em: 20/10/2016

⁷⁶ UMA TRAGÉDIA QUE SE REPETE NO ESTADO. In *Jornal Extra*, 08/07/2015, p. 3.

⁷⁷ RICARDO, Igor; LUCCIOLA, Luísa. “Delegacia vai apurar lesão” In *jornal Extra*, 04/02/2014, p. 9.

⁷⁸ Na leitura da matéria em si, é esclarecido que o suposto assalto ao bar teria sido realizado por Cleidenilson Silva e por um adolescente que também foi “alvo do ódio coletivo, mas sobreviveu”.

⁷⁹ BOECHAT, Breno; MOTA, Douglas e PROVENZANO, Fabrício. “Feitores da BARBÁRIE” In *jornal Extra*, 08/07/2015, p. 3.

sensações: como lembra Amaral (2005, p. 2), essa é uma categoria “flácida”; os jornais denominados populares constroem sua legitimação a partir de uma relação peculiar com o mundo do leitor, construindo parâmetros narrativos que pretendem ser uma via de aproximação com o público. Voltaremos a tratar mais detalhadamente dessa questão teórica no capítulo 2.

Retomando a matéria de 2015, em movimento oposto, os leitores não foram surpreendidos por uma mudança no foco narrativo entre o apresentado na primeira página e o dissertado no interior do jornal. No caso do bairro Flamengo (jornal *Extra* de 2014), o que assume a dianteira na matéria principal é a investigação, a ação de Yvonne Melo e a preocupação dos “moradores do bairro” com o suposto aumento de criminalidade. No caso de São Paulo (jornal *O Dia* de 2017), nem a “barbárie”, nem a “união”⁸⁰ estão em primeiro plano. Ao contrário, nos dois casos, pode ser observada uma atenuação da violência cometida contra os rapazes. Também, não demanda esforço notar uma espécie de tentativa de justificativa dessas violências, marcada principalmente pelo “desaparecimento” dos criminosos e pela desqualificação das vítimas.

O caso de 2015, por outro lado, é consistente na intenção de contextualizar o cenário de violência que rodeava Cleidenilson e de repreender o apoio ao linchamento. Também se torna possível certa analogia – guardadas as devidas proporções – com o trabalho de Barbosa sobre comunicação e o mundo dos escravos no século XIX (2016b):

[...] a publicação deseja produzir ao divulgar, ainda que de maneira esporádica, essas narrativas, que deixam à mostra a crueldade da escravidão: colocar-se no papel [d]e opositor e, através da trama discursiva, produzir ação através do poder da palavra, indicando o que deve ser feito. [...] exigindo a punição dos que participam do suplício e da morte dos escravos. (BARBOSA, 2016b, p. 129).

No caso, a pesquisadora trata de um período próximo da abolição e da publicação incomum de “cenas da escravidão como lugar de martírio” (BARBOSA, 2016b, p. 123). A fim de evitar qualquer anacronismo, não se pode deixar de considerar as evidentes diferenças entre o nosso momento histórico e o período escravocrata. Destacam-se, porém, não só as aparentes permanências entre as cenas de linchamentos

⁸⁰ UNIÃO CONTRA UMA BARBÁRIE. In jornal *O dia*, 12/06/2017, p. 1.

retratadas e vividas outrora e hoje, mas ainda a importância de determinado uso do passado.

É possível também relacionar a opção editorial do *Extra* em 2015 àquilo que Tzvetan Todorov chama de “bom uso da memória” (2000). O acontecimento da escravidão é recuperado de maneira exemplar, revelando margem para a construção de um modelo e extração de uma lição. Pode-se entender, aqui, que o passado também foi convertido em ação para o presente, ainda que suas características específicas não sejam (nem possam ser) apagadas, há uma relação de comparação estabelecida e com aparente intenção de evitar que essas violências do passado continuem repercutindo no presente.

Como as sete figuras podem ser confrontadas entre si? Primeiramente, a partir da ideia de marcas e impressão. As marcas no corpo ficam evidentes desde o período de escravidão no Brasil colonial. Como explica Lara (1988, p. 73-96), o papel dessas impressões na pele é vasto, implica pertencimento a determinado senhor (marcas de nascença, características provocadas por acidentes de trabalho etc.), mas, o aspecto que mais nos interessa é outro: especificamente o referente as impressões que indicam violência física imediata.

A quantidade de cicatrizes provindas dos açoites, as marcas das peias ou dos troncos identificavam também a sua qualidade, o grau da sua submissão. Muitas cicatrizes de chicote diziam de um escravo insubmisso, fujão, ou que precisava ser sempre ‘corrigido’; cutiladas de faca podiam revelar brigas, etc. (LARA, 1988, p. 87).

Prender a cordas e ferros e marcar com mutilação ou tinta são ações que parecem permanecer e se repetir nas violências praticadas contra aqueles que “podem” sofrer tais tipos de violação. A exceção da edição de 2015 do jornal *Extra*, a argumentação de que as vítimas retratadas teriam merecido os “castigos” é evidenciada de maneira ativa, como no ato falho “menor procurado” (na edição de 2014 do *Extra*) e de maneira passiva, como no “esquecimento” (na ausência de menção) das verdadeiras atitudes de violência presentes: o espancamento por um grupo que se sentiu no direito de fazê-lo.

O aviltamento que já aparecia nas pesquisas dos anos 1930 sobre o mundo dos escravizados no Brasil, conforme cita Lara (1988, p. 73) é, na contemporaneidade, exaltado face a exposição da humilhação nas páginas dos jornais. Os jovens amarrados pelos pescoços de 1983 foram humilhados pelo menos duas vezes: quando foram

efetivamente amarrados e quando foram expostos nessa condição aos leitores do Jornal do Brasil.

A questão não é descortinar uma suposta intenção de marcar determinado tipo de pessoa – negros, jovens e pobres, como vimos – por parte dos veículos. Entretanto, observando as reações ao caso noticiado pelo *Extra* em 2015, pela retranca “As sentenças da rede”,⁸¹ o padrão noticioso nos casos apresentados – omissão da verdadeira violência e culpabilização da vítima de linchamento – e as inúmeras pesquisas que versam sobre o pensamento conservador do brasileiro (ALMEIDA, 2007), bem como sobre as possíveis construções de subjetividade (VAZ, 2009 e SODRÉ, 2002) e ainda sobre as formas como o sistema do Estado incorpora esse tipo de pensamento (ZACCONE, 2015), não deveria ser possível praticar qualquer tipo de jornalismo e sair impune, imune a críticas.

Já em 2002, Muniz Sodré apontava: foi o aumento da violência, verificado na América Latina como um todo, somado à primazia dos meios de comunicação sobre a configuração das formas de relacionamento intersubjetivo de jovens e adultos que “colocou a mídia no centro das interrogações sobre o fenômeno da violência” (SODRÉ, 2002, p. 9). Ao somarmos esse pensamento com as colocações de Vaz a respeito da forma como se constituem algumas figuras de subjetividade, a preocupação com a maneira como as mídias expõem e encobrem determinados tipos de pessoa e violência torna-se urgente.

Tratando especificamente do conceito de “vítima virtual”, Vaz (2009) explica o ambiente onde é formado esse tipo de subjetividade: vivemos em uma sociedade onde se manifestam formas variadas de violência; nessa sociedade, há relações de mediação, logo, haverá produção de subjetividade (VAZ, 2009, p.129). Ou seja, haverá atribuição de sentidos à violência e à criminalidade: serão respondidas algumas perguntas-chave que delimitam os conceitos de violência, crime, criminoso, solução para a redução de crimes, risco etc.

Em adendo, destacamos alguns dados coletados para o livro *A cabeça do brasileiro* (ALMEIDA, 2007) no que concerne o apoio social às punições ilegais: quase 40% da população acha correto que um condenado por estupro sofra estupro na cadeia; pouco mais de 1/3 “considera correto que a polícia bata nos presos para obter confissões de supostos crimes” (ALMEIDA, 2007, p. 135). O autor destaca que o Código de

⁸¹ AS SENTENÇAS DA REDE. In: jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 3

Processo Penal brasileiro considera a tortura legal, caso usada para obtenção de confissões de crime: “para os sociólogos do Direito, é mais uma evidência de que as leis são o retrato da mentalidade da sociedade” (ALMEIDA, 2007, p. 135).

Deslocando-nos para o papel que o estado parece incorporar diante do pensamento conservador e violento, é exemplar o trabalho de Orlando Zaccone (2015). Na sua tese, os “indignos de vida” tomam forma na figura do “traficante”, considerada inimiga da polícia (e da sociedade) e que também deve ser eliminada para o “bem social”. O autor destaca inclusive que esse sentimento é reiterado por vários tipos de autoridade. E são justamente os membros da força policial ou da justiça os entrevistados pelos jornais (às vezes, são os únicos entrevistados).

A cultura punitiva, observada pelo autor, no massacre cometido pelos policiais militares cariocas cotidianamente contra a figura do “traficante” (o que, para Zaccone (2015) também configura uma forma de justiça com as próprias mãos)⁸². Para Zaccone, na realidade, esse comportamento integra uma cadeia de reforço que inclui (e, até mesmo, antecede) o juiz, quando corrobora burocrática e publicamente com a atitude violenta da polícia por meio dos arquivamentos dos autos de resistência – dispositivo legal que, na prática, encobriria assassinatos cometidos por policiais. Lembrando que são esses juízes e seus discursos formalmente pró-violência (conforme exemplifica Zaccone (2015) que costumam aparecer nos jornais, configurando os chamados argumentos de autoridade (FONTELLA e BARBOSA, 2017).

Em suma, o que enxergamos nas narrativas analisadas é uma escolha editorial que aciona os mecanismos de uma memória, por meio da recontextualização e da reconstrução de lembranças de violências que eram legais, além de legítimas. Tendo como amparo a hipótese de que notícias sobre crimes violentos publicadas na imprensa teriam o potencial de intensificar, legitimar e/ou, em última instância, naturalizar práticas violentas (atos e/ou discursos) na sociedade brasileira contemporânea; ou ainda, de assistir à construção de uma narrativa que caracteriza um Outro a ser eliminado, um “inimigo”/“matável” (usando a expressão de Zaccone (2015)), é nosso dever como pesquisadoras em comunicação tentar desvendar as camadas que compõem as notícias de violência.

⁸² Conforme explicado no programa Sala Debate de abril de 2014, publicado pelo Canal Futura. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4ki_ZU5ayUI e <https://www.youtube.com/watch?v=FWZXpPziSTY>. Acessado em 06/10/2016

2. O LINCHAMENTO COMO MUNDO CONFIGURADO

O objetivo deste capítulo é analisar uma tipologia de notícias que faz parte daquilo que estamos considerando como uma das temáticas-emblema do “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004): as cenas de linchamento, a partir de um movimento narrativo que estamos denominando ondas de linchamento. Para tanto, consideraremos, a partir de Paul Ricoeur (1994), que a narrativa, ao habitar o mundo, o transforma em mundo configurado, constituindo aquilo que o autor denomina “tessitura da intriga”.

Partimos do pressuposto de que o jornalismo, ao narrar um fato que causa uma ruptura extrema no ritmo de normalidade presumida,⁸³ constrói um cenário narrativo propício para que notícias semelhantes a notícia “original” passem a frequentar com mais vigor o noticiário. Configuram-se assim narrativas em ondas, no caso do nosso corpus empírico, ondas de linchamento – um evento de ruptura por excelência.

Percorrendo as edições do jornal Extra de 2013 a 2017 observamos três momentos em que a temática do linchamento aparece de maneira mais contundente. Cronologicamente são as notícias de 4 de fevereiro de 2014, as de 6 de maio do mesmo ano e, finalmente, o caso-emblema dessa dissertação, o de Cleidenilson da Silva, o jovem negro do Maranhão assassinado no pelourinho dos tempos contemporâneos.

Trata-se, portanto, de um conjunto de notícias que aparecem no tempo intermediário da configuração, ou seja, naquele instante em que o texto é jogado no mundo, mas que já carrega nele mesmo um mundo prefigurado (o que analisamos no capítulo 1) e que será apropriado pelo leitor, tornando-se obra reconfigurada (o que será analisado no capítulo 3). O mundo configurado, nesse caso, é um lugar intermediário entre a prefiguração do campo prático e a sua refiguração pela recepção da obra, operado sempre por um leitor múltiplo e plural (RICOEUR, 1994).

Como cita Leal (2014), estamos falando do mundo do texto, no nosso caso específico, das tipologias textuais que perduram numa longa duração, deixando antever sensações nos dramas cotidianos que narram e nas estruturas narrativas que apelam a um imaginário que navega entre o sonho e a realidade, conforme apontou Barbosa (2018). Para identificação dessas características, apresentamos, portanto, a análise de sete cenas de linchamento sempre em contraposição ao linchamento de Cleidenilson Pereira da Silva.

⁸³ Cf. Barbosa (2018)

Escolhemos essas notícias em função não apenas da temática, mas por que todas elas desencadeiam uma teia narrativa nas edições subsequentes. Todas produzem o que estamos denominando ondas de linchamento, ou seja, a partir de uma publicação, considerada como marco zero, produz-se uma enxurrada de notícias que se mantém viva nos dias subsequentes até ser envolvida pelo esquecimento comandado (RICOEUR, 2002) produzido pelos próprios jornais. A partir da edição inicial, várias suítes, nas edições subsequentes, desencadeiam um cenário narrativo que perdura no tempo, por dias ou semanas, sendo posteriormente e gradativamente esquecidas.

Portanto, nosso objetivo, no capítulo, é analisar essas cenas de linchamento da imprensa segundo o seu aparecimento em ondas de notícias, a exemplo da própria experiência sociológica do ato violento que parece se fazer também em ondas, tanto no evento pontual – conforme coloca Ronilso Pacheco, teólogo e escritor -⁸⁴ quanto na sucessão de notícias em curto espaço de tempo. Suspeitamos da existência de uma especificidade narrativa, que padronizaria essa tipologia de notícias.

2.1 Narrativas sensacionais e suas estruturas

A pergunta chave para a análise que faremos nas páginas que se seguem é: haveria uma forma narrativa particular, um padrão textual nas notícias de linchamento na imprensa? Qual a especificidade dessa tipologia narrativa em relação ao chamado “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004)?

Reforçamos que adotaremos como possibilidade de nomeação para essa tipologia de notícias a expressão “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004), abandonando as qualificações mais comuns, tais como jornalismo sensacionalista ou jornalismo popular. Enquanto a primeira qualificação carrega nela mesma um viés preconceituoso, a segunda determina o enquadramento pretendido por esse padrão narrativo: seria o jornalismo voltado para os grupos populares.

Nos trabalhos que abordam o tema, quase sempre é retomada a crítica em relação ao seu conteúdo que primaria pela distorção, exacerbação, pelo viés “sensacionalista”. Esse termo é refutado por pesquisadoras(es) como Amaral (2005) que o qualifica como insuficiente e impreciso. Entre as explicações da autora, destaca-se: a

⁸⁴ Cf. entrevista para o documentário *A primeira pedra* (2017) de Vladimir Seixas. Disponível em: <http://www.futuraplay.org/video/a-primeira-pedra/424810/> Acessado em: 30/05/2018.

prática de provocar sensações – que seria a essência do jornalismo popular e objeto de acusação dos críticos do jornalismo popular – é generalizada no fazer jornalístico atual (AMARAL, 2005, p. 2). Em paralelo, Angrimani Sobrinho argumenta que sensacionalismo seria uma linguagem (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 6), ou seja, passível de ser encontrada em qualquer mídia.

Apesar disso, é comum a redução simplificadora de determinados jornais como manipuladores, indicando a existência de forma alternativa “correta” de se tratar uma informação e levando à concepção da notícia como espelho dos fatos (como denuncia Amaral em seu artigo de 2005); e, ainda, a perspectiva ultrapassada do binômio alta cultura/baixa cultura, comumente acionada para diferenciar esse estilo jornalístico dos demais.

“Jornalismo de sensações”, por outro lado, é um conceito construído pela historiadora Marialva Barbosa que coloca em destaque nessa tipologia de notícias as formulações discursivas que provocam sensações físicas no leitor, como já remarcamos. Seria uma narrativa que apela ao imaginário, estabelecendo eixos discursivos com as sensações do leitor, invocando os mais variáveis sentidos físicos. Ou seja, a dimensão das sensações é primordial para uma apreensão mais completa do chamado jornalismo popular (BARBOSA, 2004).

É no trabalho de Angrimani Sobrinho (1995) que encontramos reflexões, ainda que iniciais, acerca do chamado “jornalismo popular”. Em *Espreme que sai sangue*, já comentava sobre o teor de acusação do termo “sensacionalismo”, que serve para condenar uma publicação e, do seu livro, já se pode depreender que “sensacionalismo” é uma determinada maneira de informar e hierarquizar os elementos da notícia, ou seja, é dar um tratamento sensacional a uma notícia (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 16).

É uma linguagem que “não admite distanciamento, nem a proteção da neutralidade”, afirma o autor (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 16). Segundo Barbosa e Enne (2005), o “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004) também é mais do que o apelo a sensações físicas e psíquicas, são sensações encontradas na relação da leitura com o extraordinário e com o excepcional que aproximam esse tipo de notícia do inominável. Essas ilações podem ser percebidas nas representações arquetípicas do melodrama e subsistem nos modos narrativos dessa tipologia de notícia. Assim como os gostos e anseios populares, as sensações são formuladas no tempo longo, indicam as autoras, construindo o que denominam fluxo do sensacional.

Barbosa e Enne (2005) explicam que as narrativas de mitos presentes na literatura subsistem nas páginas do jornal sob a forma de crimes violentos, mortes suspeitas, milagres e tudo que foge à ordem, mantendo um modelo de anormalidade. Entretanto, trata-se de anormalidade baseada na presunção de uma normalidade também sensorial. A exemplo dos Estados Unidos, onde surgiu a *penny press*⁸⁵ no final do século XIX, no Brasil, é com o aparecimento de jornais inteiros dedicados às “notas sensacionais” (já presentes no jornalismo carioca desde os anos 1910), que se pode vincular sucesso de vendas a esta tipologia de notícia.

Em *O sensacionalismo como processo cultural* (2007), Ana Enne trata do “sensacionalismo” como um longo processo de mediações culturais, que pode ser entendido como um fluxo narrativo. Enne apresenta algumas das matrizes culturais possíveis e suas relações com o “sensacionalismo” da imprensa contemporânea. Citando Hall (2003) e Barbero (1997), a autora esclarece que o tema deve ser compreendido como um processo histórico, formado a partir de fluxos do imaginário com jogo de representações e mediações, onde cabem continuidades e rupturas, pertencente ao campo da cultura.

Traçando um mapeamento das características da chamada “imprensa sensacionalista”, destaca os seguintes elementos: crime, extraordinário, importância do corpo, escatológico, sexual; oralidade, relação de cotidianidade com o leitor, gírias, linguagem não formal, figuras de linguagem; marcos sensoriais no texto, verbos, expressões corporais, sinestésias e prosopopeias que dão vida às cenas; estratégias editoriais que buscam apelo sensacional, como manchetes garrafais, títulos jocosos, muita ilustração, fotos com detalhes; estrutura simplificadora e maniqueísta na construção narrativa, o bem contra o mal; suposta função alienante (ENNE, 2007).

Em uma perspectiva mais metodológica, Amaral (2005) trata da insuficiência do conceito “sensacionalismo”, já que provocar sensações é hoje uma prática generalizada. Além disso, taxar um jornal de “sensacionalista” revela, segundo a autora, uma concepção equivocada da atividade jornalística:

[...] uma visão problemática dos aspectos culturais que a envolvem e uma compreensão simplista que reduz os jornais e programas populares à manipulação, degradação ou interesse comercial”. (AMARAL, 2005, p. 2).

⁸⁵ Cf. Barbosa e Enne (2005, p. 69), “*penny press*” refere-se à origem do sensacionalismo nos Estados Unidos, no contexto da rivalidade entre os jornais *New York World e Morning Journal* no século XIX, sendo a expressão em si uma referência ao baixo preço de venda avulsa desse tipo de jornais.

A respeito da acusação de ser uma tipologia que distorce os fatos, a autora é categórica: “Ora, se é possível distorcê-los, pressupõe-se que haja uma maneira certa de narrá-los, concepção muito ligada à noção de notícia como espelho dos fatos” (AMARAL, 2005, p. 2). Como se fosse possível imaginar “uma notícia límpida que faça os fatos transparecerem tal como aconteceram” (AMARAL, 2005, p. 3), ironiza.

No que se refere à questão da narrativa jornalística, Fernando Resende (2007, p. 89) defende que os meios de comunicação têm uma vantagem em relação a outras instituições como o Estado, a família e a escola, uma vez que, em vez de dispor de um poder coercitivo que “vigia e castiga”, detém um poder que seduz. É por isso, conclui, que precisamos nos centrar na “fala do objeto, muito mais prioritariamente, do que [n]o objeto da fala” (RESENDE, 2007, p.92) quando estudamos o campo do jornalismo.

Portanto, nosso objeto é composto por narrativas sensoriais, como explica Matheus (2006). Cada notícia dessa tipologia funciona como um repositório de personagens, dramas, sensações e afetos que se atualizam a cada nova história. Lembrando que, no caso das narrativas jornalísticas, prevalece uma forma imperiosa de narrar a história, conforme enfatiza Resende: aos jornalistas que devem recontar os fatos do cotidiano são destinados poucos recursos (RESENDE, 2009).

Há muito mais no circuito comunicativo da narrativa jornalística do que simplesmente a história nela contada. De fato, a notícia não é o ponto de chegada da produção jornalística (LEAL, 2014, p. 9). O texto jornalístico constitui-se no lugar de mediação entre o mundo e o leitor, sendo lócus de produção configurativa. É por esse motivo que, a exemplo do trabalho de Leal (2014), observamos o movimento de articulação de elementos díspares em um reconhecido jogo de atenção e memória (LEAL, 2014, p. 13) que se desenvolve, no nosso entendimento, não só na experiência da refiguração, mas nas práticas da prefiguração (analisadas no capítulo 1) e da configuração – recurso que será analisado neste capítulo.

Em consonância com essa ideia de elementos díspares, cabe associação com o trabalho de Roland Barthes (2007), em *Crítica e verdade*, sobre o *fait divers*. Resumidamente, Barthes define *fait divers*, fatos desviantes, numa tradução literal, como uma notícia geral sobre acontecimento monstruoso/inominável/excepcional que não depende de nenhum conhecimento anterior para ser consumida; é uma informação imanente, marcada por uma estrutura fechada, que não remete a nada além de si própria.

Em relação aos conteúdos que aparecem no *fait divers*, sublinha o autor, são aqueles que dizem respeito aos interesses do ser humano: sonhos, fantasmas, medos, alienações, etc. Contudo, a estrutura adotada se encerra em si mesma no nível da leitura, sendo composta primariamente pela relação entre duas notações. Em relação à notícia “Cinco mil mortos no Peru”, Barthes enfatiza que existe um horror global presente na frase simples, mas o notável encontra-se na articulação entre morte/número, na relação da morte com o número (BARTHES, 2007, p. 59).

Outro aspecto a ser considerado sobre a questão da produção narrativa das notícias sensacionais refere-se ao conceito de modo de endereçamento.⁸⁶ Embora tenha sido construído visando sua aplicabilidade nas narrativas audiovisuais, podemos pensar a questão da produção jornalística de maneira geral, tendo em conta a expectativa de um leitor presumido, conforme explica Ellsworth (2001).

Em “Modo de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também”, Elizabeth Ellsworth aproxima as teorias do cinema e da educação por meio do conceito – que dá nome ao capítulo – que tem grande peso teórico e político nos estudos de cinema (ELLSWORTH, 2001, p.11). Resumidamente, pode ser explicado em uma pergunta, segundo a pesquisadora: “Quem este filme pensa que você é?” (idem).

Segundo Ellsworth, essa noção foi desenvolvida para que os teóricos do cinema pudessem lidar com questões importantes (que dizem respeito à relação entre o “social” e o “individual”) que atravessam os estudos de cinema, a crítica de arte, a literatura, a sociologia, a antropologia, a história e a educação, mas de uma forma que fosse específica ao cinema. Entre os exemplos citados, destacamos: qual é a relação entre o texto de um filme e a experiência do espectador? Qual é a relação entre a estrutura de um romance e a interpretação feita pelo leitor? (ELLSWORTH, 2001, p.12)

Em suma, a autora explica que há dois significados reconhecidos pelos teóricos para o “modo de endereçamento”:

[...] um conceito que se refere a algo que está *no* [grifo da autora] texto do filme e que, então, age, de alguma forma, sobre seus

⁸⁶ Surgido para dar suporte a análise fílmica, especialmente aquela vinculada à *screen theory*, o conceito tem sido, desde os anos 80, adaptado para interpretação do modo como os programas televisivos constroem sua relação com os telespectadores. Modo de endereçamento, resumidamente, pode ser entendido como um programa específico tenta estabelecer uma forma particular de relação com a sua audiência (GOMES, 2011, p. 33). Sobre modos de endereçamento e gêneros televisivos cf. GOMES, 2011.

espectadores imaginados ou reais, ou sobre ambos. Existe, depois, um momento, na lógica da teoria do cinema, em que os teóricos do cinema começam a ver o modo de endereçamento menos como algo que está *em* [grifo da autora] e mais como um evento que ocorre em algum lugar *entre* [grifo da autora] o social e o individual. (ELLSWORTH, 2001, p. 13)

O que sustenta o conceito de modo de endereçamento é o argumento de que para que um filme funcione para um determinado público, chegando a fazer sentido para algum espectador, fazendo-o rir, chorar, gritar, torcer por um personagem, “suspender sua descrença [na ‘realidade’ do filme]” (ELLSWORTH, 2001, p.14) etc., essa pessoa precisa entrar em uma relação particular com a história que está sendo contada e com o sistema de imagem do filme. É nesse momento que aproximamos a questão da produção da narrativa jornalística visando um leitor imaginado. Filmes, assim como quaisquer outros textos, são produzidos *para* alguém.

Robert Darnton (1990), num texto clássico em que descreve os modos de produção do jornalismo, refere-se a “garota imaginária de doze anos de idade”, como sendo o público a quem o jornalista deveria destinar imaginariamente seus textos para poder ser compreendido. Mas, para além daquele público médio, os textos também são destinados a outros, como os próprios jornalistas e os superiores das redações dos jornais, numa gama sempre ampliada de alguém possível. Da mesma maneira, Ellsworth (2001) complexifica a sua explicação: as posições que supostamente devem ser ocupadas por esse alguém imaginado pelos produtores de conteúdo só podem ser apreendidas mediante um ramificado sistema de possibilidades:

O modo de endereçamento não é um momento visual ou falado, mas uma estruturação – que se desenvolve ao longo do tempo – das relações entre o filme e seus espectadores. (ELLSWORTH, 2001, p. 17).

Trata-se de um “processo que parece ‘convocar’ o espectador a uma posição a partir da qual ele deve ler o filme” (ELLSWORTH, 2001, p.17). Lembrando que, para que o conteúdo faça sentido (provoque o riso, o choro etc.), é preciso que os espectadores assumam “as posições que lhes são oferecidas naqueles sistemas – ao menos durante o tempo de duração do filme, ao menos na imaginação” (ELLSWORTH, 2001, p.16), é preciso um certo envolvimento com o modo de endereçamento, explica a autora adiante (ELLSWORTH, 2001, p.24).

Ellsworth (2001) destaca ainda que é a “estrutura de endereçamento que está voltada para um público determinado e imaginado” (ELLSWORTH, 2001, p.16). No caso dos filmes, alerta, é algo detectável justamente na sua estrutura narrativa e não no seu sistema de imagens. No nosso trabalho, texto e imagem compõem as cenas de linchamento da imprensa e é por meio da trama, da tessitura da narrativa sensacional que constroem que tentaremos localizar modos e estruturas de endereçamento.

Assim, procuraremos identificar de que maneira o leitor pode estar sendo posicionado em relação a diferentes aspectos da experiência da leitura: quem é o personagem principal da matéria, que vozes são ouvidas, quais são os principais destaques da notícia e o que fica relegado a segundo plano, como o linchado é designado e como os linchadores são nominados.

Lembrando que essas posições não constituem, nunca, uma posição única ou unificada (ELLSWORTH, 2001, p.19): “O espectador ou a espectadora *nunca* [grifo da autora] é, apenas ou totalmente, quem o filme pensa que ele ou ela é” (ELLSWORTH, 2001, p.20). Além disso, também não se pode falar em um único e unificado modo de endereçamento em um texto, já que existem tensões no interior dos modos de endereçamento (ELLSWORTH, 2001, p.20-22). Segundo a autora, os próprios modos de endereçamento oferecem “sedutores estímulos e recompensas” para que o público possa assumir “aquelas posições de gênero, status social, raça, nacionalidade, atitude, gosto, estilo às quais um determinado filme se endereça”. (ELLSWORTH, 2001, p. 25)

Podemos acrescentar a essas observações a questão do repertório de partilhas do público, construídos historicamente e reatualizados permanentemente. Em Robert Darnton (1990), essa relação entre processo histórico e procedimentos do cotidiano do jornalismo oferece uma teia de interpretações singulares. Ao descrever o cotidiano de um repórter em uma redação, é preciso que o jornal e o redator não se afastem “muito do repertório conceitual que partilha com seu público e das técnicas de prepará-lo, que aprendeu com seus predecessores” (DARNTON, 1990, p.90). É o que o historiador entende, no que diz respeito às notícias policiais, por epistemologia do *fait divers*:

A redação de notícias é fortemente influenciada por estereótipos e concepções prévias sobre o que deve ser ‘a matéria’. Sem categorias preestabelecidas do que constitui ‘a notícia’, é impossível classificar a experiência. Há uma epistemologia do *fait divers*. Converter um boletim policial num artigo requer uma percepção treinada e um domínio do manejo de imagens padronizadas, clichês, ‘ângulos’, ‘pontos de vista’ e enredos, que vão despertar uma reação

convencional no espírito dos editores e leitores. (DARNTON, 1990, p. 90).

Portanto, aquilo que Robert Darnton (1990) nomeia como epistemologia do *fait divers* recebe em Elizabeth Ellsworth (2001) a nomenclatura de modos de endereçamento. Quando escrevemos, como jornalistas, temos uma série de posições em mente que gostaríamos de ver preenchidas. Consultamos arquivos de notícias anteriores, afinal, temos uma técnica de escrita a seguir e o “nosso principal ‘grupo de referência’” para agradar são os próprios jornalistas, já que, antes de tudo, escrevemos uns para os outros (DARNTON, 1990, p. 71).

Ao mesmo tempo, reflete o autor, as matérias precisam “caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia” e o fato do contexto do trabalho modelar o conteúdo, fazendo com que as matérias adquiram forma sob a influência de técnicas herdadas da maneira de contar histórias não são elementos contraditórios na redação (DARNTON, 1990, p. 95-96). Essa complexa reflexão do autor que relaciona a herança cultural mais ampla e os procedimentos inerentes a uma cultura profissional específica foi construída a partir de um exemplo singelo: a redação de uma notícia sobre Billy, um garoto que teve sua bicicleta roubada em um parque.

Robert Darnton, então jornalista do *Newark Star Ledger*, rascunhou despreziosamente uma primeira versão do ocorrido, mas, ao apresentar para um colega de redação, foi repreendido: “Você não pode escrever esse tipo de matéria direta como se fosse um *press release*”⁸⁷ (DARNTON, 1990, p. 91). Como solução, o colega transformou os quatro parágrafos duros de Darnton em uma versão cheia de detalhes pessoais inventados sobre o caso (o menino teria comprado a bicicleta com sua própria mesada, guardada em um “cofrinho”; como foi o dia em que finalmente pôde comprar a bicicleta; como foi o roubo; o pai o alentou, garantindo que comprariam uma nova bicicleta etc.).

⁸⁷ Em artigo recente para o periódico Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Vasco Ribeiro (2014), articula um profundo mapeamento das teorias sobre o *press release*. Em suma, trata-se de uma técnica de assessoria de imprensa, construída há cerca de 100 anos, que serve como base para a construção de textos curtos, semelhantes às notícias, que contêm informação noticiosa e que se apresentam com o objetivo central de serem publicados integralmente como notícias reais. Ao longo do século XX, tornou-se uma das principais técnicas da assessoria de imprensa, sempre escrito de acordo com as convenções jornalísticas e estruturado para que seja o mais próximo da notícia final ou o mais modelável possível (RIBEIRO, 2014). Ou seja, trata-se de uma estrutura rigidamente fechada, que tem por finalidade ser “aproveitada” por jornalistas.

Após a apuração para a inclusão dos pormenores adicionados, a matéria foi publicada e gerou considerável repercussão. O autor explica o porquê:

Fiquei surpreso ao descobrir que tinha tocado em várias cordas ao recorrer a sentimentos e figuras corriqueiras: o menino e sua bicicleta, as economias no porquinho, os valentões sem coração, o pai consolador. A história parecia estranhamente antiquada. Exceto pela bicicleta, ela podia ter saído da metade do século XIX. (DARNTON, 1990, p. 93).

O historiador alinha elementos da narrativa que compõem um cenário que apela a valores comuns, do cotidiano, que coloca lado a lado, o bem e o mal, os personagens perversos e aqueles que são chave no amparo a quem sofre. E conclui que esses elementos aparecem nas narrativas desde muito tempo. Se não fosse a típica bicicleta que conhecemos hoje, um aparato tecnológico popularizado no século XX, a narrativa continha todos os elementos de uma história do século XIX.

Muitos anos depois, quando eu estava fazendo pesquisas sobre a cultura popular na França e Inglaterra, nos inícios da Idade Moderna, passei por relatos que guardavam uma extraordinária semelhança com as matérias que tínhamos escrito na sala de imprensa da delegacia de Newark. Livrinhos populares, baladas impressas em volantes e contos de terror a um pêni na Inglaterra, *canards*, *images d'Epinal* e a *bibliothèque* na França exploram, todos eles, os mesmos motivos, que também aparecem na literatura infantil e provavelmente derivam de antigas tradições orais. Um verso infantil ou uma ilustração da Mamãe Ganso podiam estar pairando em algum canto semiconsciente de meu espírito enquanto eu escrevia a história de Billy e os valentões. (DARNTON, 1990, p. 93)

No trecho, Robert Darnton, ao aproximar as histórias do início da Idade Moderna com os relatos que ele construíra como jornalista, mostra as continuidades entre as temáticas e a forma como eram construídas as narrativas populares da França e da Inglaterra daquele período – os livros da *Bibliothèque Bleu*, os *canards*,⁸⁸ os contos de terror, entre outros – e as matérias das notícias policiais, o autor está falando das permanências narrativas que atravessam séculos. Trata-se, embora não nomeie, do fluxo do sensacional sobre o qual falam Marialva Barbosa e Ana Lúcia Enne (2005).

⁸⁸Sobre as leituras populares do início da Idade Moderna na França, bem como a análise e definição de *canards* e as narrativas da chamada *Bibliothèque Bleu*, cf. CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo, Ed. UNESP, 2003

Outro aspecto a ser enfatizado, a partir das observações de Robert Darnton, são os vínculos que este tipo de narrativa guarda com as formas orais de expressão. São histórias que foram articuladas através dos séculos, guardando vínculos com a oralidade quando finalmente são transportadas para a formulação escrita. Daí o recurso às frases curtas, aos trechos entrecortados, às exclamações e hipérboles discursivas, sempre presentes nos modos orais de narrar.

Outro aspecto que precisa ser considerado quando o assunto é “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004) é o iconográfico. Entendemos que as imagens são indispensáveis à análise das cenas de linchamento da imprensa, ou seja, contribuem para as configurações narrativas identificadas na pesquisa em várias dimensões. Tomaremos por base o trabalho de Burke (2004), para a análise imagética.

Tentaremos identificar um “sistema de signos”, vinculando a imagem à realidade externa que parece representar, incluindo seu contexto social. A ideia é procurar oposições binárias entre os elementos dispostos – no nosso caso, incluindo os componentes textuais. Levaremos em conta, principalmente, a ideia de que o sistema de signos faz parte de um sistema maior, o repertório, buscando reconhecer referências a representações anteriores (e que acrescentam algo ao “patrimônio comum”). Nessa perspectiva, também será explorado o caráter seletivo do repertório, do qual fazem parte “pontos cegos” (o que não é escolhido, deliberadamente) e “pontos brancos” (o que o produtor da imagem deixa, conscientemente, para o espectador preencher) (BURKE, 2004, p. 217-220).

Ao mesmo tempo, desviando de reducionismos, admitimos a existência de ambiguidades e polissemia (BURKE, 2004, p. 222). Até porque compreendemos as narrativas à luz da tríplice mimese de Ricoeur (1994). Ou seja, a tessitura da trama só pode ser apreendida, em sua íntegra, na relação estabelecida nas três fases: prefiguração, configuração e refiguração. É na última fase, ainda a ser tratada no terceiro capítulo, que esse aspecto se tornará mais evidente.

2.2 Linchamentos: ondas de notícias

Ao percorrermos o período de cinco anos, entre 2013 e 2017, nas edições impressas do jornal *Extra*, identificamos menção às palavras vinculadas diretamente ao universo do linchamento (linchado, linchar, linchamento etc.), ou seja, referindo-se à ação de linchar, em todos os anos. Em média, podemos falar em quase uma página por

mês para cada ano (13,6 páginas por ano trouxeram menção à palavra linchar nesse intervalo de tempo). Um total de 68 páginas cita a ação de linchar, no sentido mais alargado, como esta notícia sobre violência e futebol no caderno Jogo Extra de 2013:

[...] Enquanto a Commebol se mostra mais escorregadia na hora de apontar os responsáveis, o linchamento atinge o futebol [grifo nosso] de todo continente. Nesta edição da Libertadores, incidentes ocorreram também no Brasil, onde jogadores do Arsenal provocaram e apanharam. Revoltados após goleada para o Atlético-MG, os argentinos investiram contra a polícia mineira que não se deixou intimidar nem pelas câmeras. (*Extra*, 02/10/2013, p. 12)⁸⁹

Em outras fica mais evidente o sentido metafórico, como na fala do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva em nota da edição de outubro do mesmo ano:

[...] Lula já afirmou que houve ‘linchamento’, por parte da imprensa, durante o julgamento do mensalão, e insinuou que ele foi marcado para ocorrer durante as eleições de 2012 com o objetivo de desgastar o PT (*Extra*, 02/10/2013, p. 12).⁹⁰

E, ainda, no sentido literal, citando genericamente ou especificamente descrevendo linchamentos e tentativas de linchamentos. É nesses casos específicos que encontramos o objeto da pesquisa: as cenas de linchamento da imprensa. Para maior eficiência da análise, vamos substituir a contagem em páginas pela contagem em casos de linchamento (onde incluímos também as tentativas): entre 2013 e 2017, o jornal *Extra* noticiou um total de 23 casos que podem ser observados em ondas, como apontado anteriormente.

⁸⁹ COPA LIBERTADORES: UMA ARMADILHA PARA VISITANTES. In jornal *Extra*, caderno Jogo Extra, 20/04/2013, p. 7.

⁹⁰LULA DEFENDE MANDATO PARA MINISTROS DO SUPREMO. In jornal *Extra*, 02/10/2013, p. 12.

QUADRO I

Casos ou tentativas de linchamento – *Extra* – 2013 a 2017

Edição	Localização	Retranca / Título	Tema	Narrativas
28/03/2013	Caderno Mais Baixada, seção Polícia	“Morto ao manter famílias reféns”	Homem invadiu casa em Nova Iguaçu (RJ), manteve família refém e violentou mulher	“As vítimas chamaram a atenção de moradores, que foram ajudar e tentaram linchar o bandido”.
05/04/2013	Seção Geral, subseção Polícia	Realengo / Menina de 4 anos torturada pelo pai	Ana Luiza, 4 anos, foi vítima de queimaduras e ferimentos causados pelo próprio pai, ao entornar água fervendo na menina.	“Quando alguns souberam da agressão, tentaram linchar Moacir [o pai], mas logo a Polícia Militar chegou e prendeu o pai da garota”
05/08/2013	Manchete de primeira página	Moradores ateam fogo em motorista que atropelou mãe e filho	Motorista atropela mãe e filho de 5 anos na Estrada do Galeão, na Ilha. O menino morreu no hospital.	“Revoltados, moradores da região partiram para cima do motorista. Segundo a Polícia Civil, eles despejaram gasolina e atearam fogo nele”.
03/01/2014	Seção Geral, subseção Polícia	DP do Alemão / Polícia impede linchamento de acusado	Moradores de Nova Brasília (Complexo do Alemão) foram à delegacia denunciar que um homem estava beijando e tocando em uma menina de 5 anos.	“Uma equipe foi enviada ao local e prendeu em flagrante Antônio Gonçalves Dutra, antes que ele fosse linchado por moradores enfurecidos”.
13/01/2014	Seção Geral, subseção Polícia	- / Jovem acusado de estupro é salvo de linchamento	Policiais militares salvaram adolescente de ser linchado por moradores de favela na Zona Oeste do Rio de Janeiro que o acusam de abusar sexualmente de uma criança de 3 anos.	“Policiais militares salvaram um adolescente de 17 anos de ser linchado por moradores da favela Gardênia Azul [...]. Os vizinhos acusam o jovem de abusar sexualmente de uma criança de 3 anos”
04/02/2014	Manchete de primeira página	Espancado na rua e na internet	“Delegacia vai apurar lesão” é a matéria principal e “Espancado também na internet” a coordenada: jovem no bairro do Flamengo (RJ) é espancado, despido e atado a poste pelo pescoço por uma trava de bicicleta.	“Adolescente é espancado e preso pelo pescoço por trava de bicicleta, no Flamengo. Ele diz ter sido atacado por ‘justiceiros de moto’”. Na coordenada: “[...] internautas apoiaram a ação do grupo [...]. Pelas ruas do bairro da Zona Sul, moradores também reclamaram que a quantidade de usuários de crack [...] aumentou [...], trazendo a sensação de insegurança e desconforto”.

27/02/2014	Seção Geral, subseção Polícia	Com as próprias mãos / Zona Sul tem outro caso de justicamento	Jovem de 17 anos é preso, amarrado e espancado após roubar celular em Botafogo.	“Um grupo de moradores clamou pelo linchamento, mas outras pessoas impediram a agressão. [...] Alguns motoristas tentaram atropelar o ladrão”.
06/05/2014	Manchete de primeira página	Boato mata	Caso do linchamento até a morte de Fabiane de Jesus.	“Dona de casa é linchada – Notícia falsa num site de notícias do Guarujá (SP) faz vizinhança julgar, condenar e espancar até a morte mulher inocente”.
07/05/2014	Seção Geral, subseção Polícia	- / Morta após briga por WhatsApp	Companheiro mata mulher com 11 facadas, na frente da filha do casal e tenta fugir, mas foi agredido a socos por moradores da localidade.	“PMs do 40º BPM (Campo Grande) conseguiram evitar um linchamento e prenderam Luís”.
03/11/2014	Seção Geral, subseção Polícia	- / Policiais impedem linchamento de suspeito de abuso	Homem é salvo do linchamento por policiais militares em Búzios (RJ), suspeito de tentar abusar sexualmente de um menino de 12 anos.	“Um homem foi salvo do linchamento por policiais militares [...]. O homem, de 44 anos, é suspeito de tentar abusar sexualmente de um menino de 12 anos. Segundo a polícia, o garoto estava sozinho com o suspeito, mas conseguiu fugir e pediu ajuda. O homem foi levado para o Hospital [...]”.
08/07/2015	Manchete de primeira página	Do tronco ao poste	Linchado após assaltar um bar em São Luiz, Maranhão.	“Cleidenilson Silva, de 29 anos, negro, jovem e favelado como a imensa maioria das vítimas de nossa violência, foi linchado após assaltar um bar em São Luís, no Maranhão”.
09/07/2015	Manchete de primeira página	A barbárie não para no Maranhão	Depois de resgatar o caso do linchamento de Cleidenilson, seguem comparando os dois casos e dedicam os três últimos parágrafos ao estado atual do adolescente que acompanhava Cleidenilson, mas escapou do linchamento.	“Dois dias depois de um assaltante ser linchado até a morte num bairro de São Luís [...] outro criminoso por pouco não tem o mesmo destino. Elias Bruno Costa, de 19 anos, foi salvo pela PM das mãos da população revoltada com o roubo praticado por ele”.
10/07/2015	Manchete de primeira página	A rotina do ódio. Depois de dois casos no Maranhão, linchamento no	Em matéria de página inteira, na seção O País, sob a subseção temporária Tribunal do ódio, não recuperam mais o caso do Maranhão, dedicam o texto ao novo ocorrido, com diferentes abordagens.	“Quatro dias após um bandido ser linchado na capital maranhense, moradores de Senador Camará agiram ontem da mesma forma: espancaram um ladrão quase até a morte”.

		Rio. ‘Como o estado não age, fizeram justiça’, diz comerciante.		
10/07/2015	Seção Geral, subseção temporária Tribunal do ódio	Os fatos / No ônibus	Tentativa de linchamento em São Luís (MA)	“Um jovem de 20 anos sofreu uma tentativa de linchamento ontem, na Região Metropolitana de São Luís”.
14/07/2015	Seção O País	- / Dois linchados em Minas Gerais	Linchamentos subsequentes em Belo Horizonte (MG) Observação: Um “fio” separa a matéria da subseção temporária Tribunal do ódio e a matéria não recupera o caso do Maranhão, entretanto, a aproximação é inegável.	“Em menos de meia hora, a Polícia Militar de Minas Gerais foi chamada para duas ocorrências de linchamento na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no domingo. Dois homens, em regiões diferentes da capital mineira, foram mortos com chutes, pauladas e pedradas por grupos de ‘justiceiros’. Nos dois casos, ninguém foi preso”.
18/07/2015	Seção Geral, subseção Polícia	Violência / Agressão em vez de justiça	Suspeitos de roubo são agredidos em Guapimirim (Baixada Fluminense, RJ) e em Belo Horizonte (MG)	“Um jovem identificado como [...] foi agredido e amarrado com fios por pedestres ontem, após uma tentativa de assalto [...]. De acordo com o 34º BPM (Magé), ele tentou render uma mulher [...] em um posto de gasolina”.
21/07/2015	Seção Geral, subseção Polícia	Violência / Linchado após esfaquear bebê de 1 ano na Rocinha	Vizinho que teria problemas psiquiátricos esfaqueou bebê, sua irmã de 2 anos e mãe. Moradores da favela lincharam o agressor que chegou a ser hospitalizado, mas não resistiu.	“Um homem identificado como [...] usou uma tesoura para perfurar a cabeça de um menino de 1 ano. [...] Após o crime, Newton, que era vizinho das vítimas, foi capturado por moradores da favela e linchado. Levado para o Hospital [...] não resistiu aos ferimentos e morreu”.
28/07/2015	Seção O País	- / Em 4 meses, dois casos de linchamento	Pequena matéria, com foto, sobre mais um caso de “justiçamento”, no Rio Grande do Sul. Desta vez, homem foi linchado até a morte, após tentar assaltar um casal em um ponto de ônibus.	“Este é o segundo caso de linchamento registrado na cidade em pouco mais de quatro meses”.
02/10/2015	Seção Geral,	- / Vídeo com	Nota de três parágrafos com pequena foto traz	Na fala da tia da suposta autora: ‘Mais de

	subseção Polícia	ofensas sexuais quase leva a linchamento	a história de um vídeo supostamente gravado por uma menina de 13 anos, em Nova Iguaçu (RJ), com fotos e ofensas contra outras garotas da região.	cem pessoas vieram aqui para protestar. Tentaram cortar o cabelo dela. O pai chegou até mesmo a levar um tapa de um adolescente'. A família conseguiu sair do bairro e registrou ameaça na 58ª DP.
17/11/2015	Manchete de primeira página	Agressores de vendedor zombaram de vítima	Caso de linchamento até a morte do vendedor de gelo Fabiano. Segundo a investigação, duas mulheres foram abordadas de forma desrespeitosa por Fabiano, uma delas respondeu, outras pessoas intervieram, Fabiano tentou se defender com uma barra de ferro, mas conseguiram desarmá-lo e linchá-lo. Tudo foi registrado por uma câmera de segurança. Observação: além da primeira página do dia 17, o jornal dedicou espaço em mais quatro páginas sobre o caso até o dia 20 do mesmo mês.	“Os autores do espancamento até a morte de Fabiano Machado enviaram torpedos a parentes dele”
20/02/2016	Manchete de primeira página	“Ladrão é amarrado e espancado na Zona Sul”	“Pedestres agridem suspeito de assalto em São Conrado”. Matéria recupera o caso do Flamengo de 2014 e associa o ocorrido ao conjunto de matérias do final de 2015 que vinculava arrastões e linchamentos.	“Pedestres amarraram e espancaram um homem que tinha acabado de roubar um celular, em São Conrado. A tentativa de linchamento só parou com a chegada da polícia que o prendeu”
05/09/2016	Manchete de primeira página	“Homem atropela duas irmãs e acaba linchado”	Sob a retranca “Tragédia na Baixada”, a matéria é sobre o atropelamento de uma família que saía da igreja: duas irmãs que compartilhavam um mesmo carrinho de bebê morreram na hora. O atropelador foi linchado por populares: espancado e baleado e seu carro foi incendiado.	“Mãe e outra filha ficaram feridas.; “O atropelador chegou a ser levado para a mesma unidade hospitalar com pelo menos três tiros, além de marcas de pancadas por todo corpo, mas não resistiu aos ferimentos e morreu”.
12/04/2017	Principal manchete de primeira página, associada a outra manchete.	“Para uns, foro privilegiado, para Fabiano, a barbárie”	Em comparação ao julgamento especial de políticos acusados de receberem propina da Odebrecht, o <i>Extra</i> informa o linchamento de Fabiano na estação de trem	“No país da desigualdade, Fabiano Maria Ferreira, de 24 anos, não teve direito sequer a defesa, quanto mais à Justiça. Suspeito de furtar o celular de uma mulher no trem da SuperVia, ele foi espancado e amarrado a uma viga por passageiros, na estação de Anchieta, também ontem”

Fonte: *Extra*: 2013-2017.

É sempre um extravasar de uma indignação com uma ideia de impunidade e da correção, do exemplo. Se deixar essa pessoa escapar, é como se a comunidade fosse conivente com uma impunidade. Então, se nós somos bombardeados de impunidade o tempo todo, talvez essa seja a oportunidade de fazer alguma coisa [...].

Já que a justiça não faz nada, já que não tem um policial aqui no momento, para fazer nada, vamos fazer do nosso jeito. Só que todos querem fazer. É como se fosse uma onda, né? Na verdade, é como se fosse uma onda, é alguém que vem trazendo toda aquela onda de indignação com a impunidade.⁹¹

Assim o teólogo e escritor Ronilso Pacheco resume o significado da ação de linchar em entrevista para o documentário de 2018 *A primeira pedra* (Vladimir Seixas). Quando somamos essa explicação às cenas exibidas no filme e à conceituação do fenômeno sociológico por José de Souza Martins (2015), os elementos comuns aos vários casos narrados pelas mídias emergem nas nossas memórias, bem como os momentos de profusão de notícias sobre essa temática.

Essa recorrência em dado tempo é uma das características que consideramos na construção do que estamos chamando de “ondas de linchamento da imprensa”. Especificamente, o que nos interessa neste trabalho é investigar se, para além do fenômeno social em si, também são encontrados elementos constantes na configuração dos cenários narrativos construídos pelo jornal *Extra*, em particular.

Também do ponto de vista metodológico, elegemos o caso do linchamento do Maranhão como emblema narrativo, e produziremos uma análise das outras notícias buscando sempre um contraponto em relação à notícia do linchamento de Cleidenilson. A pergunta chave é: como são configuradas narrativamente essas ondas?

Entrecruzando espaço de tempo e quantidade de casos, detectamos três picos de notícias sobre linchamentos nas edições impressas do jornal *Extra* no período analisado. Cronologicamente: o caso do bairro Flamengo (matéria de primeira página do dia 4 de fevereiro de 2014), o caso da dona de casa Fabiane Maria de Jesus (matéria de primeira página de 6 de maio de 2014) e, nosso caso-emblema, o do Maranhão (matéria de primeira página de 8 de julho de 2015).

⁹¹ Cf. Ronilso Pacheco, em entrevista para o documentário *A primeira pedra* (2017) de Vladimir Seixas. Disponível em: <http://www.futuraplay.org/video/a-primeira-pedra/424810/> Acessado em: 30/05/2018.

A notícia que inaugura a cobertura de tentativa de linchamento no Flamengo (composta por um total de 10 páginas entre fevereiro e novembro de 2014) já foi analisada sob a perspectiva da memória. Em torno desse caso, entre janeiro e fevereiro, três casos distintos foram noticiados. Uma riqueza de detalhes foi agregada à cobertura do caso noticiado no dia 4 ao longo de fevereiro – que inclui a confecção de um box de fundo religioso, para criticar a ação dos “justiceiros”, cinco dias depois do crime.

Contudo, em função da inexpressiva quantidade de casos suscitados por essa cobertura quando comparada ao conjunto de matérias que parece ter sido despertado pelo caso do Maranhão, optamos por concentrar a nossa análise em torno do caso-emblema. Outro fator que afasta essa massa de notícias do nosso interesse é o tratamento dado ao caso do Flamengo: não se fala em linchamento, linchado, linchar, justificação; fala-se em justiceiros, aspecto já tratado no primeiro capítulo.

O caso do linchamento até a morte da dona de casa Fabiane de Jesus, no Guarujá, em São Paulo (um total de 8 páginas entre os dias seis e 13 de maio), representa outra aglomeração de histórias: entre abril e maio, duas outras notícias o acompanham. Esse caso é também emblemático para os estudos de “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004), entretanto, os motivos que o configuram como tal são de outra natureza: trata-se da cobertura de um linchamento “errado”. A notícia de destaque da primeira página já entrega o enredo:



Figura 8⁹² – Edição de 06/05/2014 do jornal Extra, p.1.

Por fim, o período que vai do dia oito ao dia 28 de julho de 2015 é o mais representativo: depois do caso de justicamento até a morte de Cleidenilson da Silva (uma cobertura total de 16 páginas entre julho de 2015 e julho de 2018), mais sete notícias da mesma temática figuraram nas páginas do jornal. Consideramos esse pico (de oito a 28 de julho de 2015), o conjunto exemplar para o aprofundamento da nossa análise, em função das características já apontadas no primeiro capítulo e por, objetivamente, suscitar tantas outras histórias sob o mesmo tema.

Um dado curioso chama atenção no mês de setembro de 2015: as notícias sobre “arrastões na orla” – tema típico de verão na imprensa carioca – também foram

⁹² Cf. BOATO MATA. In jornal Extra, 06/05/2014, p. 1.

ancoradas a uma espécie de temor de linchamentos. Por exemplo, o lide escolhido para a matéria referente à principal chamada de primeira página da edição do dia 22 foi:

Depois de um fim de semana de sol e arrastões nas praias da Zona Sul, com direito a *tentativas de linchamento* [grifo nosso] em Copacabana, no fim de domingo, contra suspeitos de praticarem roubos, as autoridades não se entenderam ontem, sobre como combater a onda de violência na orla. (*Extra*, 22/09/2015, p. 3).⁹³

Identificamos um total de quatro notícias que mencionam “tentativa de linchamento” no curto período, de 22 a 28 de setembro de 2015. Cabe destacar o deslocamento da expressão (“linchamento”) que aparece vinculada a arrastões em todas as matérias. Fazendo uma busca por palavras-chave no acervo do jornal, não encontramos essa associação em nenhum outro momento, desde o lançamento do impresso (em primeiro de maio de 1998).

Fica a impressão – que carece de investigação específica – de que o veículo deseja investir nas sensações de horror e morte exaltadas na matéria de primeira página do dia 8 de julho de 2015, mas agora direcionadas para os arrastões nas praias cariocas. Suspeitamos que essa articulação esteja associada à construção de “representações incriminadoras de jovens negros e pobres, ‘cooperando’ com a ‘campanha’ de redução da maioridade penal” trabalhada por Érica Fortuna (2016).

2.2.1 As cenas

Conforme apresentado no primeiro capítulo, o que compõem o objeto da nossa pesquisa são as cenas de linchamento da imprensa: notícias sobre linchamentos ou tentativas de linchamento, analisadas sob a perspectiva do “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004) e, no caso deste capítulo, retratadas pelo jornal *Extra*.

Se inicialmente correlacionamos as características sensacionais aos estudos de memória, para este capítulo, por meio de comparação com o caso-emblema da pesquisa, voltaremos o nosso olhar para os atributos sensacionais que perpassam as tessituras narrativas configuradas em alguns dos casos inseridos na onda de linchamentos iniciada pelo caso do Maranhão.

⁹³ Cf. EMPURRA-EMPURRA NO COMBATE AOS ARRASTÕES. In jornal *Extra*, 22/09/2015, p. 3.

A massa total que compõem a onda a ser apreciada é de nove páginas, incluindo a primeira cobertura do caso de Cleidenilson da Silva, no dia oito de julho de 2015. No que concerne esse caso específico, limitamos nossas análises sobre essa data. Nesse corpus, detectamos os seguintes eixos-temáticos: frequência, alívio e condenação.

QUADRO II
Eixos-temáticos

Nº	Dia	Matéria	Frequência	Alívio	Condenação
1	09/07/2015	<p>“A barbárie não para no Maranhão” – “Dois dias depois de um assaltante ser linchado até a morte num bairro de São Luís [...] outro criminoso por pouco não tem o mesmo destino. Elias Bruno Costa, de 19 anos, foi salvo pela PM das mãos da população revoltada com o roubo praticado por ele”.</p>	<p>Ao vincular o caso diretamente ao linchamento de Cleidenilson no Maranhã, desde a chamada de primeira página até o lide da matéria principal, passando pelo subtítulo da cobertura que também inclui o caso do Maranhão (“PMs impediram jovem de ser espancado até a morte. <i>Adolescente se fingiu de morto para se salvar</i> [grifo nosso]”) e seu próprio conteúdo, o novo caso de linchamento é secundário diante do desejo do jornal de continuar falando sobre o caso do Maranhão.</p>	<p>No texto-legenda que acompanha a manchete de primeira página: “[...] foi salvo pela PM das mãos da população revoltada com o roubo praticado”; o título principal da cobertura do novo caso é “Eles escaparam” e toda a construção se dá na oposição entre o assassinato de Cleidenilson e o “livramento” do adolescente que o acompanhava e de Elias, nesse novo caso.</p>	<p>Na manchete de primeira página “A barbárie não para no Maranhão”, somada à explicitação das investigações policiais sobre o caso do Maranhão: “A Polícia Civil já identificou três pessoas que teriam sido responsáveis pela morte de Cleidenilson da Silva. Elas serão indiciadas por homicídio doloso – quando há a intenção de matar – qualificado, já que a vítima não teve condições de se defender. A vítima teve as mãos, o quadril e também os pés amarrados em um poste. Cleidenilson foi agredido e morreu no local onde foi espancado, devido à hemorragia”; ao mesmo tempo, diferente do caso do Maranhão, já no texto-legenda que acompanha a manchete de primeira página, o jornal anuncia que o rapaz “[...] foi salvo pela PM das mãos da população revoltada com o roubo praticado”; na matéria principal, novamente, é informado que o jovem “[...] foi impedido pelo dono do veículo e moradores enfurecidos com a violência: acabou cercado e também agredido”.</p>

2	10/07/2015	<p>“A rotina do ódio” - Em matéria de página inteira, na seção O País, sob a subseção temporária Tribunal do ódio, recuperam o caso do Maranhão apenas no texto-legenda da primeira página; dedicam o texto da matéria ao novo ocorrido, com diferentes abordagens: a tentativa de linchamento de Daniel Jesus, 31 anos, “salvo por PMS” (anuncia o texto-legenda da primeira página) que teria roubado um celular de uma mulher na Avenida Santa Cruz, motivando as agressões da população.</p>	<p>“Quatro dias após um bandido ser linchado na capital maranhense” (texto-legenda da primeira página). Sem contar com a chamada de primeira página “A <i>rotina</i> [grifo nosso] do ódio”.</p>	<p>“Espancaram um ladrão quase até a morte. Daniel Jesus, de 31 anos, foi salvo por PMs” (texto-legenda da primeira página) / “salvo da morte” (texto-legenda da página 4).</p>	<p>Ao comparar com o caso do Maranhão: “no ódio, as duas cidades parecem estar juntinhas” (texto-legenda da primeira página); contra o comportamento dos moradores: “Revolta de moradores, só contra roubos” (título da última coordenada) e no último texto-legenda “A aglomeração em torno de Daniel: espancamento não indignou”; ao mesmo tempo, condena a atitude que desencadeou o linchamento, uma vez que, em dois momentos (nas coordenadas, ““Como o estado não age, fizeram justiça””, e “Revolta de moradores, só contra roubos”) o jornal privilegia as falas dos moradores da região que justificam a tentativa de linchamento, sendo o único contraditório que aparece em toda a cobertura, a fala da mãe da vítima, que já esperamos ser naturalmente contra o crime de linchamento.</p>
3	10/07/2015	<p>“No ônibus” – Um jovem de 20 anos sofreu uma tentativa de linchamento na Região Metropolitana de São Luís. (Não há imagens).</p>	<p>Aparece vinculado à subseção temporária Tribunal do ódio.</p>	<p>Trata-se de tentativa de linchamento, com sobrevivência da vítima.</p>	<p>Sob o título principal "Barbárie que se repete", é clara a repreensão ao ato de linchar.</p>

4	14/07/2015	<p>“Dois linchados em Minas Gerais” – “Em menos de meia hora, a Polícia Militar de Minas Gerais foi chamada para duas ocorrências de linchamento na Região Metropolitana de Belo Horizonte [...]. Dois homens, em regiões diferentes da capital mineira, foram mortos com chutes, pauladas e pedradas por grupos de ‘justiceiros’. Nos dois casos, ninguém foi preso”.</p>	<p>Além de aparecer na mesma página da subseção Tribunal do ódio e citar o caso do Maranhão, a matéria, em sua própria estrutura, faz alusão à alta frequência de casos de linchamento: “Em menos de meia hora, a Polícia Militar de Minas Gerais foi chamada para duas ocorrências de linchamento na Região Metropolitana de Belo Horizonte”.</p>	<p>Em ambos os casos descritos, os linchamentos se consumaram até o final, garantindo o efeito “mágico” restaurativo de que fala Martins (2015): “um tranquilizante apoiado na força comunitária que pode em nome de todos se erguer contra o indivíduo [...] que, no comportamento antissocial, desorganiza e perturba” (pos. 1265).</p>	<p>Além do fator “excesso” ser destacado pelo jornal, com destaque para a frequência de casos de linchamento, é ressaltado três vezes que “ninguém foi preso”, condenando a ação da polícia e que os homens foram mortos por “grupos de ‘justiceiros””.</p>
5	18/07/2015	<p>“Agressão em vez de justiça” – Duas tentativas de linchamento contra suspeitos de roubo em Guapimirim, na Baixada (RJ) e em Belo Horizonte (MG).</p>	<p>Além de destacarem a quantidade de casos em um único dia, apesar de ocorrerem em estados diferentes, o caso de Cleidenilson é recuperado, como se em um continuum narrativo, houvesse associação direta, objetiva entre as três notícias. Novas informações sobre o caso do Maranhão também são oferecidas.</p>	<p>Ambos os linchamentos não se concretizaram, em Minas, “as agressões só terminaram com a chegada dos policiais [...] que o encaminharam para a 3ª Delegacia [...]”.</p>	<p>O título da matéria já repreende a ação dos linchadores; no caso em Guapimirim, “a Corregedoria da Polícia Civil apura se o agente que fez a prisão tinha condições de evitar as agressões” – um policial civil estava passando pelo local quando um jovem tentava render uma mulher que abastecia o carro e “deteve o suspeito”, as agressões foram posteriores, mas a matéria não lança luz sobre esse aspecto; na descrição do caso em Minas: “Contudo, em vez de aguardarem a chegada da Polícia Militar, pedestres que passavam pelo local decidiram fazer justiça com as próprias mãos”.</p>

6	21/07/2015	<p>“Linchado após esfaquear bebê de 1 ano na Rocinha” – Vizinho que teria problemas psiquiátricos esfaqueou bebê, sua irmã de 2 anos e mãe. Moradores da favela capturaram e lincharam o agressor que chegou a ser hospitalizado, mas não resistiu. (Não há imagens).</p>	<p>Esse foi o único caso em que não detectamos referência indicativa de frequência.</p>	<p>Mais uma vez, no sentido de apresentar um linchamento consumado; é possível notar alívio também na oposição apresentada entre a morte do vizinho que praticou o crime contra as crianças e a sobrevivência delas. Após breve relato da agressão contra a família, o que encerra o primeiro parágrafo é o desfecho do linchamento, reforçando que “ele não resistiu aos ferimentos e morreu”. sem nenhum detalhe. Somente no parágrafo seguinte a ação de linchar é detalhada, ainda antes de abordarem o estado de saúde da família.</p>	<p>A única relativização em torno da ação que motivou o linchamento é a passagem em que, por meio de fala da polícia, informam: “o agressor [...] teria problemas psiquiátricos”, contudo isso não é explorado e a matéria reforça que a mãe, em depoimento, reconheceu o homem linchado como o “o mesmo [...] que invadiu sua casa e perfurou a cabeça do seu filho mais novo” e, ao final, que “Ainda não se sabe o que motivou o ataque”. A matéria sobrepõe duas situações inomináveis, entretanto, o linchamento aqui, parece ser usado como alívio em relação ao crime que o motivou.</p>
7	28/07/2015	<p>“Em 4 meses, dois casos de linchamento” – A matéria fala sobre “mais um caso de justicamento” no Rio Grande do Sul, descrevendo dois casos de linchamento que levaram dois suspeitos de assalto à morte.</p>	<p>Além do título que traz frequência específica, mas cuja referência não está clara, construindo um continuum narrativo em relação aos casos anteriores, o lide é “Mais um caso de justicamento foi registrado. Desta vez, [...], na cidade de Viamão”. Somente no último parágrafo, o título é explicado: “Este é o segundo caso de linchamento registrado na cidade em pouco mais de quatro meses”.</p>	<p>Outra vez, no sentido de apresentar um linchamento consumado.</p>	<p>“O suspeito tinha antecedentes por estupro e furto”; é reforçado que o suspeito havia saído do sistema prisional em maio.</p>

Fonte: *Extra*: 09/07/2015 a 28/07/2015.

Analisando as cenas em si, por meio das imagens objetivamente disponíveis, destacamos alguns aspectos das coberturas que assinalamos como 1, 2, 4, 5 e 7. Na cobertura 1, a primeira página exhibe Elias, de costas, sem camisa, expondo as marcas da tentativa de linchamento, ocupando cerca de 40% página. Na matéria principal, a mesma foto ganha o ângulo frontal, e é ampliada (a exemplo da foto de Cleidenilson no caso do Maranhão), ocupando cerca de 80% da página 3: Vemos Elias algemado, com as mãos a frente do corpo, marcas do espancamento em seu rosto que se dirige para o chão. Abaixo, recorte aproximado do adolescente que estava junto de Cleidenilson e sofreu tentativa de linchamento: é possível ver parte do corpo sem vida de Cleidenilson, estirado, ao lado do jovem, o que complementa a sensação de alívio do título “eles escaparam”.



Figura 9 – Edição de 09/07/2015 do jornal Extra, p.1 e p.3.

Passando para a cobertura 2, notamos que quatro imagens diferentes são apresentadas: cerca de 40% da primeira página é ocupada pela imagem de Daniel Jesus,

deitado no chão de lado, sem camisa, com as mãos amarradas nas costas por um fio laranja e o rosto de frente, mas “pixelado”. Cinco pessoas o cercam, vemos apenas seus pés, pelo menos uma delas é policial militar, pois está de coturnos. Ao redor da cabeça de Daniel, no chão, há marcas de sangue.

Na página 4, a maior foto da cobertura é uma fotografia do ponto de ônibus onde ocorreu a tentativa de assalto e de linchamento, provavelmente, após o ocorrido, mas sem nenhum rastro aparente. Com a legenda “O ponto, na Avenida Santa Cruz, onde Daniel foi encontrado pela PM amarrado: salvo da morte”. Em tamanho ampliado, uma pequena fotografia de identificação tirada pela polícia, com a legenda “Daniel: dinheiro para o vício”. Por último, a captura de uma das imagens reproduzidas na página do Facebook “Realengo News” com a legenda “A aglomeração em torno de Daniel: espancamento não indignou”: vemos o preenchimento do “ponto branco” (BURKE, 2004) indicado na primeira fotografia apresentada.



Figura 10 – Edição de 10/07/2015 do jornal Extra, p.1 e p.4.

A nota referente à cobertura 3 não empregou uso de imagens. Mas, na cobertura 4, identificamos uma única imagem, creditada como “Reprodução Google Maps”, com a legenda “Charles foi morto perto de uma praça, em Capitão Eduardo”. A edição selecionou uma foto da região onde ocorreu o segundo linchamento pela internet, não há nada na imagem que remeta à violência narrada, entretanto o vazio também pode ser apreendido enquanto “ponto branco” (BURKE, 2004), a fim de ser preenchido pela imaginação do leitor, ao ler os detalhes sensacionais: “onde um homem foi encontrado morto com sinais de agressão”, “foi assassinado a pedradas”, “teria tentado assaltar alguém, foi agredido por mais de uma pessoa com pedras e tinha marca de enforcamento no pescoço”. A imagem genérica, por natureza, também indica que a própria cena de linchamento pode ser vista como um personagem substituível assim como aqueles que encarnam as figuras do bem ou do mal nas narrativas sensacionais.



Figura 11 – Destaque da página 8 da edição de 14/07/2015 do jornal Extra, p.8.

A cobertura 5 também trata de duas ocorrências, no caso, de tentativas de linchamentos. Novamente, privilegiam uma única imagem, mas, dessa vez trata-se do homem que sofreu a tentativa de linchamento amarrado aos pés de outra plateia (como no caso do Maranhão). A fotografia está creditada como “Reprodução do Twitter”, e traz a legenda: “O suspeito após o assalto em Guapimirim: amarrado com fios” e ocupa o equivalente a duas colunas da matéria, 1/3 do total.

A imagem exhibe Rodrigo Silva Pereira, com pés (descalços) e braços amarrados, vestido, deitado de costas em um canteiro de grama, com o rosto encarando as pessoas que o vigiam. Cerca de seis espectadores o vigiam de braços cruzados, só as vemos

dos ombros para baixo, ainda assim, as três primeiras linhas da fotografia estão “pixeladas”, é notável e contrastante a presença de uma criança pequena, a menos de um metro de distância do homem violentado, ela está de costas para Rodrigo. Não há postura que revele abalo com a cena.

VIOLÊNCIA

Agressão em vez de justiça

Suspeitos de roubo são agredidos em Guapimirim, na Baixada, e em Belo Horizonte

Um jovem identificado como Rodrigo Silva Pereira, de 19 anos, foi agredido e amarrado com fios por pedestres, ontem, após uma tentativa de assalto na BR-116, em Guapimirim, na Baixada Fluminense. De acordo com o 34º BPM (Magé), ele tentou render uma mulher que abastecia uma moto em um posto de gasolina.

Um policial civil que estava passando pelo local deteve o suspeito, que estava armado com um revólver calibre 38. Ainda segundo a PM, não houve confrontos e o ba-

talhão de Magé foi acionado para conduzir o ladrão até a delegacia.

A Corregedoria da Polícia Civilapura se o agente que fez a prisão tinha condições de evitar as agressões.

EM MINAS, OUTRO CASO

Um homem suspeito de roubos foi amarrado e agredido na manhã de ontem no bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte. Segundo a Polícia Militar, por volta das 6h30m Romário Pereira dos Santos tentou assaltar uma pessoa na Rua Cobre, próximo à Universidade Fun-

dação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Mas a ação não deu certo: o suspeito acabou imobilizado e amarrado pela vítima, que acionou a polícia para prendê-lo.

Contudo, em vez de aguardarem a chegada da Polícia Militar, pedestres que passavam pelo local decidiram fazer justiça com as próprias mãos e agrediram Romário com socos e chutes. As agressões só terminaram com a chegada dos policiais do 22º BPM, que o encaminharam para a 3ª Delegacia de Polícia do Sul.

O homem, segundo a polícia, teve escoriações pelo corpo. Ainda de acordo com a PM, Romário tem um histórico de furtos praticados na região. A Polícia Civil informou que uma equipe foi en-

viada ao local e que o caso está sendo investigado.

No dia 6 de julho, um caso de linchamento ocorreu em São Luís, capital do Maranhão, chocou o país. Cleidilson Pereira da Silva, de 29 anos, recebeu chutes, socos e golpes com uma garrafa de cerveja — a causa da morte, inclusive, foi um ferimento no peito provavelmente causado pelo cano do vidro. O rapaz e um menor de 17 anos, que sobreviveu às agressões, haviam tentado assaltar um bar.

As fotos que mostram Cleidilson amarrado a um poste, já sem vida, suscitaram um longo debate sobre violência. A Polícia Civil do Maranhão já identificou cinco agressores, mas ninguém foi indiciado até o momento. †



O suspeito após o assalto em Guapimirim, amarrado com fios

Figura 12 – Destaque da página 9 da edição de 18/07/2015 do jornal Extra, p.9.

Assim como a cobertura 3, a matéria referente à cobertura 6 não trouxe imagens. Entretanto, a pequena matéria que trata da cobertura 7 também expõe a imagem de um homem de 40 anos linchado até a morte. Creditada como “Reprodução”, a foto exhibe o corpo de Valdir Gabriele, com a legenda “Valdir Gabriele foi atacado por cerca de dez pessoas”. A foto horizontal encerra a matéria e mostra o personagem principal deitado de bruços, no chão de cimento, ladeado por uma faixa de isolamento da polícia, completamente vestido, com o rosto descoberto, mas “pixelado”.

Em 4 meses, dois casos de linchamento

VIAMÃO - Mais um caso de linchamento foi registrado. Desta vez, o caso ocorreu na cidade de Viamão, no Rio Grande do Sul, onde um homem de 40 anos foi linchado após tentar assaltar um casal num ponto de ônibus.

Segundo a Polícia Civil, por volta das 19h30m, Valdir Gabriele foi atacado por cerca de dez pessoas na Praça Júlio de Castilhos, no centro da cidade. O homem não resistiu aos ferimentos e morreu no local.

No momento do crime, o suspeito estava acompanhado de um outro homem, que conseguiu fugir. Nenhum dos agressores foi detido. De acordo com a Brigada Militar, o suspeito morto tinha antecedentes por estupro e furto.

— Estamos coletando informações sobre o crime e algumas pessoas já foram ouvidas para tentar identificar os agressores — disse Carlos

Wendt, da Delegacia de Homicídios de Viamão, lembrando que Valdir havia saído do sistema prisional em maio.

Este é o segundo caso de linchamento registrado na cidade em pouco mais de quatro meses. No dia 23 de março, um suspeito foi morto após tentar assaltar uma idosa no bairro Santa Isabel. Segundo o delegado Carlos Wendt, da Delegacia de Homicídios de Viamão, as famílias reagiram à abordagem e outras pessoas teriam se juntado a eles para agredir o suspeito, cuja idade e nome não foram revelados, chegou a ser encaminhado a um hospital da região, mas acabou morrendo. Três pessoas foram indiciadas pela morte do homem, que era filho de idade. Segundo Wendt, o processo está em andamento e os indiciados aguardam em liberdade. †



Valdir Gabriele foi atacado por cerca de dez pessoas

2.2.2 Cenas e sensações

Explorando o nosso ferramental teórico, empregando as ideias de continuum narrativo (MATHEUS, 2006), oposição – em Barthes (2007), do ponto de vista da estrutura textual do *fait divers*; e nos estudos do campo do “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004), sob a perspectiva das dualidades que perduram no fluxo do sensacional; em Burke (2004), observando os sistemas de signos – e modos de endereçamento (ELLSWORTH, 2001), também detectamos as sensações mobilizadas por essas cenas.

Para dar conta do seu objeto de pesquisa, Matheus (2006) vinculou os dois casos que compõem seu objeto empírico por meio de elos de significação que constroem uma espécie de continuum narrativo:

A criação de uma memória do medo constitui um dos principais elos que encadeiam as duas coberturas, ao lado da descrição da similaridade da experiência urbana em ambas as histórias, a partir dessa mesma memória”. (MATHEUS, 2006, p. 21).

Identificamos, ainda a exemplo de Matheus (2006), terminologias de continuidade que, enquanto parecem transformar o caso do Maranhão em uma narrativa novelesca, apresentada em capítulos, também podem evidenciá-lo como “uma trama que ultrapassa suas fronteiras, indo buscar significações em notícias anteriores, e preparando terreno para as posteriores, em um continuum narrativo” (MATHEUS, 2006, p.23).

Evidentemente, os primeiros exemplos integram a cobertura “total” do caso, que produziu 16 páginas em que a intenção imediata era recuperar o crime, ainda que fosse para falar sobre o trabalho jornalístico de noticiá-lo, o que rendeu o prêmio ExxoMobil ao *Extra*, como mencionamos anteriormente. Assim, nossa análise está voltada para a onda de linchamentos suscitada por esse evento, buscamos então expressões de continuidade também em outras histórias narradas. No caso, nessas sete notícias sobre linchamentos que emergem a partir do caso do Maranhão.

Para facilitar o exercício de comparação, elencamos as características-chave da cobertura do linchamento de Cleidenilson Pereira da Silva:

1. Relevância da internet: comentários das redes aparecem na primeira página e na matéria principal, na forma de estatística, e destacadas em retranca especial “Sentenças da rede”: aspas com impressões sobre o ocorrido fazem parte da matéria e são um componente especial;
2. Dados e estatísticas sociais do local onde ocorreu o linchamento são ressaltados;
3. A violência em questão, tema da matéria, é o linchamento e não o crime “originário” (conforme explica Martins (2015)); outros tipos de violência também ganham destaque maior do que a suposta tentativa de assalto, como as informações Maranhão tem o segundo pior índice de desenvolvimento humano do país; São Luís é quarto lugar no ranking da taxa de homicídio por 100 mil habitantes, segundo o Mapa da Violência de 2014;
4. A matéria é construída a partir da comparação/oposição/confronto entre o período colonial, marcado pela escravidão, e a ação de “fatores da barbárie” nos dias atuais, no sentido de condenar a ação do linchamento; a convocação é de condenação do linchamento, claramente; ao mesmo tempo, dão vazão aos leitores que não se enquadram nesse quesito: com o contraditório observado nas aspas de Flávio Bolsonaro (à época filiado ao PP/RJ, hoje, ao PSC/RJ) e com a coordenada sob a retranca “Sentenças da rede”;
5. Encontramos “pontos cegos” e “pontos brancos” (BURKE, 2004, p.217-220) nas imagens publicadas: na primeira página, sobrepondo as imagens, o carrasco de Debret desaparece e, no lugar, podem entrar a multidão impassível diante do corpo de Cleidenilson ou o próprio espectador – na nossa concepção, trata-se de um “ponto branco”. O corpo do jovem que sobreviveu não entra na imagem da primeira página, nem na imagem principal da matéria, aparece apenas em tamanho muito reduzido, ocupando cerca de 25% da página, no rodapé – entendemos tratar-se de um “ponto cego”, opção deliberada de não incluir o jovem sobrevivente, a fim de dramatizar o máximo possível o ocorrido, dando ainda mais sentido à comparação estabelecida;
6. O peso das imagens sobrepõe o peso do texto;

7. Encontramos a busca pelo “ideal de objetividade: ouvir os contraditórios” (FONTELLA e BARBOSA, 2017, p.8);
8. Não é um caso isolado, é “tragédia que se repete” (*Extra*, 08/07/2015, p. 3),⁹⁴ conforme a coordenada “Uma tragédia que se repete no estado”, assim, a própria cobertura anuncia que não se trata de um *fait divers*;
9. Bem x mal: “vítima de nossa violência” x “fatores contemporâneos”;
10. Marcas da ordem das sensações, com destaque para as passagens:

Cleidenilson foi espancado por uma multidão de ‘novos feitores’, que usaram as próprias mãos para sentenciá-lo à morte.

[...] O primeiro chegou a ser amarrado. O segundo foi preso a um poste. Os dois receberam tratamento igual ou pior ao dado aos que agonizaram nos pelourinhos por quase 400 anos no Brasil.

[...] Um adolescente, que teria participado do crime, também foi alvo do ódio coletivo, mas sobreviveu e foi apreendido.

[...] acrescentando que já tem como identificar os suspeitos: a perícia coletou sangue das vítimas nas maçanetas de residências perto do local do crime. (*Extra*, 08/07/2015, p. 3).⁹⁵

Além do que apresentamos no Quadro II, destacamos alguns aspectos da cobertura de 09/07/2015, “A barbárie não para no Maranhão”, e de 10/07/2015, “A rotina do ódio”. No primeiro caso, detectamos maior teor de coloquialidade, o que contribuiu para a dramatização: no texto-legenda da primeira página, “[...] foi salvo pela PM das mãos da população revoltada com o roubo praticado por ele” (*Extra*, 09/07/2015, p.1).⁹⁶

Interessante notar o hibridismo trazido pela cobertura: misturam esse caso ao caso do Maranhão. Desde o cabeçalho da página até o rodapé, citam novas informações sobre o caso do Maranhão e narram o ocorrido também em contraste ao linchamento de Cleidenilson. Abrem o texto citando o caso e o vínculo se dá, primeiro, pelo tempo e depois em contraste de vida e morte:

Menos de 48 horas depois, Elias Bruno Santos Costa, dez anos mais novo, saiu de casa para roubar uma moto no bairro Novo Horizonte.

⁹⁴ UMA TRAGÉDIA QUE SE REPETE NO ESTADO. In *Jornal Extra*, 08/07/2015, p. 3.

⁹⁵ UMA TRAGÉDIA QUE SE REPETE NO ESTADO. In *Jornal Extra*, 08/07/2015, p. 3.

⁹⁶ A BARBÁRIE NÃO PARA NO MARANHÃO. In *Jornal Extra*, 09/07/2015, p. 1

Não conseguiu liga-la. Ao tentar fugir a pé, foi impedido pelo dono do veículo e moradores enfurecidos coma. Violência: acabou cercado e também agredido nas costas, nos braços e no rosto.

O jovem, no entanto, não teve o mesmo destino de Cleidenilson – foi salvo por policiais militares.

[...] A exemplo dele, o adolescente apreendido na segunda-feira, ao lado de Cleidenilson, também escapou da morte por pouco. (*Extra*, 09/07/2015, p. 3).⁹⁷

O tratamento relegado à Elias não é o mesmo àquele destinado à Cleidenilson ou ao jovem que o acompanhava. Existe nessa cobertura (da tentativa de linchamento de Elias) uma tônica que beira a justificativa do ocorrido, embora exista a comparação com o a “barbárie” do caso do Maranhão: “Ao tentar fugir a pé, foi impedido pelo dono do veículo e por moradores *enfurecidos com a violência* [grifo nosso]: acabou cercado e também agredido nas costas, nos braços e no rosto” (*Extra*, 09/07/2015, p. 3).⁹⁸

A violência de que o texto fala nesse trecho é de outra ordem, trata-se da tentativa de roubo, algo que nem recebe o nome de violência na cobertura do linchamento de Cleidenilson. A tentativa de linchamento de Elias Bruno Costa aparece, na realidade, como uma desculpa para o jornal falar ainda mais sobre o caso do Maranhão. Opondo as sensações de apuros e alívio, o jornal informa que Elias “não teve o mesmo destino de Cleidenilson – foi salvo por policiais militares” (*Extra*, 09/07/2015, p. 3).⁹⁹

Ao contrário da cobertura do Maranhão, no caso de Elias, o único antecedente que interessa é o próprio linchamento noticiado no dia anterior (o de Cleidenilson), como se esse o novo caso, fosse mero gancho noticioso para o desenrolar de um novo capítulo do caso de Cleidenilson. Essa tentativa de linchamento é tão desimportante que também serviu de apoio para uma longa suíte sobre o caso do Flamengo de 2014.

Quanto ao peso que o jornal coloca na ação de linchar dos moradores de São Luís na matéria do dia anterior, agora, esse caso, parece existir apenas em função do anterior, não importando o passado de Elias, nem o seu futuro – o futuro do adolescente que escapou é mais importante, já que dá corpo a cinco parágrafos na página em que Elias figura em apenas dois.

⁹⁷ MOTA, Douglas; ZAEMBA, Júlia. Eles escaparam. In *Jornal Extra*, 09/07/2015, p. 3.

⁹⁸ MOTA, Douglas; ZAEMBA, Júlia. Eles escaparam. In *Jornal Extra*, 09/07/2015, p. 3

⁹⁹ MOTA, Douglas; ZAEMBA, Júlia. Eles escaparam. In *Jornal Extra*, 09/07/2015, p. 3.

Essa é a segunda vez em que a expressão “Tribunal do ódio” é empregada enquanto retranca. Aliás, a estrutura do cabeçalho da página tem o mesmo formato da cobertura anterior: duas pequenas massas de texto “abrem” o conteúdo da página, à esquerda da demarcação da seção O País, acima da retranca (“Tribunal do ódio”), indicada com uma seta de cor preta. As fontes, os delegados Guilherme Souza Filho e Jeffrey Furtado, “a polícia” e a Polícia Civil, são convocadas para pronunciamento apenas sobre o caso do adolescente que acompanhava Cleidenilson, o que reforça a ideia de que a tentativa de linchamento de Elias é manchete de primeira página, mas não é protagonista da história.

Na cobertura sobre a tentativa de linchamento de Daniel Jesus, mais uma vez o vínculo temporal é o que mais se destaca, logo na manchete de primeira página: “A rotina do ódio” e “Depois de dois casos no Maranhão, linchamento no Rio” (*Extra*, 10/07/2015, p. 1)¹⁰⁰ (figura 10). Trata-se do estabelecimento de um continuum narrativo em relação ao caso do Maranhão e ao caso noticiado na sequência (“Dois dias depois”). Parecendo uma progressão da matéria sobre a tentativa de linchamento de Elias, nesta edição, o jornal traz para a primeira página com mais assertividade a “revolta da população” denunciada na cobertura anterior: “‘Como o estado não age, fizeram justiça’, diz comerciante” (*Extra*, 10/07/2015, p.1).¹⁰¹

As marcas de oralidade típicas do “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004) se fazem mais evidentes, inclusive no texto-legenda da primeira página:

Se geograficamente, Rio e São Luís, no Maranhão, estão afastadas 2.944 quilômetros, *no ódio as duas cidades parecem estar juntinhas* [grifo nosso]. Quatro dias após um bandido ser linchado na capital maranhense, moradores de Senador Camará agiram ontem da mesma forma: espancaram um ladrão quase até a morte. Daniel Jesus, de 31 anos, foi salvo por PMs. (*Extra*, 10/07/2015, p.1).¹⁰²

Aqui, a subseção temporária Tribunal do ódio já aparece consolidada, com design definido: uma mão batendo um martelo em uma poça de sangue com os dizeres “tribunal do ódio”, sobre um fundo de cor vinho, à esquerda de uma pequena massa de texto, no caso, com as aspas de uma moradora de Senador Camará: “‘Esse apanhou

¹⁰⁰ A ROTINA DO ÓDIO. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p. 1.

¹⁰¹ A ROTINA DO ÓDIO. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p.1.

¹⁰² A ROTINA DO ÓDIO. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p.1.

porque foi o que conseguiram pegar’, Y. moradora de Senador Camará, na Zona Oeste do Rio” (*Extra*, 10/07/2015, p.3).¹⁰³

A tônica da matéria se aproxima mais da cobertura do caso do Maranhão do que a notícia sobre a tentativa de linchamento de Elias, oferecendo uma história de fundo para o jovem linchado e reclamando a identificação de culpados – na coordenada “Agressão ainda sem culpados”,¹⁰⁴ principalmente pela voz da mãe do jovem. Uma das oposições exploradas por essa cobertura está na exposição da profissão da mãe de Daniel: funcionária aposentada do Degase (Departamento Geral de Ações Socioeducativas).

Aliás, trazer a mãe do jovem, parece indicar uma tentativa de alcançar as mãos leitoras do jornal, além de proporcionar outro vínculo com o caso de Cleidenilson. A matéria principal referente ao caso de Daniel (de maior tamanho e destaque na edição) trata-se, na realidade, de uma entrevista com a mãe do rapaz. O caso em si e seus detalhes sensacionais ganham um destaque menor e secundário.

Quanto ao vínculo com o caso de Cleidenilson, não por acaso, na página três da mesma edição, sob a mesma subseção temporária (Tribunal do ódio), o *Extra* traz como personagens pai e madrasta de Cleidenilson, inclusive, com uma entrevista apenas com a madrasta. Essa página é encabeçada pelo título “Bom para todos?”.¹⁰⁵

Na tentativa de também traçar estatísticas sobre comentários a respeito de um linchamento (a exemplo do caso do Maranhão), na terceira e última coordenada da cobertura, “Revolta de moradores, só contra roubo” (*Extra*, 10/07/2015, p. 4),¹⁰⁶ é como se informassem “o lado” dos linchadores: “A maioria dos que conversaram com a equipe do EXTRA (seis, de oito) mostraram indignação com os assaltos, mas não com a agressão ao autor do roubo” (*Extra*, 10/07/2015, p. 4).¹⁰⁷ Ou seja, sob o prisma do eixo temático Condenação, detectamos um caráter ambíguo: o jornal exalta a revolta dos moradores da região, ao mesmo tempo em que repreende esse comportamento, o que se revela no título e na abertura da coordenada:

Com medo de serem reconhecidos nas comunidades que ficam no entorno de onde ocorreu a tentativa de linchamento, moradores e

¹⁰³ BELMONTE, Priscila. Vício, roubo e agressão. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p.4.

¹⁰⁴ AGRESSÃO AINDA SEM CULPADOS. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p.4

¹⁰⁵ MARINATTO, Luã. Bom para todos?. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p.3.

¹⁰⁶ REVOLTA DE MORADORES, SÓ CONTRA ROUBOS. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p.4.

¹⁰⁷ REVOLTA DE MORADORES, SÓ CONTRA ROUBOS. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p.4.

empresários da região preferiram não se identificar. (*Extra*, 10/07/2015, p.4).¹⁰⁸

Do ponto de vista da estrutura jornalística, identificamos o objetivo de apresentar a ideia do contraditório, também a exemplo do caso do Maranhão, que pode ser visto na pequena coordenada com o “depoimento” de um comerciante que não quis se identificar e apoia o linchamento e dos moradores revoltados “só contra roubos” na última coordenada em oposição às falas da mãe do jovem que condenou a ação. Em dois momentos (nas coordenadas, “Como o estado não age, fizeram justiça”, e “Revolta de moradores, só contra roubos”),¹⁰⁹ o jornal privilegia as falas dos moradores da região que justificam a tentativa de linchamento, sendo o único contraditório que aparece em toda a cobertura, a fala da mãe da vítima, que já esperamos ser naturalmente contra o crime de linchamento.

Ao analisarmos essa massa de casos, sob os eixos-temáticos Frequência, Alívio e Condenação, depreendemos que os fatores tempo e quantidade importam para a construção narrativa de linchamentos, ainda que se apresentem no sentido de fazer referência ao próprio caso que está sendo contado, como em “Em 4 meses, dois casos de linchamento”, a simples impressão de frequência, recorrência e abundância parecem ditar o tom dessa tipologia de notícias.

Os eixos Alívio e Condenação se mostram de extrema complexidade, uma vez que costumam estar presentes em uma mesma história, ao mesmo tempo, indicando os vários modos de endereçamento em tensão, como explica Ellsworth (2001). Tudo indica que narrar linchamentos, pressupõe esse duplo movimento: alívio da população que lincha e que “aplaude” *versus* alívio dos sobreviventes que, sem exageros, escaparam da morte. A condenação do ato de linchar só não apareceu com clareza em duas ocorrências: “Linchado após esfaquear bebê de 1 ano na Rocinha” (*Extra*, 21/07/2015, p. 9) e “Em 4 meses, dois casos de linchamento” (*Extra*, 28/07/2015, p. 10).

No primeiro caso, a única “relativização” em torno da ação que motivou o linchamento é a passagem em que, por meio de uma fala da polícia, o jornal informa que “o agressor [...] teria problemas psiquiátricos”, contudo, isso não é explorado e a matéria reforça que a mãe, em depoimento, reconheceu o homem linchado como o “o mesmo [...] que invadiu sua casa e perfurou a cabeça do seu filho mais novo” e, ao final,

¹⁰⁸ REVOLTA DE MORADORES, SÓ CONTRA ROUBOS. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p.4.

¹⁰⁹ REVOLTA DE MORADORES, SÓ CONTRA ROUBOS. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p.4.

que “ainda não se sabe o que motivou o ataque”. A matéria sobrepõe duas situações inomináveis, entretanto, o linchamento parece ser usado como alívio em relação ao crime que o motivou.

Na outra matéria, em comparação ao caso do Maranhão, os detalhes que identificamos não dizem respeito a uma violência que transformaria os homens linchados em vítimas, ao contrário, o passado de um deles é trazido no sentido de justificar a ação: “De acordo com a Brigada Militar, o suspeito morto tinha antecedentes por estupro e furto” (*Extra*, 28/07/2015, p. 10). O alívio que persiste nessas duas ocorrências parece ser o explicado por Martins (2015). Na maior parte dos casos analisados (quatro entre os sete), entretanto, trata-se, em primeiro plano, do alívio em relação ao salvamento da morte.

Importante ressaltar que os comentários trazidos para dentro das histórias de linchamentos, especificamente, aqueles favoráveis ao ato de linchar, reforçam o sentido de alívio explicado por Martins (2015), garantindo o efeito “mágico” restaurativo: “um tranquilizante apoiado na força comunitária que pode em nome de todos se erguer contra o indivíduo [...] que, no comportamento antissocial, desorganiza e perturba” (pos. 1265). Comentários favoráveis ao linchamento como os quantificados pelo *Extra* na matéria sobre a tentativa de linchamento de Daniel Jesus de Aquino também reforçam esse viés.

A ambiguidade também aparece no eixo Condenação, não raro, simultaneamente, quando encontramos a repreensão tanto do ato de linchar quanto do crime que teria desencadeado o linchamento. O primeiro tipo é detectado por manchetes, títulos e retrancas como: “A barbárie não para no Maranhão” (*Extra*, 09/07/2015, p. 1); “Agressão em vez de justiça” (*Extra*, 18/07/2015, p. 9); “Tribunal do ódio”.

O segundo tipo, menos objetivo, pode ser identificado em relação à importância dada a revolta dos linchadores/apoiadores do linchamento. Exemplos dessa situação estão nos casos de tentativa de linchamento de Elias, quando a revolta da população contra roubos é elevada a condição de primeira página, de maneira indireta. E no caso de tentativa de linchamento de Daniel que traz aspas de um morador junto à manchete de primeira página “Rotina do ódio” (“‘Como o estado não age, fizeram justiça’, diz

comerciante”)¹¹⁰, que justificam a ação, ao passo que dedicam um título de uma coordenada a repreensão da ação: “Revolta de moradores, só contra roubos”.

O jornal parece ir e voltar em relação a considerar o linchamento um problema específico, digno de uma primeira página inteira e de análises e comparações históricas, aparentemente extrapolando a noção de *fait divers*, buscando explicações complexas para o ocorrido ou a considera-lo uma questão corriqueira, violência comum como um roubo ou furto. Mais do que determinar se o nosso caso emblema é ou não é um *fait divers*, diante do todo analisado, percebemos uma tensão que, provavelmente, deriva de interesses diversos que envolvem a construção das notícias, conforme já assinalamos.

¹¹⁰ A ROTINA DO ÓDIO. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p.1.

3. DE VOLTA AO MUNDO: RECONFIGURANDO NARRATIVAS

A centralidade da internet aparece como fator de destaque em todas as ondas de linchamentos analisadas na pesquisa. O caso do bairro Flamengo (matéria de primeira página do dia 4 de fevereiro de 2014) traz a internet também como palco do espancamento noticiado (“Espancado na rua e na internet”, p. 1) e reserva toda uma coordenada ao tema: “Espancado também na internet”, p. 9).

Já a cobertura sobre o linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus (matéria de primeira página de 6 de maio de 2014) coloca a internet como co-autora do crime: “Notícia falsa num site de notícias do Guarujá (SP) *faz* [grifo nosso] vizinhança julgar, condenar e espancar até a morte mulher inocente” (p. 1). Por fim, o caso do Maranhão (matéria de primeira página de 8 de julho de 2015) vai além do que foi feito na cobertura de fevereiro de 2014: não só apresenta a repercussão na internet, traz estatísticas de comentários no Facebook (inclusive no texto-legenda da primeira página) e cria a retranca “Sentenças da rede” (p. 3), para especificamente reproduzir comentários das mídias sociais.

Na cobertura do linchamento do jovem no bairro do Flamengo em 2014, os comentários das mídias sociais foram arrumados sob a forma de texto corrido, em uma coluna única, em matéria coordenada em relação à matéria principal “Delegacia vai apurar lesão” (p. 9). Entretanto a centralidade da internet se apresenta na manchete de primeira página e no texto-legenda da primeira página de 4 de fevereiro de 2014. No texto da coordenada, associam os comentários da internet a depoimentos colhidos “pelas ruas do bairro da Zona Sul” (p. 3), como vimos no primeiro capítulo.

O caso do Maranhão, por sua vez, leva esse destaque à internet ao extremo: aproveita a metáfora histórica e opositiva (presente x passado, evoluímos x regredimos) para trazer outro elemento do presente como espécie de prova de que regredimos, como acusa o texto-legenda de primeira página:

[...] a maciça maioria aplaude a selvageria. Literalmente – como no subúrbio de São Luís – ou pela internet. Dos 1.817 comentários no Facebook do EXTRA, 71% apoiaram os feitores contemporâneos. (Extra, 08/07/2015, p.1).¹¹¹

¹¹¹ DO TRONCO AO POSTE. In jornal Extra, 08/07/2015, p. 1.

Esse mesmo dado é esmiuçado no penúltimo parágrafo da matéria principal (p. 3) e a retranca “Sentenças da rede” é colada na fotografia expandida de Cleidenilson, exemplificando o que o jornal observou (figura 9).



Figura 9¹¹² – Destaque da página três da edição do jornal Extra de 08/07/2015 do jornal Extra (p.3).

Em consonância com o eixo-temático que guia o capítulo, a refiguração (RICOEUR, 1994), consideramos indispensável analisar o que foi retirado das mídias sociais e inserido no jornal impresso. Trata-se, grosso modo, da completude do circuito da tríplice mimeses, recomeçando-a. Nossa proposta é investigar esses comentários, tentando responder à pergunta: o que as cenas de linchamento em questão e o público constroem juntos?

Levando em conta que o nosso caso-emblema parece dar ainda mais profundidade ao que foi iniciado pela cobertura do bairro do Flamengo, vamos nos ater ao caso do Maranhão para realização desta análise. Como contraponto aos comentários que o jornal enalteceu – levando-os para a sua página -, buscaremos outros comentários deixados na publicação do Facebook com a primeira página “Do tronco ao poste”¹¹³.

3.1 Violência virtual

No Quadro III, em que relacionamos os comentários dos leitores ao texto publicado no jornal em referência à matéria “Do tronco ao poste”, observamos, em primeiro lugar, uma pulverização dos comentários dos leitores que se manifestaram

¹¹² Cf. UNIÃO CONTRA UMA BARBÁRIE. In jornal *O dia*, 12/06/2017, p. 1 e MENINO TORTURADO NO ABC É ENCONTRADO POR AMIGOS. In jornal *O dia*, 12/06/2017, p. 7.

¹¹³ Cf. página do Facebook do Extra. Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalextra/photos/a.208847352481556/1028339433865673/?type=3&theater>
 Acessado em: 20/12/2018

pelas redes sociais e que tiveram suas opiniões pinçadas e publicadas pelo Jornal Extra. Na edição, o jornal faz questão de divulgar a grandeza dos comentários – recebeu 1817 comentários sobre o caso, sendo que deste total 1.295 pessoas se declararam a favor da ação dos “justiceiros” contemporâneos. O que esses números revelam?

Em primeiro lugar, observamos, do ponto de vista comunicacional, uma espécie de distensão da notícia que, após ser publicada, vai em direção aos leitores e volta ao jornal sob a forma de uma multiplicidade de comentários. Fica evidente nesse jogo comunicacional a ação da notícia voltar ao mundo, ser reconfigurada, e tornar a frequentar o jornal agora sob a forma de opiniões as mais variadas. De fato, ao ir para o mundo do leitor, observamos reações as mais variadas, reconfigurações plurais, que revelam a capacidade interpretativa e de produção autoral do próprio leitor.

QUADRO III

Internet em cena – *Extra* 08/07/2015

Edição	Localização	Retranca / Título	Comentários relacionados à internet
08/07/2015	Texto legenda que acompanha manchete de primeira página	Do tronco ao poste	“Se em 1815 a multidão assistia, impotente, à barbárie, em 2015 a maciça maioria aplaude a selvageria. Literalmente – como no subúrbio de São Luís – ou pela internet. Dos 1.817 comentários no Facebook do EXTRA, 71% apoiaram os feitores contemporâneos”.
08/07/2015	Seção O País	Tribunal do ódio / Feitores da barbárie	“O Facebook do EXTRA recebeu 1.817 comentários sobre o caso: 1.295 pessoas se declararam a favor da ação dos justiceiros. Ou seja, 71,3% aprovaram o linchamento. Outras 354 foram contra, e 168 preferiram não opinar”.
08/07/2015	Seção O País	As sentenças da rede / -	“Não teria coragem de fazer isso! Só que o povo não aguenta mais! O povo rala para ganhar um mísero salário, aí vem um infeliz desse e leva o nosso dinheiro! O que a gente faz?”. Bianca Marinho”.
08/07/2015	Seção O País	As sentenças da rede / -	“Se os direitos humanos protegem esses vermes, então, nós do bem, fazemos de nossa maneira. Hohohoh hahahaha heheheh. Adorei!”. Junior Moura”.
08/07/2015	Seção O País	As sentenças da rede / -	“O povo cansou dessas leis falhas do Brasil, e, agora, está agindo por conta própria. Infelizmente, o que vemos nessa notícia é o reflexo das nossas situações diárias”. Carol Santos”.
08/07/2015	Seção O País	As sentenças da rede / -	“Isso é porque a população já está cansada de ser achincalhada por esses marginais. Vemos a polícia prender, e, logo depois, a justiça soltar e colocar esses canalhas no convívio da sociedade!!!”. Palloma Liziet”.
08/07/2015	Seção O País	As sentenças da	“Parabéns população!!!”. Daniel E. A.

Para tentarmos entender essa frequência, vamos restringir a nossa análise aos 30 comentários em que esses termos-chave aparecem.¹¹⁶ Dois grandes grupos, já esperados, dividem os comentários: aqueles que condenam o linchamento e aqueles que celebram o linchamento (seja por justificá-lo como consequência do cansaço da população contra a ineficiência do estado – retórica extremamente utilizada -, seja por literalmente comemorar a eliminação do linchado).

Na nossa amostragem, a violência cometida contra Cleidenilson foi condenada, praticamente na mesma medida, quando comparada ao conjunto de comentários destacados pela retranca especial do *Extra* – “Sentenças da rede”: 27% das falas retiradas diretamente da mídia social refletiam conteúdo contrário ao ato de linchar. Detalhe importante, 37% trazem o tema racismo, assunto que, embora apareça na cobertura, não é evidenciado pelas falas selecionadas da retranca (Quadro III). Abaixo, reproduzimos alguns exemplos de comentários encontrados na página do Facebook do *Extra* que condenam o ato de linchar e versam objetivamente sobre racismo:

Naomi Nicolau E ele continua apanhando apenas por ser negro em 2015. Não especificamente nesse caso, mas nos confins das periferias isso acontece.

Elen Ferreira Gente, não precisamos nos agredir. Agora Bernardo você deveria estudar um pouco mais sobre a questão que afeta o povo negro e o motivo dessas discriminações existentes na sociedade. Vai muito além de uma questão de escolha.

Filipe Peçanha Curioso, não vejo um negro reclamar da capa aqui, todos que falam contra a comparação são BRANCOS, e estão no conforto do lar, atrás de seus notebooks falando ao bel prazer o que lhes vem a mente. Se sentem os juizes da razão, mas pouco conseguem ir atrás de informações, da história do país, passada e presente, tão pouco das histórias de vida de quem nasce sem nada, a não ser punição pela cor da pele, pela classe social. Parabéns ao EXTRA, ainda existe jornalismo no Brasil.¹¹⁷

Ao contrário do que identificamos nos demais comentários que condenam o crime de linchamento, um único leitor, na nossa amostragem, criticou a comparação proposta pela primeira página do jornal:

¹¹⁶ Na realidade, o total de comentários com uso desses termos soma 32 falas, entretanto, excluímos da análise dois comentários desse conjunto: um tratava de explicar cientificamente a diferença entre o fenômeno do linchamento e a escravidão; o outro não era passível de compreensão.

¹¹⁷ A ROTINA DO ÓDIO. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p.1.

Lucas Batista Tão lamentável quanto a atitude de quem espancou este bandido é a do *Extra* em forçar essa comparação absurda e sem sentido.¹¹⁸

Esse é um elo importante que vincula os dois grupos de comentários (a favor e contra a ação dos linchadores). Na amostragem que celebra o justicamento, mais da metade também critica a comparação proposta pela primeira página “Do tronco ao poste”. Nesse ponto, observamos dois eixos-temáticos fundamentais para a análise proposta neste capítulo: o maniqueísmo – dualidade fundamental no “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004); como já vimos, o contraste bem x mal tem raízes profundas – e a negação em conectar o presente ao passado colonial, a recusa à observação de permanências, na realidade, inegáveis.

3.2 A nova velha luta: o bem contra o mal

Para falar sobre esse binômio ainda tão presente nas narrativas que ajudam a ler o mundo (o bem x o mal), torna-se importante recorrer ao trabalho de Martin-Barbero (1997). Filiado à segunda geração dos estudos culturais, inaugura a análise da cultura a partir da perspectiva da longa duração (BRAUDEL, 2007). Ou seja, o folhetim e o melodrama, seus objetos de estudo, foram analisados por um viés conjuntural, estrutural, como matrizes culturais que foram se modificando (ou não) em um longo tempo.

Das feiras medievais, ao teatro, à TV (o melodrama), é possível enxergar rupturas e permanências; uma acepção que só é alcançada porque Martin-Barbero desloca o olhar dos meios em si às mediações. Ótica que também atravessa os trabalhos de Barbosa e Enne (2005) – sobre o fluxo do sensacional – e Enne (2007) – sobre as várias matrizes culturais que se entrelaçam no “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004).

Quando Martin-Barbero (1997) apresenta o melodrama (p. 157-166), fornece pistas para a compreensão da presença do maniqueísmo no “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004). Melodrama é o nome dado a um tipo particular de espetáculo

¹¹⁸ A ROTINA DO ÓDIO. In *Jornal Extra*, 10/07/2015, p.1.

popular, desde 1790, especialmente na França e na Inglaterra. O autor enfatiza que vai além do teatro, assumindo a sua forma, mas guardando:

[...] formas e modos dos espetáculos de feira [...] com os temas das narrativas que vêm da literatura oral, em especial, com os contos de medo e de mistério, com os relatos de terror”. (MARTIN-BARBERO, 1997, p 158).

Detalhe importante ressaltado pelo autor: durante quase um século, a existência de teatros populares na França e na Inglaterra foi proibida por “disposições governamentais ‘destinadas a combater o alvoroço’” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 158). Os teatros oficiais eram reservados às elites, enquanto que, ao povo, só eram permitidas representações sem diálogos, nem faladas, nem cantadas, ressalta Martin-Barbero (1997, p. 158). Essa limitação foi crucial para que o exagero – nos gestos, nas roupas, nas pinturas faciais – se constituísse como uma das características mais importantes do gênero, se não a mais importante.

Voltando para a questão do popular, Martin-Barbero também explica a origem histórica do melodrama por meio da conexão com a Revolução Francesa, a partir da “transformação da canalha, do populacho em povo” e da “cenografia dessa transformação. É a entrada do povo duplamente em cena”, atesta Martin-Barbero (1997, p. 158). Para o desenvolvimento das paixões políticas despertadas e das cenas terríveis vividas durante o evento de 1789, permitindo que o povo encenasse suas emoções, por meio da mímica que ridicularizava a nobreza em praças e ruas, o autor explica que:

[...] o cenário se encherá de cárceres, de conspirações e justiçamentos, de desgraças imensas sofridas por inocentes vítimas de traidores que no final pagarão caro por suas traições. Não é por acaso esta a moralidade da Revolução? (MARTIN-BARBERO, 1997, p 158).

Para Martin-Barbero, esse contexto reflete a origem do melodrama como um “espetáculo total’ para um povo que já se pode olhar de corpo inteiro” (1997, p. 158). Um público que, em vez de buscar letras e palavras nas cenas, busca ações e grandes paixões. É isso que o autor chama de “forte sabor emocional” que define o melodrama, “colocando-o do lado do popular” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 159), no mesmo momento em que a educação burguesa se consolida com ideias diametralmente opostas:

voltadas para o controle dos sentimentos, que deveriam ser interiorizados, removidos do ambiente externo, “divorciados da cena social”, configurando a “cena privada” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 159).

É do ponto de vista da estrutura dramática, contudo que as reflexões de Martin-Barbero (1997) se fazem mais assertivas para a investigação proposta neste capítulo. O eixo central do melodrama gira em torno de quatro sentimentos básicos – medo, entusiasmo, dor e riso – correspondentes a quatro “situações que são ao mesmo tempo sensações” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 162) – terríveis, excitantes, ternas e burlescas –, personificadas por quatro personagens: o Traidor, o Justiciero, a Vítima e o Bobo. Unidos, esses elementos transfiguram-se em quatro gêneros: romance de ação, epopeia, tragédia e comédia (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 162).

Refletindo a partir de Lukács, Benjamin, Hoggart, Goimard e Freud, nomeadamente, Martin-Barbero (1997, p. 162-163) defende que a intensidade pretendida pelo melodrama só poderia ser alcançada se fosse complexificada, o que força a aplicação de uma estratégia que remete a uma matriz cultural: esquematização e polarização.

Trata-se de um processo que esvazia os personagens da trama, convertendo-os em signos sem o peso e sem a espessura das vidas humanas, explica. Fator determinante para essa articulação – que diferencia em muito o romance burguês do melodrama – era o fato de que essas histórias populares existiam para serem contadas e não lidas: “o melodrama tem um parentesco muito forte, estrutural com a narração” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 163).

Assim, é possível enxergar nos esquematismos e estereótipos a função de permitir que a experiência e os arquétipos se relacionem: um jogo de identificação de signos positivos com personagens que são “objeto de identificação” e de signos negativos com os personagens agressores, “objetos de projeção” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 163). E o ponto mais relevante para o nosso trabalho:

[...] a polarização entre bons e maus não se produz só nesse tipo de narrativa: ela se encontra também nas narrativas que dão conta de situações-limite para uma coletividade, de situações de ‘revolução’, o que permitirá inferir que a oposição entre bons e maus não tem sempre um sentido ‘conservador’, e de algum modo, inclusive, o melodrama pode contar uma certa forma de dizer das tensões e dos conflitos sociais (MARTIN-BARBERO, 1997, p 163).

Ao lançarmos esse olhar para o “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004) – no caso, encarnado pelo jornal *Extra* -, é certo que mais da metade das suas narrativas têm como componente construtor e motor as situações-limite. E observamos que se apresentam em dimensões plurais, pelo menos, três: no primeiro dia de cobertura do caso do bairro Flamengo (matéria de primeira página do dia 4 de fevereiro de 2014), a tensão e o conflito social são revelados, inadvertidamente, pelas linhas impressas que falam em um “menor procurado” e garantem espaço a reclamações de “internautas” que afirmam que o adolescente praticava roubos e furtos na região, sem oferecer nenhum tipo de contraponto.

Na medida em que, nas notícias analisadas, tratamos do que se pode chamar de uma situação-limite por excelência, um linchamento – ritual de espancamento contra aquele que violou algum código social determinado e que, não raro, extrapola a morte do indivíduo, sendo necessário arrancar-lhe os olhos, os membros e queimá-los, para expurgar todo o mal cometido, recuperando então, em tese, uma ordem que havia sido perdida (MARTINS, 2015) – sem dúvida, tensões e conflitos sociais são intrínsecos a essa tipologia de narrativa, mesmo que esteja sob a de uma nota. O tema, em si, parece trazer essa característica à tona, nessa segunda dimensão.

Em uma terceira dimensão, que pode ser observada em coberturas jornalísticas como a do assassinato de Cleidenilson, temos a situação-limite destrinchada, ocupando o lugar de tema central da narrativa: é quando as tensões e os conflitos sociais assumem o primeiro plano dessa cobertura – o que verificamos, ao menos, no primeiro dia (08/07/2018).

Fato é que, nas três dimensões, encontramos as duas figuras que habitam polos opostos e são fundamentais à estrutura do melodrama, segundo Martin-Barbero (1997, p. 162-166): o Traidor (Perseguidor ou Agressor) e a Vítima. Afinal, o que encarnam esses personagens? O Traidor é simplesmente a personificação do mal e do vício, secularização do diabo, cuja função dramática é encurralar e maltratar a vítima, não raro por meio de dissimulação (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 163-164). “Taxativamente”:

[...] o Traidor é o personagem do terrível, o que produz medo, cuja simples presença suspende a respiração dos espectadores” (MARTIN-BARBERO, 1997, p 164).

Ao passo que a Vítima é a heroína, personificação da inocência e da virtude. Citando Frye, Martin-Barbero destaca um ponto de encontro entre o melodrama e o romance burguês: a consideração do heroísmo em termos de sofrimento, resignação e paciência que integra, ao mesmo tempo, o *ethos* romântico e o *ethos* do mito cristão (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 164). Essa característica explica a proeminência dos personagens femininos nos romances e na tragédia popular, esclarece o autor. E é na tragédia popular que o “dispositivo catártico” funciona, quando despeja sobre um determinado personagem toda a sorte de desgraças, “um personagem cuja *debilidade* [grifo do autor] reclama o tempo todo proteção – excitando o sentimento protetor no público” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 164).

Na trama narrativa emblemática que é ponto central para este trabalho (o caso do Maranhão), essas articulações tornam-se cristalinas, especialmente, quando observamos as reações do público leitor. É curiosa, inclusive, a flexibilidade da forma como esses personagens são encarnados nessa trama – uma prova, possivelmente, de que a complexidade da vida real é, de fato, como atesta Martin-Barbero (1997) removida de textos como esse. Segundo a cobertura do próprio jornal, é inegável que Cleidenilson ocupa o lugar da Vítima, relegando aos linchadores – e aos seus apoiadores – a posição de Traidores.

Porém, ao compreendermos o fluxo do sensacional, essa associação (Cleidenilson como Vítima e “cidadãos de bem” como Traidores) é inviável para a maior parte dos leitores do *Extra* (na época): 71% apoiaram os “fatores contemporâneos” (parafrazeando o jornal). Em se tratando de leitores brasileiros, particularmente, esse universo simbólico que impede essa identificação tem um fator crucial incorporado com vigor e forma específicos: a cor da pele. O que fica expresso na negação em conectar o presente nacional ao passado colonial.

3.3 A cor da pele nunca é invisível

Por mais que, entre todos os casos analisados, somente na cobertura do assassinato de Cleidenilson o fator racial tenha sido expressamente descrito, inclusive como determinante para tipos particulares de violência, não é possível narrar o Brasil, sem levar em conta a importância da cor da pele. Ainda que a palavra “negro” ou “negra” não esteja colocada como questão explícita, a tensão racial está sempre

presente de uma forma ou de outra. Até porque, como explica Jessé Souza (2017), as categorias podem receber outros nomes hoje em dia, mas as sensações que dirigimos a elas permaneceram: “o ódio ao pobre de hoje em dia é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes” (SOUZA, 2017, p. 67).

Importante mencionar o que estamos chamando de “raça” no contexto do nosso trabalho. Segundo as considerações de Lilia Schwarcz em *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário* (2012), trata-se de um tema que reúne muitas tensões, especialmente no Brasil, onde “inexistem [...] regras fixas ou modelos de descendência biológica aceitos de forma consensual” (SCHWARCZ, 2012, p. 26). Concordamos com a autora quando atesta que, por mais que o termo costume ser travestido no conceito de “cor”, transformando-se em condição passageira e relativa, e já tenha sido desmistificado cientificamente, não podemos abrir mão das implicações sociais que traz (SCHWARCZ, 2012, p. 26-27):

Com efeito, raça persiste como representação poderosa, como um marcador social de diferença – ao lado de categorias como gênero, região e idade que se relacionam e se retroalimentam – a construir hierarquias e delimitar discriminações. [...] Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas. e de hierarquias sociais politicamente poderosas. (SCHWARCZ, 2012, p. 26).

Partindo das considerações de Kabengele Munanga, em seu trabalho clássico *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia* (2004), quando comenta sobre o emprego de “raça” no âmbito acadêmico, concluimos ser possível aplicá-lo no nosso trabalho. Trata-se de explicar o racismo, refutando a realidade biológica do termo,

[...] na medida em que este fenômeno continua a se basear em crença na existência das raças hierarquizadas, raças fictícias ainda resistentes nas representações mentais e no imaginário coletivo de todos os povos e sociedades contemporâneas. (MUNANGA, 2004, p. 12).

Na obra de Achille Mbembe (2014), o termo raça ganha uma complexidade essencial às reflexões propostas. Traduzido na expressão “razão negra” (que₁₀₄

também dá título ao trabalho do autor), o termo é classificado como ambíguo e polêmico, designando simultaneamente modelo de exploração e depredação; paradigma da submissão e das modalidades da sua superação e, até mesmo, um complexo “psiconírico” (MBEMBE, 2014, p. 25). Tudo é explicado no campo da linguagem, em especial, o último aspecto que Mbembe explica citando Frantz Fanon:

[...] a raça é também o nome que deve dar-se ao ressentimento amargo, ao irrepreensível desejo de vingança, isto é, à raiva daqueles que lutaram contra a sujeição e foram, não raramente, obrigados a sofrer um sem-fim de injúrias, todos os tipos de violações e de humilhações e inúmeras ofensas. (MUNANGA, 2014, p. 26).

Trazendo todo esse contexto objetivamente para a realidade brasileira, Jessé Souza (2017) tece outras considerações. Para ele, é possível enxergar a origem da formação da classe média brasileira nos incipientes centros urbanos do Brasil colonial, a partir do início do século XIX. É quando detecta um mecanismo de distinção social que, segundo ele, ainda prevalece: “a distinção em relação aos de baixo” (SOUZA, 2017, p. 66):

[...] o processo de incorporação do mestiço à nova sociedade foi paralelo ao processo de proletarização e demonização do negro. Tanto o escravo, quanto o pária dos mocambos nas cidades era o elemento em relação ao qual todos queriam se distinguir. (SOUZA, 2017, p. 66).

Souza (2017) está falando sobre um momento de transformações estruturais em curso, chamada de “reeuropeização”, em *Sobrados e Mocambos* de Gilberto Freyre (1936), explica. O excesso de arbítrio do patriarca torna-se limitado, o velho conhecimento com base na experiência, marca das gerações antigas, torna-se sem valor e, acima de todo, sofremos um “impacto verdadeiramente democratizante” (SOUZA, 2017, p. 62) com o advento do mercado e da formação de um aparelho estatal autônomo.

Elementos ocidentais e individualistas são revalorizados, as ideias liberais conquistam setores da imprensa e a introdução da máquina resume o cerne das mudanças em andamento:

A máquina veio desvalorizar a base mesma da sociedade patriarcal, desvalorizando o trabalho muscular e desqualificado do escravo, diminuindo tanto a importância relativa do senhor quanto do escravo, agindo como principal elemento dissolvente da sociedade e cultura patriarcal. (SOUZA, 2017, p. 63-64).

Esse movimento de desvalorização dos dois polos que marcam a sociedade escravocrata acaba valorizando o segmento intermediário que já existia, mas não tinha um lugar definido: “o elemento gestado na família patriarcal ampliada e poligâmica” (SOUZA, 2017, p. 64), o mulato, o mestiço, o agregado. Com isso, novas possibilidades de ascensão e mobilidade social surgiram, independentes da condição inerente da raça, “dentro da complexa ritualística que, como consequência da maior proximidade social entre os diversos estratos sociais que a urbanização enseja” (SOUZA, 2017, p. 65). Surge um elemento diferenciador novo, mais ligado a qualidades e talentos pessoais que a privilégios herdados, esclarece Souza (2017, p. 65).

Para Souza (2017, p. 65), esse é o elemento efetivamente democratizante que se apresenta, proporcionando “uma ‘democratização’ que tinha como suporte, ainda, o mulato habilidoso” (SOUZA, 2017, p. 65) e, futuramente, o imigrante europeu, especialmente na região sudeste. Além dessa possibilidade de ascensão social – “de ‘baixo para cima’”, pelo aprimoramento de funções manuais, o que era considerado indigno pelos brancos, aumentando rivalidades e preconceitos (SOUZA, 2017, p. 65-66) -, Souza acrescenta outra, uma “de ‘cima para baixo’”, cujo representante fundamental, poderíamos dizer, seria o “mestiço bacharel” (SOUZA, 2017, p. 65-66):

[...] uma nobreza associada às funções do Estado e de um tipo de cultura mais retórica e humanista do que a cultura mais técnica e pragmática do mestiço artesão”. (SOUZA, 2017, p. 66).

Esmiuçando o mecanismo de distinção de que fala Souza (2017), importante notar que, para o autor, em primeiro lugar, há poucas mudanças entre o início do século XIX e o período atual. Aliás, para ele, a função social do grupo que chama de “raça condenada” se mantém ainda hoje, passando a chamá-lo de “classe condenada”: que permanece servindo aos grupos incluídos enquanto mecanismo de distinção em duas dimensões.

No campo simbólico, proporcionam o prazer da “superioridade” e do mando, enquanto que no campo material, constitui-se como “classe sem futuro que pode, portanto, ser explorada a preço vil” (SOUZA, 2017, p. 66-67). Traduzindo para o âmbito da nossa pesquisa, é possível dizer, segundo a leitura dos comentários analisados que se trata de um grupo mais do que passível de assassinato, é um grupo que merece o assassinato. Uma pista de que essa visão de mundo já se impunha nos centros urbanos em formação no início do XIX é a “violência das humilhações públicas contra os mestiços que usavam casaca ou luva” (SOUZA, 2017, p. 67) de que trata Souza.

Jessé Souza explica também que a importância da vestimenta se estabelecia naquele momento enquanto elemento de diferenciação social. E o vigor com que as pessoas exibiam seus trajes e humilhavam indivíduos pertencentes ao segmento intermediário

[...] já demonstram, como uma consequência mesma do acirramento das contradições a partir da competição com indivíduos brancos antes seguros de sua posição, a possibilidade real de ascensão e a contradição entre elementos constitutivos do sistema: um segregador, que exclui classes sociais inteiras, e outro inclusivo, que funciona individualmente. (SOUZA, 2017, p. 67).

Outra questão importante de *A elite do atraso* (SOUZA, 2017) é a reflexão sobre a flexibilidade do racismo brasileiro. Na incipiente modernização do centro-sul do Brasil (na primeira metade do século XIX), Souza (2017) observa que a cor da pele se colocava como um empecilho até certo ponto: “havia formas de reconhecimento social baseadas no desempenho diferencial” e, diferentemente de outros sistemas, abandonamos a dimensão biológica da segregação: nos apoiávamos (e ainda nos apoiamos em certa medida) mais na utilidade social do indivíduo, do que na sua cor especificamente.

Ou seja, cunhamos um “padrão de ascensão social seletiva do mestiço [que] só seria mudado decisivamente com a chegada dos milhões de europeus a partir do fim do século XIX” (SOUZA, 2017, p. 70). Esse é um ponto-chave para Souza (2017), sendo a partir desse momento que apreende a relação entre classe social e raça no Brasil:

Ser considerado branco era ser considerado útil ao esforço de modernização do país, daí a possibilidade mesma de se embranquecer, fechada em outros sistemas com outras107

características. Branco era (e continua sendo) antes um indicador da existência de uma série de atributos morais e culturais do que a cor de uma pele. (SOUZA, 2017, p. 67).

Enquanto a cor negra, remetendo a valores diferentes da cultura europeia, “civilizada”, representava o atraso e a incapacidade de exercer as atividades esperadas de um “membro de uma sociedade que se ‘civilizava’” (SOUZA, 2017, p. 71). Para Souza (2017), é esse desejo intenso de modernização, que passa a reinar sobre a sociedade como um preceito básico que unifica todas as diferenças sociais. Além de estabelecer uma “hierarquia social” que vai determinar critérios legitimadores de duas visões: alguns indivíduos são superiores e dignos de privilégios e outros são inferiores e merecedores de sua posição marginal e humilhante (SOUZA, 2017, p. 71).

A respeito da flexibilidade do racismo brasileiro, o trabalho de Lilia Schwarcz em *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário* (2012) se faz indispensável. Ao estudar os censos realizados no país, identificou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 1976 que, no quesito cor, ao contrário do que vinha sendo feito nas demais pesquisas, solicitou resposta espontânea. Como resultado, a Pnad obteve 136 cores diferentes, sendo que 43% das respostas foram diferentes das categorias censitárias – branca, negra, indígena, amarela e parda (SCHWARCZ, 2012, p. 84).

Para a autora, esse resultado é uma espécie de minuciamiento da categoria parda, até então, um verdadeiro “saco de gatos”, ironiza Schwarcz (2012, p. 83). A complexidade revelada por esse conjunto de respostas que vai de “Acastanhada” à “Vermelha”, passando por “Branca-suja”, “Branquinha”, “Quase negra” e “Queimada de sol” confirma a expectativa anunciada pela obra: “No Brasil, a mistura de definições baseadas na descrição da cor propriamente dita e na situação econômica e social teria gerado uma indeterminação” (SCHWARCZ, 2012, p. 84). Essa diferenciação maleável, mutável e relativa, inclusive, está presente desde a época da escravidão, quando se fazia uma distinção semântica entre “negro” que era o escravo insubmisso e rebelde e “preto” que era “o cativo fiel” (SCHWARCZ, 2012, p. 84).

Assim como Mbembe (2014), Schwarcz (2012) também se preocupa com a linguagem em si, ressaltando que “definir a cor do outro ou a sua é mais do que um gesto aleatório” é um ato que conecta outros marcadores indispensáveis à conformação das identidades (SCHWARCZ, 2012, p. 88). Um exemplo, explica a autora, é o uso de

diminutivo e aumentativo nas respostas “branquinha”, “moreninha” e “morenã”: revela-se um “jogo da intimidade” e, em relação aos negros, reproduz estereótipos relativos à sexualidade, ou seja, marcadores de gênero são adicionados, mostrando a oscilação dos termos em função do sexo (SCHWARCZ, 2012, p. 88-89).

Outros dois dados são notáveis na pesquisa de Schwarcz (2012): o grande número de variações em torno do termo “branca” (“branca-melada, branca-morena, branquiça” (SCHWARCZ, 2012, p. 89). “Mais do que uma cor, essa é quase uma aspiração social, um símbolo de inserção social”, atesta a pesquisadora (SCHWARCZ, 2012, p. 89); e o que a autora chama de “situação passageira” (SCHWARCZ, 2012, p. 89): definições como “queimada de praia, tostada” que

[...] sinalizam como no Brasil, muitas vezes, não se é [grifo da autora] alguma coisa, mas se *está* [grifo da autora]. Ou seja, por aqui a aspiração geral é de que raça não é situação definitiva; por isso o termo cor (mais fluido em seu uso) se generaliza. (SCHWARCZ, 2012, p. 89).

Em suma, Schwarcz (2017) conclui que a informação mais relevante a ser notada é “a subjetividade e a dependência de sua aplicação” (SCHWARCZ, 2012, p. 89). Assim como Jessé Souza (2017), a autora também encontra uma questão relacional vinculada à identificação racial no Brasil: é determinada de acordo com o indivíduo, o lugar, o tempo e o próprio observador. Trata-se de um “uso social da cor”, explica, o que traz um caráter subjetivo ao termo e torna a sua aplicação – em conversas, documentos, na vida privada – um objeto de disputa; assim, “joga-se o preto para o ponto mais baixo da escala social” (SCHWARCZ, 2012, p. 89-90).

Isto é, as discrepâncias entre cor atribuída e cor autopercebida estariam relacionadas com a própria situação socioeconômica e cultural dos indivíduos.

[...] No país dos tons e dos critérios fluidos a cor é quase um critério de denominação, variando de acordo com o local, a hora e a circunstância. É isso também que faz que ‘a linha de cor’ no Brasil seja, no limite, um atributo da intimidade e do fugidio, na qual se distingue ‘raça oficial’ de ‘raça social’. (SCHWARCZ, 2012, p. 90-91).

Essas teorias explicam, pelo menos em parte, o motivo de tanta virulência despertada pelo uso da palavra “negro” e pela comparação entre um jovem negro mais facilmente identificado como Traidor e outro jovem negro, no caso, escravizado, momentaneamente identificado como Vítima. Mas o que dizem os comentários da página do *Extra*?

3.4 Vítima, Traidor e racismo

É nos comentários extraídos da página do Facebook do *Extra* que os universos do maniqueísmo e do racismo se entrelaçam. Ao interpelar os leitores com o texto-legenda de primeira página que abre com a pergunta “evoluímos ou regredimos?”, por mais de uma vez, encontramos respostas no mínimo constrangedoras.

QUADRO IV
Comentários colhidos da página do Facebook do *Extra* a respeito da publicação de 08/07/2015, “Do Tronco ao Poste”

Nº	Comentário principal	Resposta a algum comentário
1	-	<u>Beatriz Santos</u> Um lindo bandido desses podia pegar vc ou alguém da sua família, queria ver se vc tbm ia defender. Se a justiça não faz nada o povo tá tão cansado q está agindo com as próprias mãos. Eu sei q estou dizendo pois fiquei órfã de pai quanto eu tinha 4 anos e até hoje minha mãe e eu nunca fomos procuradas por ninguém pra saber como estamos. Bandido safado tem.q.morre msm e pronto. Vai defender vagabundo, então vcs são iguais.
2	-	<u>Felipe Cabral</u> Heliana Castro Alves se o estatuto do desarmamento cair, eu posso ter uma arma, você também e muitos outros, todo mundo vai evitar sair arrumando confusão por aí. E o mais importante, bandido vai pensar bem antes de assaltar, hoje tiramos fotos, logo poderemos dar tiro.
3	<u>Elder Ladeia</u> LIXOS! Comparar pessoas que eram obrigadas aos trabalhos forçados, à escravidão, com bandidos. Regredimos, sim, vocês da imprensa são o maior exemplo do quanto regredimos, seus idiotas.	-
4	<u>Karla Patricia</u> Regredimos se a imprensa tem a coragem de comparar escravidão com bandidos....Ridículos vcs né	-

5	-	<u>Vitor Zazenco</u> Comparem a importância dada a morte de um bandido e a morte de um PM, pelo jornal extra. A capa é de ontem!
6	<u>Paulo Ferreira</u> E o médico que foi covardemente assassinado por jovens NEGROS e FAVELADOS? As meninas que foram covardemente espancadas estupradas? O estudante que foi esfaqueado indo a escola por outro jovem NEGRO POBRE E FAVELADO? Ele não foi espancado por ser negro ou pobre ou favelado, a população já está cansada de sofrer com política de merda, políticos de merda, imprensa de merda! Este jovem pobre, NEGRO e favelado está às margens das leis! Se ele está disposto a sair de casa pra roubar e matar, também tem que estar disposto a morrer! Bandido é bandido, independentemente da cor e classe social!	-
7	<u>Fábio Rodrigues Oliveira</u> EXTRA vai defender bandido no quintos dos inferno. Ah 200 anos um negro apanhava por ser negro, não compare um bandido com um inocente. Sou contra esse tipo de atitude, mas essa comparação foi ridícula.	-
8	<u>Leonardo Matalone</u> Regredimos. A imprensa naquela época não defendia bandidos como vcs de hoje em dia.	-
9	<u>Angela Rabello</u> fala sério, querer comparar escravos com bandidos!! O povo está de saco cheio de tanta impunidade. Essa capa é demagogia pura.	-
10	<u>Ronaldo Da Cruz Azevedo</u> Convém ressaltar, que são situações comparativas totalmente diferentes... O negro historicamente era açoitado por rebeldia, negar se a trabalhar, por não concordar desfazer-se de suas famílias e/ou lutar por liberdade. A outra situação decorre de uma situação de roubo, assalto ou crime cometido costumeiramente onde o Governo e' o grande responsável pela insegurança generalizada em que se instalou no País e nos Estados, oriundo de corrupções refletindo assim num grande crescimento de desigualdades sociais. Desigualdades essas que abrangem tantos negros como brancos indistintamente. Não são apenas negros ladrões... Este e' um País laico e várias raças dentro desse imenso País estão em condições iguais no cometimento de delitos. Quem deveria estar hoje sendo amarrado e açoitado, seriam os Políticos corruptos que nos cercam!!!	-
11	<u>Gutierre Knust</u> Comparar um escravo que era inocente com um bandido??? Estão incriminando o escravo ou inocentando e protegendo o bandido? Ou os 2? É... Ta SERTO Afinal estamos no Brasil....	-
12	<u>Natália Rodrigues</u> Podres! E pior que isso não é burrice, é canalhice mesmo, a eterna luta de classes que vocês da mídia querem propagar. Mas o povo não cai nessa armadilha idiota que jornalista como vocês querem plantar. Comparar bandido com escravo não rola, meus caros.	-

13	<p><u>Gabriel de Almeida</u> Na realidade mudou muita coisa ! Os valores foram invertidos, policiais são desrespeitados enquanto criminosos são protegidos ! As pessoas se preocupam mais com o que gays podem ou não fazer, se a mulher tem um suvaco escroto cabeludo e etc. O problema do país é os playbozinhos que vivem uma vida de ouro quererem dar uma de socialistas, negro se vitimizando, é tanta merda que deixa o país como está que a preguiça de escrever é gigante ! Só queria realmente ver a ordem e o progresso.</p>	-
14	<p><u>Roberto Antonio</u> O EXTRA É RACISTA,ESTÁ INSINUANDO QUE UM LADRÃO QUE FOI AGREDIDO POR CIDADÃES NÃO BRANCOS,MAS BRANCOS,NEGROS,PARDOS,AMARELOS,ETCS,É UMA VITIMA DO MESMO CASO DA HISTORIA DA ESCRAVIDÃO,HORA ONDE PODE SER TÃO MAU CARÁTER,DE UM LADO TEMOS UMA INJUSTIÇA E A IGNORÂNCIA DO OUTRO O CANSAÇO E REVOLTA,UM ERA ESCRAVO E OUTRO UM HOMEM LIVRE,UM TINHA SUAS AÇÕES DITADAS O OUTROS IA COM AS PRÓPRIAS PERNAS,EXTRA É RACISTA,DIZENDO QUE TODO NEGRO É LADRÃO E TEM CONDIÇÃO DE SER ESCRAVO,RACISTAS!</p>	-
15	<p><u>Salomão Domingos</u> Evoluímos com certeza. Hoje matamos vagabundos, assassinos, estupradores e latrocidias de qualquer cor, no poste (quando damos a graça de pegar um), e antes açoitavam negros inocentes. O jumento redator da peça ideológica não sabia disso? É lógico que sabia.</p>	-
16	<p><u>Sergio Cunha</u> É muita ignorância comparar o pobre de um escravo que não fez nada a não ser querer lutar pela liberdade com um bandido vagabundo e assassino que só não vitimou pessoas trabalhadoras e de bem porquê a arma falhou. Vão esquerdar pra lá.</p>	-
17	<p><u>Alan Kanaro</u> Extra vcs sao ridiculos, Essa materia doida mais racista que ja li nos ultimos tempos, fizeram a mesma coisa com um bandido Branco no Rio Grande Do Sul e porque a foto do Branco nao foi publicada ai? Fala serio, que lixo de materia.</p>	-
18	-	<p><u>João Victor Ferreira</u> E depois desses 200 anos. O jornal quer comparar os negros que corriam atrás da liberdade, com um mero bandido q revolta a sociedade. 🍌🍌</p>
19	<p><u>Cris Lira</u> A que ponto chegamos não é mesmo? Uma mídia manipulada defendendo bandidos e o comparando a época escravatura por ele ser negro? O povo já não aguenta mais e ainda temos que lidar com esse tipo de sensacionalismo barato esquerdistas. Lamentável para uma publicação que deveria ser imparcial. Dê a notícia. Apenas.</p>	-
20	<p><u>Camila Barros</u> Vão mudar a foto de perfil em homenagem ao bandido agora??? Povo hipócrita</p>	-

21	<u>Peterson Paiva</u> Só esqueceram de mencionar que um era um escravo e o outro um bandido frio e calculista!	-
22	<u>Fredy Fernandes</u> Bandido bom é bandido morto! Ta com pena leva pra casa	-

Fonte: *página do Facebook do jornal Extra*.¹¹⁹

Interessante notar que, nos comentários extraídos pelo próprio jornal (Quadro III), a questão da cor não aparece. Enquanto que na amostragem que nós recolhemos da página do Facebook do Extra, mais de 40% falam objetivamente em racismo, “raça” ou “negro”. Ao mesmo tempo em que o jornal parece forçar a reflexão sobre escravidão e racismo, ignora a tensão racial que aparece nos comentários. Tudo indica que o jornal optou por omitir qualquer menção ao tema “racismo” na sua retranca especial “Sentenças da rede”.

Essa negação do racismo é um ponto de encontro entre a construção do mundo do texto em adição à construção do mundo do leitor. Na percepção desse público, existe um total descolamento entre o período da escravidão e a definição de Cleidenilson como “bandido”, enquanto categoria completamente esvaziada. Tal desconexão pode ser apreendida por meio da distinção entre “negro” e “preto”, lembrada por Schwarcz (2012). Somando às reflexões de Souza (2017), ganha força a ideia de que essa diferenciação tem uma utilidade: garantir a existência de um grupo capaz de proporcionar o prazer da “superioridade” e do mando e que, simultaneamente, pode ser explorado.

Em grande parte dos comentários, também encontramos uma crítica expressa à comparação estabelecida pela matéria de primeira página. Prova de que o mundo do leitor não é determinado pelo mundo do texto, por mais que o mundo do texto tente conduzi-lo, enquadrá-lo (para usar a expressão de Ellsworth (2001)) em um outro lugar. Aliás, essas discrepâncias entre: 1) o conteúdo da cobertura, que aborda o tema racismo; 2) a retranca “Sentenças da rede” que se eximiu de expor comentários sobre racismo; e 3) os comentários analisados diretamente na página do Facebook do *Extra* versarem sobre essa temática em quase 50% dos casos levam à seguinte conclusão: o veículo não se constrangeu ao chamar seu público de feitor contemporâneo, mas optou por evitar chamá-lo de racista.

¹¹⁹ Cf. página do Facebook do Extra. Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalextra/photos/a.208847352481556/1028339433865673/?type=3&theater>
Acessado em: 20/12/2018

Ao cruzarmos eixos-temáticos da teoria analisada com os comentários reunidos, detectamos, além da negação do racismo e dos seus vínculos com o presente, a reivindicação do aspecto relacional da cor, determinada de acordo com o indivíduo, o lugar, o tempo e o próprio observador, como coloca Schwarcz (2012, p. 89-90). Sem conexão com as décadas de imposição de valores degradantes sobre a cor negra, como analisamos em Souza (2017) e Schwarcz (2012).

Assim, o personagem de Debret assume o papel esvaziado de Vítima, enquanto que Cleidenilson Pereira da Silva assume o papel esvaziado de Traidor. E, nessa dualidade, essas figuras são observadas como estanques e autorreferentes, a exemplo da estrutura do *fait divers*, tão bem assimilada por leitores do “jornalismo de sensações” (BARBOSA, 2004) e estrutura padrão para os casos de linchamento narrados pela imprensa.

Essa polarização também se dá em outra frente: o papel de Vítima (ou Vítimas, no caso) também é preenchido pelo próprio público. Nesse aspecto, identificamos a insegurança de que fala Souza (2017) quanto a novas possibilidades de ascensão social, o que fica extremamente evidente no comentário 13. Lembrando que, segundo o jornal, esse mesmo público também foi interpelado enquanto Traidor: quando assume o lugar do carrasco na segunda imagem da primeira página.

Assim, observamos um jogo de oposições também característico do *fait divers*, que, no caso, permite ao jornal manter-se em um momento de tensão entre denunciar o racismo estrutural da sociedade *versus* não denunciar o racismo individual dos seus leitores; condenar explicitamente o linchamento de Cleidenilson, mas relativizar (em um primeiro momento) o linchamento do jovem no bairro Flamengo. Essas oposições parecem contribuir para o “dispositivo catártico” de que fala Martin-Barbero (1997, p. 164) de uma forma coringa, podendo ser acionado a partir de qualquer lugar.

CONCLUSÃO

A curiosidade sobre a morte, em múltiplas dimensões, talvez tenha sido o grande motor deste trabalho. Segundo Delumeau (2009), em algum grau, é tema que rege a vida humana, associado ao medo, que:

Inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte. (DELUMEAU, 2009, p. 23-24).

Ao contrário da Idade Média, nos dias atuais, tratamos esse assunto a partir de uma ambiguidade notável: ao mesmo tempo em que higienizamos a condição de morrer, conforme explica Elias (2001), a morte é tópico que pulula no jornalismo, particularmente no jornalismo de sensações, como vimos. Não nos voltamos para a explicação dos motivos que levariam ao consumo desenfreado de notícias dessa tipologia, uma vez que dependeríamos do campo da psicanálise, já debatido por autores como Angrimani Sobrinho (1995).

Motivadas pelo nosso caso-emblema (o assassinato de Cleidenilson Silva no Maranhão), nosso interesse foi desvendar se, em primeiro lugar, houve um rompimento em determinada maneira de narrar notícias associadas ao tema da morte – especificamente sobre linchamentos – com a cobertura do caso do Maranhão. Em segundo lugar, confirmado um formato específico para essa temática, haveria reforço de parâmetros culturais e de mentalidades associados ao pensamento brasileiro conservador, em especial, no que diz respeito à cor da pele, dado o passado escravocrata do país e a resistência por parte das elites em abordar essa temática?

Na tentativa de responder essas questões, nos apropriamos do debate central em Ricoeur (1994, 1995 e 1997), tempo e narrativa, para identificarmos, segundo a tríplice mimesis: que trabalhos de memória foram empregados na elaboração dessas notícias que elencamos (capítulo 1)? Que estrutura narrativa foi elaborada pelos jornais – no caso, o jornal *Extra* -, quando o assunto era linchamentos (capítulo 2)? O que os mundos do leitor e do texto construíram juntos quando essa estrutura narrativa é reconstruída no choque entre notícia e público (capítulo 3)?

Com essas questões em mente e nosso caso-emblema sempre norteando as leituras, forjamos o objeto da pesquisa: cenas de linchamento da imprensa. Se outros casos de linchamento já haviam sido noticiados anteriormente (como o caso do

bairro do Flamengo) e posteriormente (como o caso de Fabiane Jesus), precisávamos compreender porque o assassinato de Cleidenilson se colocou como um marco. Essas respostas coincidiram com as explicações requeridas às questões que mencionamos anteriormente.

A primeira página premiada do jornal *Extra* nos apontou uma série de direções: ao lançar mão da memória da escravidão, retomamos quase que imediatamente outras célebres imagens que também remontam ao período, de maneira objetiva (retratam, de fato, o Brasil Colonial) e de maneira subjetiva (assim como a cobertura do Maranhão), funcionam como “palimpsestos da memória” (HUYSSSEN, 2014). São as figuras analisadas no capítulo 1, elencadas por também serem célebres: referências de retratação do período colonial brasileiro, premiadas (PRÊMIO ESSO DE FOTOGRAFIA, 1988), empregadas na primeira página e, por fim, por despertarem a mesma associação proposta pela primeira página “Do tronco ao poste”.

O que detectamos nas narrativas analisadas nesse capítulo foi uma escolha editorial que acionou mecanismos de memória, por meio da recontextualização e da reconstrução de lembranças de violências que eram legais, além de legítimas – o tratamento concedido aos escravizados no período colonial. Tentamos desvendar as camadas que compõem as notícias desse tipo particular de violência, amparadas pela hipótese de que notícias sobre crimes violentos publicadas na imprensa teriam o potencial de intensificar, legitimar e/ou, em última instância, naturalizar práticas violentas (atos e/ou discursos) na sociedade brasileira contemporânea; ou ainda, de assistir à construção de uma narrativa que caracteriza um Outro a ser eliminado, um “inimigo”/“matável” (usando a expressão de Zaccone (2015)).

No capítulo 2, passamos especificamente para a análise da configuração das narrativas sobre linchamentos. Optamos pelo jornal *Extra* como *corpus* por ser o jornal de origem do nosso caso-emblema, por estar filiado ao jornalismo de sensações e porque traçamos nossas considerações sempre em contraposição à matéria de primeira página “Do tronco ao poste”, além das questões de ordem prática de delimitação empírica da pesquisa. Elaboramos dois quadros para o melhor diagnóstico dessa configuração. No Quadro I, apresentamos os 23 casos de linchamentos (ou tentativas) noticiados pelo jornal *Extra* entre 2013 e 2017. A ideia foi tentar desvendar uma

possível fórmula narrativa para a temática dos linchamentos no jornalismo de sensações.

A exemplo do fenômeno sociológico, também foi possível identificar a configuração do que chamamos de “ondas de linchamento da imprensa”, com elementos constantes na configuração de cenários narrativos construídos pelo jornal *Extra*. Para analisar essa configuração, elegemos o caso do linchamento do Maranhão também como emblema narrativo, funcionando como contraponto em relação às demais notícias analisadas.

Entrecruzando intervalo de tempo e quantidade de casos, detectamos três picos de notícias sobre linchamentos nas edições analisadas. Cronologicamente: o caso do bairro Flamengo (matéria de primeira página do dia 4 de fevereiro de 2014), o caso da dona de casa Fabiane Maria de Jesus (matéria de primeira página de 6 de maio de 2014) e, nosso caso-emblema, o do Maranhão (matéria de primeira página de 8 de julho de 2015).

O período que vai do dia oito ao dia 28 de julho de 2015 se colocou como o mais representativo: depois do caso de justiça de Cleidenilson da Silva, mais sete notícias da mesma temática figuraram nas páginas do jornal. Esse pico (de oito a 28 de julho de 2015) foi o conjunto exemplar que permitiu o aprofundamento da nossa análise, em função das características memoráveis (capítulo 1) e por, objetivamente, suscitar tantas outras histórias sob o mesmo tema.

Após elencarmos as características-chave identificadas no nosso caso-emblema, analisamos o objeto proposto para esse capítulo: as cenas de linchamento da imprensa encontradas na última onda de linchamento detectada. Assim, elaboramos o quadro II, em que foi possível identificar três eixos-temáticos que se repetiram nas coberturas. Frequência, Alívio e Condenação foram os grandes temas que encontramos reiteradamente nessa tipologia de notícia.

Ao analisarmos essa massa de casos, sob a ótica dos eixos-temáticos elencados, concluímos que os fatores tempo e quantidade são extremamente relevantes para a construção narrativa de linchamentos, ainda que se apresentem no sentido de fazer referência ao próprio caso que está sendo relatado. Um exemplo representativo foi a notícia “Em 4 meses, dois casos de linchamento” (*Extra*, 28/07/2015, p. 10): a simples

impressão de frequência, recorrência e abundância parecem ditar o tom dessa tipologia de notícias.

Os eixos Alívio e Condenação se mostraram de extrema complexidade, uma vez que, em geral, estiveram presentes em uma mesma história, ao mesmo tempo, indicando os vários modos de endereçamento em tensão, como explica Ellsworth (2001). Tudo indica que narrar linchamentos, pressupõe esse duplo movimento: alívio da população que lincha e que “aplaude” *versus* alívio dos sobreviventes que escaparam da morte (quando o salvamento ocorre). A condenação do ato de linchar só não apareceu com clareza em duas ocorrências: “Linchado após esfaquear bebê de 1 ano na Rocinha” (*Extra*, 21/07/2015, p. 9) e “Em 4 meses, dois casos de linchamento” (*Extra*, 28/07/2015, p. 10).

Outra característica relevante que encontramos foram os comentários trazidos para dentro das histórias de linchamentos, notadamente, aqueles favoráveis ao ato de linchar. Identificamos que reforçam o sentido de alívio explicado por Martins (2015), garantindo o efeito “mágico” restaurativo: “um tranquilizante apoiado na força comunitária que pode em nome de todos se erguer contra o indivíduo [...] que, no comportamento antissocial, desorganiza e perturba” (pos. 1265).

Detectamos ainda um teor ambíguo no eixo Condenação: reiteradamente encontramos a repreensão tanto do ato de linchar quanto do crime que teria desencadeado o linchamento, ao mesmo tempo. O primeiro tipo foi detectado por manchetes, títulos e retrancas como: “A barbárie não para no Maranhão” (*Extra*, 09/07/2015, p. 1); “Agressão em vez de justiça” (*Extra*, 18/07/2015, p. 9); “Tribunal do ódio”. O segundo tipo, menos objetivo, foi identificado em relação à importância dada a revolta dos linchadores/apoiadores do linchamento.

Concluimos que o jornal flutua entre considerar o linchamento um problema específico, digno de uma primeira página inteira e de análises e comparações históricas, aparentemente extrapolando a noção de *fait divers*, buscando explicações complexas para o ocorrido ou a considerá-lo uma questão corriqueira, violência comum como um roubo ou furto. Mais do que determinar se o nosso caso emblema é ou não é um *fait divers*, diante do todo analisado, percebemos uma tensão que deriva de interesses diversos que envolvem a construção das notícias, conforme já assinalamos.

Partindo para a última fase da tríplice mimesis, achamos importante retomar as considerações de Martins (2015):

Aqui o objetivo não é o de prevenir o crime por meio da aterrorização, mas o de punir um crime com redobrada crueldade em relação ao delito que o motiva. Aqui o linchamento é claramente vingativo. (MARTINS, 2015, pos. 357).

Conclui o sociólogo em dado momento do seu livro que é referência nessa temática. Depois de analisarmos essas 23 cenas, concluímos que as narrativas sensoriais que versam sobre linchamentos acabam caindo nessa mesma lógica do fenômeno e, portanto, reforçando a legitimidade dessa prática, ainda que de maneira pouco transparente em coberturas como a do Maranhão.

A vítima exposta pelo jornal, Cleidenilson Pereira da Silva, de fato, ocupou o lugar da Vítima sobre a qual fala Martin-Barbero, entretanto, as tensões encontradas na cobertura deixam revelar que existe uma narrativa típica para esse tipo de caso: aquela que legitima o desejo de exclusão e que move o ato de linchar em si. E esse ato, nas páginas do jornal, costuma ser dirigido justamente a pessoas pobres e não brancas.

Como vimos na comparação entre os casos do Maranhão, do Flamengo e de São Paulo, principalmente, há uma fórmula padrão: a de relativizar o papel dos linchadores, desacreditar o linchado, ignorar o contexto social do linchado (ainda que a matéria esteja condenando em algum grau a ação de linchar). Três eixos-temáticos também revelaram essa tipologia que compreendemos como exemplo da epistemologia do *fait divers*: frequência, alívio e condenação.

Nas páginas dedicadas ao linchamento de Cleidenilson também encontramos entretítulos marcantes como "tribunal do ódio" e "sentenças da rede" – com vários comentários originários da Internet em "apoio a selvageria".¹²⁰ Dessa forma, identificamos o discurso de ódio (BRUGGER, 2007 e LANNING, 2012) exposto, denunciado e, ao mesmo tempo, repudiado pelo jornal. Ao cruzarmos essas informações com os comentários que colhemos da página do Facebook do *Extra*, identificamos então o fator racial inteiramente ignorado pelo jornalismo de sensações.

De fato, identificamos neste trabalho um padrão narrativo comandando a temática dos linchamentos na imprensa. Assim como afirma Angrimani Sobrinho

¹²⁰ Conforme coloca o próprio *Extra* em DO TRONCO AO POSTE. In jornal *Extra*, 08/07/2015, p. 1: “Se em 1815 a multidão assistia, impotente, à barbárie, em 2015 a maioria aplaude a selvageria [...]”.

(1995), o *fait divers* é componente indissociável da chamada imprensa “sensacionalista”, que aqui chamamos de “de sensações”.¹²¹ Observamos um jogo de oposições característico do *fait divers*, que, no caso, permitiu ao jornal manter-se em um momento de tensão entre denunciar o racismo estrutural da sociedade *versus* não denunciar o racismo individual dos seus leitores; condenar explicitamente o linchamento de Cleidenilson, mas relativizar (em um primeiro momento) o linchamento do jovem no bairro Flamengo.

Entendemos que essas oposições contribuem para o “dispositivo catártico” de que fala Martin-Barbero (1997, p. 164) de uma forma coringa, podendo ser acionado a partir de qualquer lugar e lembramos que esse dispositivo catártico do mundo do texto é sempre reconfigurado, podendo se transformar em prática, ação deliberada para excluir um Outro do direito de existir. Lembrando que característica premente no ato de linchar é o desejo de eliminação de alguém – que tenha rompido com a ordem social, conforme explica Martins (2015).

Esse sentimento encontrado como potencialmente vinculado à prática de linchamentos também aparece nas tramas narrativas das notícias e, ao analisarmos o mundo reconfigurado (capítulo 3), detectamos o reforço dessa visão. Também descobrimos que parte importante dessa lógica é a negação do racismo. Mecanismo que pode ser ainda mais violento do que o próprio racismo em si, dado que dificilmente é repreendido. O que observamos é que o desejo de exclusão e a questão racial andam juntos.

Para constatar a reconfiguração de que fala Ricoeur (1994) analisamos os comentários do público leitor. O que levantou a questão: os comentários trazidos pelo jornal na retranca “As sentenças da rede” são, de fato, representativos? O que mais pode ser avaliado ao ampliarmos essa massa de falas extraída do Facebook? Para responder a essa questão, contrastamos dois quadros: um que reuniu os 10 comentários destacados pela retranca “As sentenças da rede” na edição de 8 de julho de 2015 *versus* outro com 30 comentários extraídos diretamente da publicação com a primeira página da mesma data.

¹²¹ Para este trabalho, não usaremos “representação” enquanto conceito trabalhado em estudos de diversos autores como Stuart Hall e Roland Barthes, mas como verbete: substantivo feminino que significa ideia ou imagem que concebemos do mundo ou de alguma coisa. Cf. Houaiss, 2009.

O caminho que traçamos para chegar a essa quantidade de três dezenas foi estruturado a partir da ferramenta “nuvem de palavras”. Partimos de um total de 10.153 comentários encontrados no *post* – elencando as primeiras 65 reações verbais exibidas em ordem cronológica, sem diferenciação entre comentários direcionados à foto da primeira página e comentários em resposta a outros usuários da rede.

Constatamos então a recorrência marcante de uma palavra que não aparece na retranca: “negro”, terceira palavra mais frequente nesse conjunto de dados. Ao lado de “bandido” (segunda palavra mais frequente) e da conjunção “que” (primeira palavra mais frequente), foram as três palavras mais recorrentes nessa primeira massa de falas. No intuito de compreender essa frequência, bem como a ausência da palavra “negro” na retranca “Sentenças da rede”, restringimos nossa análise aos 30 comentários em que “negro” e “bandido” aparecem. O que percebemos foi justamente o entrelaçamento dos universos do maniqueísmo e do racismo, quando analisamos esses comentários.

Se os mundos do texto e do leitor estabelecem uma relação dinâmica, como afirma Ricoeur (1994), sendo possível que um afete o outro, detectamos a existência de um padrão narrativo que parece interessado em descortinar estruturas violentas da sociedade brasileira, mas que, na essência, não está e, ainda por cima, acaba reforçando uma visão de mundo que debilita apenas certos tipos de indivíduos, justamente aqueles parecidos com Cleidenilson. Importante ressaltar que não se trata de desqualificar o “jornalismo de sensações” como se fosse o culpado por perpetrar essa visão de mundo que legitima o racismo. Como vimos, as notas sensacionais estão mais vinculadas a uma determinada maneira de narrar, também aparecendo em jornais considerados “de referência”.

Cabe agora aprofundar a pesquisa no que diz respeito à questão do popular, associada às estruturas de mentalidades consolidadas no Brasil, notadamente, o racismo, em material mais extenso, traçando uma história do “jornalismo de sensações” do país. O que acreditamos guardar relações profundas com o medo da morte, transfigurado em medo do Outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e Artigos

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Entretenimento: valor-notícia fundamental. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC), v. V, p. 13-23, 2008.

AGUIAR, Leonel Azevedo de; SCHAUN, Angela. A notícia e a lógica das sensações: uma contribuição para as teorias do jornalismo. Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, Ecuador: CIESPAL, N.º 132, agosto – noviembre 2016.

AGUIAR, Leonel Azevedo de; BARSOTTI, Adriana. O jornalismo sensorial e o infotimento na produção de notícias para dispositivos móveis. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol.3, n.1 p. 57-75, Jan/Jun, 2016.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

AMARAL, Márcia Franz. Sensacionalismo: inoperância explicativa. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 133-146, jan./jun. 2003.

_____. Sensacionalismo, um conceito errante. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 13, p. 1-13, julho/dezembro 2005.

_____. **Jornalismo Popular**, São Paulo: Contexto, 2006.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006, 12ª edição.

BARBOSA, Marialva Carlos. Jornalismo popular e o sensacionalismo. **Revista Verso e Reverso**. XVIII(39) 2004/2.

_____. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007a.

_____. **Percursos do olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói: EdUFF, 2007b.

_____. História do jornalismo no Brasil: um balanço conceitual. **Revista Verso e Reverso**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, v. 52, p.1-11, 2009.

_____. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história. **Contracampo**, v. 35, p. 7-26, 2016a.

_____. **Escravos e o mundo da comunicação**: oralidade, leitura e escrita no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016b.

_____. Jornalismo popular no Brasil: uma história. **Revista portuguesa de História da Comunicação**. Dez/2018, nº 3, pp. 41-53.

BARBOSA, Marialva Carlos e ENNE, Ana Lucia Silva. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. **ECO-PÓS**- v.8, n.2, agosto-dezembro 2005, pp.67-87.

BARBOSA, Marialva Carlos e RIBEIRO, Ana Paula Goulart (Org.). **Comunicação e história**: partilhas teóricas. Florianópolis: Insular, 2011.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRAGA, José Luiz. Aprender metodologia ensinando pesquisa: incidências mútuas entre metodologia pedagógica e metodologia científica. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (Org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. P. 77-98.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**. Vol. XXX, Ano XVI, nº 62, Abril-Junho, 1965. P. 261-294.

BRUGGER, Winfried. Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio? Algumas observações sobre o Direito Alemão e o Americano. **Revista DIREITO PÚBLICO**, n. 15. Brasília: Instituto Público brasileiro de Direito Público, Jan-Fev-Mar, 2007.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. São Paulo: Edusc, 2004.

CAMPOS JR., Celso de.; MOREIRA, Denis.; LEPIANI, Giancarlo.; LIMA, Maik Rene. **Nada mais que a verdade: a extraordinária história do jornal Notícias Populares**. São Paulo: Summus Editorial, 2011. Edição do Kindle.

CERQUEIRA, R. T.; NORONHA, C. V.. Cenas de linchamento: reconstruções dramáticas da violência coletiva. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n.2, p. 163-172, 2004.

DALMOLIN, Aline.; COHEN, Leandra. Quando a violência simbólica se transforma em violência física: discurso de ódio e intolerância religiosa no “linchamento do Guarujá”. In: **II Simpósio Internacional ABHR**, 2016, Florianópolis -SC.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300-1800 – Uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da Violência**: As marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELLSWORTH, Elisabeth. Modo de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. P. 07-76.

ENNE, Ana Lucia Silva. O sensacionalismo como processo cultural. **ECO-PÓS**- v.10, n.2, julho-dezembro 2007, pp.70-84.

FONTELLA, Angélica e BARBOSA, Marialva. De “vítimas virtuais” a “feitores contemporâneos”? Potências das notícias sobre linchamentos: a matéria “Do tronco ao poste” do jornal Extra. In: **11º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2017, São Paulo. Anais 11º Encontro Nacional de História da Mídia, 2017.

FISHMAN, Mark. **Manufacturing the news**. University of Texas, 1988.

GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**. São Paulo, Boitempo, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990. Tradução de Laurent Léon Schaffter. Traduzido do original francês *La mémoire collective* (2.a ed.) Press universitaires de France. Paris, França, 1968. © 1950, Presses Univeritaíres de France.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro, Contraponto-Museu de Arte do Rio, 2014.

JOUTARD, P. Reconciliar história e memória? In: **Escritos: revista da Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, ano 1, n. 1, p. 223-235, 2007.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática S.A., 1985.

LANNING, R. (2012). Irrationalism: The Foundation of Hate Propaganda. **Journal of Hate Studies**, 10(1), 49-71. Disponível em:
<http://journals.gonzaga.edu/index.php/johs/article/view/178>.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEAL, Bruno Souza. Quando uma notícia é parte da história. **Revista E-compós**, Brasília, v.17, n.3, set. dez. 2014

LENE, Hérica. O “fato jornalístico” como conceito crucial no jornalismo e suas imbricações como “fato histórico” e “fato social”. **Revista Ecopós**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2015. 208 p. Edição do Kindle.

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Jornalismo popular**: Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2011. Edição do Kindle.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Portugal: Antígona, 2014.

_____. **Necropolítica**. Espanha: Editorial Melusina, 2011.

MENDONÇA, K. S.. A punição pela audiência: maniqueísmo, melodrama e linchamento virtual em Linha Direta. In: **XXV Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2002, Salvador – BA. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira** [S.l: s.n.], 2004.

NICOLAU, Marcos; ABATH, Daniel; LARANJEIRA, Pablo César; MOSCOSO, Társila; MARINHO, Thiago; NICOLAU, Vítor. Comunicação e Semiótica: visão geral e introdutória à Semiótica de Peirce. **Revista Eletrônica Temática**. Ano VI, n. 08. 2010. Disponível em: <<http://www.insite.pro.br/2010/>125

agosto/semiotica_peirce_nicolau.pdf>. Acessado em 29 mai. 2018.

PIMENTEL, A. S. “Evoluímos ou regredimos”?: uma análise do discurso do jornal Extra sobre linchamento. In: **II Encontro Nacional Discurso, Identidade e Subjetividade**, 2017, Teresina – PI. Anais do II Encontro Nacional Discurso, Identidade e Subjetividade. Teresina: Edufpi, 2017. v. 2. p. 119-127.

PRÊMIO ESSO DE FOTOGRAFIA. Coordenação editorial: Olavo Luz. 1988.

RESENDE, FERNANDO e ROSSIGNOLI, Letícia. O conflito Israel / Palestina como acontecimento jornalístico: análises de narrativas do Jornal Folha da Manhã (1936/1946). In: **XXIV Encontro da Compós**, 2015, Brasília. Anais do XXIV Compós, 2015.

RESENDE, Fernando. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 14, p. 81-93, dez. 2007.

_____. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Edição do Kindle.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. **Como nos tornamos o país da punição**. Brasil, 98 p., out. 2015.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas (SP): Papyrus Editora, 1994, tomo I.

_____. **Tempo e narrativa**. Campinas (SP): Papyrus Editora, 1995, tomo II.

_____. **Tempo e narrativa**. Campinas (SP): Papyrus Editora, 1997, tomo III.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

_____. A mídia e o lugar da história. **Revista Lugar Comum**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 11, p.25-44, 2000.

_____. Mídia e História: ambiguidades e paradoxos In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.126

XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1998. Recife.

RIBEIRO, V.. O peso do Press Release no processo de produção de notícias. **BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, v. x, p. 1-28, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco. Muito pelo contrário. São Paulo: Claro Enigma**, 2012.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre, RS: Sulina: Edipucrs, 2002. 112 p.

_____. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 287 p.

_____. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Edição do Kindle.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SUNKEL, Guillermo. **Razon y pasión en la prensa popular**: un estudio sobre cultura popular, cultura de masas y cultura política. Santiago del Chile: ILET, 1985.

_____. **La prensa sensacionalista y los sectores populares**. Bogotá: Norma, 2002.

TEIXEIRA, L. R.; TEIXEIRA, W. M. ; BRIGIDA, F. B. S.. Jornalismo e violência: uma análise de cobertura de linchamento do jornal O Liberal de 2008 a 2012. In: **10º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2015, Porto Alegre – RS. Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre – RS: Editora UFRGS, 2015.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Espanha: Paidós Iberica, Ediciones, 2000. Tradução de Miguel Salazar. Traduzido do original francês *Les abus de la memoire* (1995) Arléa. Paris.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005. 224 p.

VAZ, Paulo. A mídia, a rotina e a vítima virtual. In: BOCAYUVA, Helena; NUNES, Silvia Alexim. (Org.). **Juventudes, subjetivações e violências**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009, v. 1, p. 129-146.

VAZ, Paulo. *Mídia e Produção de subjetividade: questões da violência*. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (Org.). **Mídia e Psicologia: Produção de Subjetividade e Coletividade**. 1ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009, v. 1, p. 203-210.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. *Novos produtos em jornalismo popular no Brasil*. **Revista de Estudos de Jornalismo**, Campinas, 5(2): 25-38, julho/dez. 2002.

VOLTAIRE. **Dicionário filosófico**. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

ZACCONE, Orlando. **Indignos da vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Revan, 2015. 280 p.

Teses e Dissertações

ANDRADE, Catarina Amorim de Oliveira. **As fronteiras da representação: Imagens periféricas no cinema francês contemporâneo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco.

ANTIQUEIRA, Sonja Marques Rodrigues. **Representações virtuais da instituição escolar: Um estudo de caso no Orkut**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Paulista.

AVEIRO, Giovanna Licia Rocha Trinanes. **Mulheres na revista TPM: Análise discursiva da construção da singularidade feminina**. 2015. Dissertação (Mestrado em comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CERQUEIRA, R. T. **Linchamento e criminalidade: agressões e mortes em um quadro de medo e insegurança social**. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia.

FORTUNA, Érica Oliveira. **“Aprisionados” pela mídia. Representações da redução da maioria penal pelas páginas do jornal O Globo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LIMA, Regina Aparecida Gaspar de Souza. **Araxá e a mineração: interconexões entre o imaginário, memória e as construções discursivas na interação mediada simbolicamente para a formação da imagem**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social: Interações Midiáticas) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

LIMA, Robinson Rômulo Gemino. **Comunicação como ação: desdobramentos de performativo desde austin**. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – instituição de ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Elos, temporalidades e narrativas. A experiência contemporânea do medo no jornalismo de sensações.** 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MENDONCA, K. S.. **Discurso e mídia:** de tramas, imagens e sentidos. Um estudo do *Linha Direta*. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) – Universidade Federal Fluminense.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. **Western feijoada:** O faroeste no cinema brasileiro. 2002. 275 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo.

PIMENTEL, Gabriella Hauber. **O papel das emoções na deliberação:** o debate sobre a redução da maioria penal no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PREVEDELLO, Carine Felkl. **Representações no jornalismo popular:** a cidadania no discurso do *Extra* (RJ). 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

ROSSIGNOLI, Leticia Rafaela. **Narrativas jornalísticas em tempos de perseguição:** a construção discursiva do judeu no jornal Folha da manhã (1933-1945). 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.